

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Faculdade de Estudos Sociais - FES
Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional – PRODERE

**O QUE REVELARAM OS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO
HUMANO NA CIDADE DE MANAUS**
EMÁDINA GOMES RODRIGUES SOARES

MANAUS

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Faculdade de Estudos Sociais - FES
Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional – PRODERE

EMÁDINA GOMES RODRIGUES SOARES

**O QUE REVELAM OS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
NA CIDADE DE MANAUS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amazonas para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Pery Teixeira

MANAUS

2011

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Soares, Emádina Gomes Rodrigues

S676q O que revelam os índices de desenvolvimento humano na cidade de Manaus / Emádina Gomes Rodrigues Soares. - Manaus: UFAM, 2011.

127 f.; il. color.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) — Universidade Federal do Amazonas, 2011.

Orientador: Prof. Dr. Pery Teixeira

1. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – AM 2. Sociografia 3. Políticas públicas - AM I. Teixeira, Pery (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU 308(811.3)(043.3)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Faculdade de Estudos Sociais - FES
Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional – PRODERE

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**O QUE REVELAM OS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
NA CIDADE DE MANAUS**

Autora: Emádina Gomes Rodrigues Soares.

Orientador: Prof. Dr. Pery Teixeira

BANCA EXAMINADORA

PERY TEIXEIRA

GERALDO ALVES DE SOUZA

ANTONIETA VIEIRA LAGO

Data: ____ / ____ / ____

Dedico este trabalho à minha mãe
Marília Gomes Rodrigues, *pelo*
exemplo de vida.

AGRADECIMENTOS

A **DEUS**, que todos os dias da minha vida me deu forças para nunca desistir.

A meus filhos, **Caio Emanuel e Benicio Marçal** pela felicidade que acrescentaram em minha vida.

A meus Pais, **Edson Batalha e Marília Gomes** pelos ensinamentos e incentivos.

A meu esposo, **Emanuel Soares Jr** pela companhia nessa longa caminhada do mestrado, e da vida.

A meu orientador, **Professor Dr. Pery Teixeira** pela confiança e paciência.

Aos Familiares e amigos que sempre me incentivaram e apoiaram nessa jornada.

RESUMO

A cidade de Manaus viveu dois importantes períodos de prosperidade econômica; o primeiro aconteceu no período áureo da borracha e o segundo na implantação da Zona Franca de Manaus e do seu Polo Industrial. O crescimento acelerado exerce uma forte pressão na infra-estrutura existente da cidade, uma vez que a população necessita de mínimas condições para uma boa vivência urbana, bem como disponibilidade de serviços e equipamentos urbanos. O surgimento de assentamentos desordenados, sem o devido controle, ocasionou uma cidade com problemas, tais como: carência de infra-estrutura básica, água encanada, energia, esgoto, asfalto e serviços públicos essenciais. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é a entidade das Nações Unidas que tem a missão de promover mudança e conectar países à experiências, conhecimentos e recursos, apontando soluções que se consiga sociedades e Nações fraternas e socialmente justas. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma ferramenta do PNUD que sintetiza o nível de sucesso atingido pela sociedade no atendimento a três necessidades básicas e universais do ser humano: acesso ao conhecimento (dimensão educação), direito a uma vida longa e saudável (dimensão longevidade) e direito a um padrão de vida digno (dimensão renda). A construção de indicadores socioeconômicos tem como principal finalidade permitir uma análise da dinâmica das coletividades em seus vários aspectos, proporcionando, dessa forma, subsídios para a avaliação e estabelecimento de objetivos e prioridades. Esta dissertação intitulada “O que revelaram os Índices de Desenvolvimento Humano na Cidade de Manaus”, está delimitada à Cidade de Manaus, no período 1991- 2000 e tem como objetivo geral investigar as características qualitativas e quantitativas dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), 1991-2000. Quanto aos objetivos específicos, passa-se a enumerá-los: Verificar alguns dos melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil e no exterior; examinar os melhores e os piores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) entre os municípios do Estado do Amazonas; analisar as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) do município de Manaus, bem como os IDHMs desta capital. Trata-se de uma revisão de literatura com finalidades descritivas, explicativas e analíticas.

Palavras-chave: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); Manaus; Amazonas.

ABSTRACT

The city of Manaus experienced two major periods of economic prosperity, the first happened in the heyday of the rubber and the second deployment in the Manaus Free Trade Zone and its Industrial Pole. The accelerated growth exerts a strong pressure on existing infrastructure of the city, since the population requires minimum conditions for a good urban experience, as well as availability of services and urban. The emergence of disordered settlements, without proper control, resulted in a city full of problems such as lack of basic infrastructure such as water, energy, sewer, asphalt and essential public services. The United Nations Development Programmer (UNDP) is the UN body's mandate and mission to promote development and eliminate world poverty, has the mission to promote change and connecting countries to experience, knowledge and resources, pointing solutions that can fraternal societies and nations and socially just. The Human Development Index (HDI) of UNDP is a tool that summarizes the level of success achieved by the company in meeting the three basic and universal needs of human being: access to knowledge (educational dimension), the right to a long and healthy life (dimension longevity) and the right to a decent standard of living (income dimension). The construction of socioeconomic indicators whose main purpose is to allow an analysis of the dynamics of communities in their various aspects, providing thus for the evaluation and establishment of goals and priorities. This thesis entitled "What revealed the Human Development Index in the city of Manaus", is bounded to the city of Manaus, in the period 1991 - 2000 and aims to investigate the general qualitative and quantitative characteristics of the Human Development Index (HDI), 1991-2000. As for the specific objectives, is to list them: Check some of the best Human Development Index (HDI) in Brazil and abroad, examine the best and the worst Human Development Index (HDI) between the municipalities of the State of Amazon, analyzing the Human Development Units (UDHs) in Manaus, as well as IDHMs this capital. It is a literature review with descriptive purposes, explanatory and analytical.

Keywords: Human Development Index (HDI), Manaus, Amazonas.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACA	Associação Comercial do Amazonas
ADA	Agência de Desenvolvimento da Amazônia
ALCs	Áreas de Livre Comércio
BASA	Banco da Amazônia S/A
CODEAMA.	Centro de Desenvolvimento, Pesquisa e Informação do Estado do Amazonas
COHAB	Conjunto Habitacional
DH	Desenvolvimento Humano
DNI	Departamento Nacional de Imigração
EIZOF	Entrepasto Internacional da ZFM
FINAM	Fundo de Investimentos da Amazônia
FNO	Fundo Constitucional do Norte
HU-USP	Hospital Universitário da Universidade de São Paulo
IAN	Instituto Agrônomo do Norte
IBGE	Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDHM-L	Desenvolvimento Humano Longevidade
IE	Imposto sobre Exportação
II	Imposto sobre Importação
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPI	Imposto Sobre Produtos Industrializados
IR	Imposto sobre a Renda
IRPJ	Imposto de Renda Pessoas Jurídica
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PEXPAM	Programa Especial de Exportação da Amazônia Ocidental
PIB	Produto Interno Bruto
PIM	Pólo Industrial de Manaus
PITCE	Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior
PNDR	Política de Desenvolvimento Regional

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual para a Amazônia Legal
PROAGRIN	Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria
PROCATEC	Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica
PRODESIN	Programa de Desenvolvimento Industrial
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento do Turismo Ecológico
PROGETUR	Programa de Apoio ao Turismo Convencional
PROMICRO	Programa de Apoio às Micro-Empresas de Atividades Seleccionadas
RFPC	Renda Familiar Per Capita
SEADE	Sistema Estadual de Análise de Dados
SPVEA	Superintendência de Valorização da Amazônia
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUHAB	Superintendência Estadual de Habitação
UDH.	Unidades de Desenvolvimento Humano
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social.
ZFM	Zona Franca de Manaus

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – 2000.....	22
Mapa 02: Zonas de Manaus.....	38
Mapa 03: Unidades de Desenvolvimento, IDH-M da Cidade de Manaus em 2000	56
Mapa 04: Unidades de Desenvolvimento, IDH-M – Renda da cidade de Manaus em 2000.....	58
Mapa 05: Unidades de Desenvolvimento % de pobres, na Cidade de Manaus em 2000.....	59
Mapa 06: Unidades de Desenvolvimento, IDH-M – Educação da cidade de Manaus em 2000.....	81
Mapa 07: Unidades de Desenvolvimento % com menos de 4 anos de estudo em 2000.....	87
Mapa 08: Unidades de Desenvolvimento, % pessoas com 25 anos de idade com menos de 8 anos de estudo em 2000.....	90
Mapa 09: Unidades de Desenvolvimento, IDH-M – Longevidade da cidade de Manaus em 2000.....	96

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Crescimento do IDH – Longevidade.....	28
Gráfico 02: Crescimento do IDH – Educação.....	29
Gráfico 03: Gráfico 03: Crescimento do IDHM Renda nas Capitais Brasileiras, 1991-2000.....	30
Gráfico 04: Crescimento do IDHM nas Capitais Brasileiras, 1991-2000.....	30
Gráfico 05: Crescimento do IDHM – Renda.....	34
Gráfico 06: Crescimento do IDH-M – Longevidade.....	34
Gráfico 07: Crescimento do IDH-M – Educação nas capitais.....	35
Gráfico 08: Crescimento do IDHM – nas Capitais do Norte 1991-2000.....	35

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	19
1 PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD)	19
1.1 NO MUNDO.....	19
1.2 NO BRASIL.....	21
CAPÍTULO II	25
2 DESENVOLVIMENTO HUMANO EM MANAUS	25
2.1 PLANOS GOVERNAMENTAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA.....	30
2.2 MANAUS E AS CAPITAIS DO NORTE.....	32
2.3 ESTADO DO AMAZONAS.....	36
2.3.1 Manaus.....	37
2.3.1.1 Manaus: Considerações Históricas do Período da Borracha.....	39
2.3.1.2 Manaus: considerações históricas sobre a Zona Franca de Manaus.....	47
CAPÍTULO III	52
3 CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA DESIGUALDADE TERRITORIAL ENTRE A POPULAÇÃO DE MANAUS.....	52
3.1 MANAUS: UDH.....	53
3.2 ANÁLISE PRELIMINAR DOS RESULTADOS DO ATLAS.....	56
3.2.1 Renda Média do Chefe do Domicílio.....	57
3.2.2 Desigualdade de Renda.....	59
3.2.3 Vulnerabilidade Social.....	60
3.2.4 Mortalidade infantil.....	62
3.2.5 Pessoas Que Vivem em Domicílios sem Acesso aos Serviços Básicos de 1991 e 2000.....	64
3.2.8 IDHM-R/IDHM-L/IDHM-E.....	92
3.2.9 Renda (IDH-R).....	93
3.2.10 Longevidade (IDHM-L).....	95
3.2.11 Educação (IDHM-E).....	98

3.3 EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	99
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS.....	105
ANEXOS.....	

1 INTRODUÇÃO

O crescimento acelerado das populações urbanas ao longo do século XX, variando de intensidade e de forma de um território para o outro, em decorrência das particularidades locais, muitas vezes sem regularização das áreas, trouxe como conseqüência a necessidade de incremento de emprego urbano, ampliação do saneamento básico e aumento da oferta de moradias.

A escassez de moradia é percebida como manifestação da desigualdade implantada pelo capitalismo enquanto sistema de produção. Porém, a penúria habitacional só se constitui problema quando afeta a produção ou a reprodução da força de trabalho. A questão habitacional no Brasil é um problema para a classe trabalhadora e as saídas têm sido variadas e criativas como favelas, cortiços, casas de cômodos, palafitas, vilas e parques proletários, casas de conjuntos habitacionais e moradias autoconstruídas em subúrbios etc.

Essa realidade em Manaus não é diferente, já que o déficit habitacional é um problema que ocorre há anos, de acordo com Dias “[...] Manaus sofreu seu primeiro grande surto de urbanização, graças aos investimentos propiciados pela acumulação de capital, via economia do látex” (2007, p.18). Em décadas mais recentes com a criação da Zona Franca de Manaus e do Distrito Industrial a partir de 1961 a cidade foi tomada novamente por uma grande onda imigratória.

O desenvolvimento industrial então verificado atraiu considerável número de pessoas que se deslocaram de seu lugar de origem com o objetivo de obter empregos e melhoria de vida. Nos dias atuais ainda pode-se perceber a mesma problemática de pessoas chegando na cidade e se instalando em locais sem condições básicas de habitação, originando imóveis irregulares.

Conforme afirma Dias (1991), o desenvolvimento não só substituiu a madeira pelo ferro, a palha pela telha, o igarapé pela avenida, mas também transformou a paisagem natural, destruiu antigos costumes, dinamizou o comércio e incentivou a migração. Enfim, a modernidade trouxe grandes transformações não somente materiais como também humanas.

O inchaço das cidades continua acontecendo de forma caótica, tem acontecido, de modo geral, da forma mais desordenada possível, causando impactos ambientais que trazem consigo prejuízos irreversíveis ao ambiente urbano e à saúde dos próprios habitantes da cidade.

Guerra; Cunha (2001) afirmam que impacto ambiental é o processo de mudanças sociais e ecológicas causado por perturbações (uma nova ocupação e/ou construção de um objeto novo: uma usina, uma estrada ou uma indústria) no ambiente. Diz respeito ainda à evolução conjunta das condições sociais e ecológicas estimulada pelos impulsos das relações entre forças externas e internas da unidade espacial e ecologia, histórica ou socialmente determinada. É a relação entre sociedade e natureza que se transforma diferencial e dinamicamente.

Até a década de 80, do século XX, o número de bairros em Manaus era de aproximadamente 37 mais o Distrito Industrial. Na década de 90, esse número praticamente dobrou, hoje Manaus tem 56 bairros e inúmeras comunidades que ainda não são oficialmente bairros, criadas em sua grande maioria a partir de ocupações irregulares (IBGE, 2007).

Toda cidade grande sofre problemas decorrentes de diversos fatores urbanos, mediante a inexistência de um planejamento urbano contínuo. O surgimento de assentamentos desordenados, sem o devido controle, ocasionou uma cidade cheia de problemas, tais como: carência de infra-estrutura básica, água encanada, energia, esgoto, asfalto e serviços públicos essenciais.

Outro fator que contribui para este desordenamento é o crescimento populacional acelerado, quase o dobro da média nacional, o que lhe dar o status de capital brasileira que mais cresceu na última década. Esse crescimento acelerado exerce uma forte pressão na infra-estrutura existente da cidade, uma vez que a população necessita de mínimas condições para uma boa vivência urbana, bem como disponibilidade de serviços e equipamentos urbanos.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é a entidade das Nações Unidas que tem por mandato e missão promover o desenvolvimento e eliminar a pobreza no mundo, tem a missão de promover mudança e conectar países a experiências, conhecimentos e recursos, apontando soluções que se consiga sociedades e Nações fraternas e socialmente justas. Seu

principal foco é o combate à pobreza, bem como a promoção do desenvolvimento humano sustentável.

O PNUD produz relatórios e estudos sobre o desenvolvimento humano sustentável e as condições de vida das populações de quase duas centenas de países onde possui representação. Do PNUD difunde as Metas de Desenvolvimento do Milênio, com 48 indicadores para o desenvolvimento do mundo, a serem cumpridos até 2015. É responsável pela criação e divulgação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O desenvolvimento humano (DH), de forma ampla, tem a ver com as pessoas, com o alargamento de suas escolhas para viverem de acordo com seus interesses, com liberdade e dignidade. O progresso tecnológico, o avanço da ciência, o crescimento econômico, bem como a economia globalizada, contribuem para o desenvolvimento humano na medida em que resultam na expansão das escolhas dos indivíduos e auxiliam na “criação de um ambiente no qual as pessoas possam desenvolver seu pleno potencial e levar vidas produtivas e criativas” (PNUD, 2002, p. 13).

De acordo com Atlas de Manaus (s.d.), período 1991/2000, o IDH sintetiza o nível de sucesso atingido pela sociedade no atendimento a três necessidades básicas e universais do ser humano: acesso ao conhecimento (dimensão educação), direito a uma vida longa e saudável (dimensão longevidade) e direito a um padrão de vida digno (dimensão renda).

O IDH é uma média desses três índices, que tem como objetivo principal a mensuração de dimensões socioeconômicas combinadas, com o intuito de capturar dados até então ignorados pela medida de desenvolvimento econômico centrada exclusivamente no PIB *per capita*; em linhas gerais, envolve a transformação das três dimensões anteriormente citadas em índices de Longevidade, Educação e Renda, que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), é a combinação destes sob a forma de um indicador síntese. Quanto mais próximo de 1 o valor calculado para o indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região (Atlas de Manaus, s.d.).

A construção de indicadores socioeconômicos tem como principal finalidade permitir uma análise da dinâmica das coletividades em seus vários aspectos,

proporcionando, dessa forma, subsídios para a avaliação e estabelecimento de objetivos e prioridades. Para isto, há a necessidade de um modelo teórico, consensual, que fundamente a construção de um indicador e seus componentes básicos, e, ao mesmo tempo, permita a compreensão de seu significado e suas limitações. Em suma, a definição de um indicador é determinada pelo modelo teórico que procura descrever o fenômeno estudado. Nesse contexto, uma das limitações observadas na operacionalização do IDH é a assimetria entre a ampla base conceitual do desenvolvimento humano e a sua medição através de um índice único e simplificado (PEDROSA, 2000, p. 21).

Segundo Biour (2006), a construção do índice exige uma análise mais detalhada e profunda das diversas dimensões setoriais envolvidas no desenvolvimento, muito mais diversas e complexas que aquelas sinalizadas pelo IDH. Não há uma política fundamentada no Índice de Desenvolvimento Humano, mas há políticas, programas e ações cujas metas combinadas precisam ser monitoradas para que recuem as situações de miséria e opressão, se desentrem as oportunidades e se ampliem às escolhas individuais.

Há claros sinais de que o conceito de desenvolvimento humano tem se firmado e se espalhado com vigor pelo mundo como referencial obrigatório em avaliações, análises e proposições de políticas. Seus objetivos e, por conseguinte, os temas que lhes são inerentes, como pobreza, desigualdades, participação e liberdade de escolha, têm cada vez mais adquirido papel central no processo de desenvolvimento. A publicidade que o IDH adquiriu na ordenação dos países logo despertou a atenção sobre o índice, inclusive de autoridades econômicas, contribuindo para fazê-las repensar e, até mesmo, redirecionar seus esforços políticos, cujas preocupações até então baseavam-se apenas no *ranking* de renda.

O IDH varia entre 0 e 1, com a seguinte classificação: Baixo Desenvolvimento Humano (0 a 0,49); Médio Desenvolvimento Humano (0,5 a 0,79) e Alto Desenvolvimento Humano (0,8 a 1). Para efeito de análise, dividiu-se o Médio Desenvolvimento Humano em: Médio-Alto (IDH entre 0,7 e 0,79), regiões com tendência acentuada para o alto desenvolvimento; Médio-Médio (IDH entre 0,6 e 0,69), e Médio-Baixo (IDH entre 0,5 e 0,59), regiões com resquícios de baixo desenvolvimento.

Esta dissertação “O que revelaram os Índices de Desenvolvimento Humano na Cidade de Manaus”, está delimitada à Cidade de Manaus, no período 1991- 2000 e tem como objetivo geral investigar as características qualitativas e quantitativas dos Índices de Desenvolvimento Humano, 1991-2000. Os objetivos específicos são: verificar alguns dos melhores IDHs do Brasil e no exterior; examinar os melhores e os piores IDHs entre os municípios do Estado do Amazonas; analisar as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) do município de Manaus, bem como os IDHMs desta capital.

Segundo Teixeira (2006), a população de Manaus cresceu durante quase vinte anos com taxas acima de 6% ao ano, fruto dos intensos fluxos migratórios em direção à cidade, que se deram a partir da implantação da Zona Franca de Manaus, assim como do expressivo incremento vegetativo, dada por altas taxas de fecundidade no contexto de queda da mortalidade. Esse crescimento urbano que Manaus vivenciou nos últimos anos vem acompanhado por problemas resultantes, principalmente, da ausência de políticas pública claramente definida.

Conseqüentemente evidencia-se uma desigual distribuição de infra-estrutura e a emergência de bolsões de ocupação nas regiões mais periféricas da cidade e as margens dos igarapés que a cortam. A população de baixa renda recebe com maior dificuldade os serviços públicos de água tratada, esgoto, educação, saúde, entre outros. Como qualquer outra cidade o cotidiano da população mais pobre é marcado pela diferença da qualidade de vida em relação aos habitantes das áreas mais nobres. Sendo assim, a lacuna ou problema do presente estudo é: O que revelam os índices de desenvolvimento humano na cidade de Manaus? Quais os fatores que contribuíram para tais índices?

Tem-se como hipótese para a questão acima que durante muito tempo os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento foram usados com o mesmo sentido, ou seja, acreditou-se que a globalização dos mercados traria crescimento da produção e produtividade da economia, promovendo um desenvolvimento e um progresso holístico para as sociedades e nações do mundo. Mas, a análise da evolução econômica mundial, demonstra que isso não ocorre; as crises econômicas se sucedem, a degradação ambiental se radicaliza e as classes populares enfrentam problemas reais de violência urbana, baixos níveis de atividade econômica e persistência de índices desanimadores de bem-estar social.

Trata-se de uma pesquisa com ênfase teórica, de caráter exploratório e descritivo, em que se adotou a técnica da pesquisa bibliográfica, método de observação indireta, baseando-se em leitura e fichamento de material didático. A revisão da literatura baseou-se em dados coletados nos IDH, 1991-2000, bem como em outros tipos de literatura relacionados com a temática.

Vergara (2007) se baseia em dois critérios: quanto aos fins; quanto aos meios. Quanto aos fins, a presente pesquisa é classificada como descritiva, pois foram descritos os achados do IDH, retratadas opiniões de autores no que diz respeito à longevidade, mortalidade, moradias, pobreza, globalização, desigualdade social, economia, produtividade, dentre outros. A investigação é também explicativa, porque o objetivo da pesquisa foi o de buscar e esclarecer os fatores que contribuem para a ocorrência de determinados fenômenos. Quanto aos meios de investigação a pesquisa é classificada como bibliográfica, pois foram desenvolvidos estudos sistematizados, utilizando como base materiais publicados.

Quanto aos fins, a presente dissertação “O que Revelam os Índices de Desenvolvimento Humano na Cidade de Manaus” é também do tipo analítico, haja vista que se pretende contextualizar a opinião de autores das mais diversificadas temáticas relacionadas ao IDH, bem como analisar todos os conteúdos de forma dialética, e finalmente apresentar seus discernimentos e considerações.

CAPÍTULO I

1 DESENVOLVIMENTO HUMANO

1.1 NO MUNDO

Na globalização dos mercados as mudanças são consideráveis e afetam não apenas a sociedade de um modo geral, como a vida cotidiana. Os dados com os quais pretende-se ilustrar as transformações gerais da sociedade são, efetivamente, tendências do mundo atual que trazem benefícios, mas trazem, também, prejuízos. Principalmente, porque os benefícios não são para todos, ao contrário, destinam-se a uma minoria.

Assmann (1994) escreve que as empresas transnacionais trabalham com a perspectiva de 700 milhões a 1 bilhão de consumidores potenciais com apreciável poder aquisitivo. Considerando que o mundo tenha de 6,5 a 8 bilhões de habitantes, o recorte da clientela para a qual se planeja a economia corresponde a cerca de 10% da população mundial. Ou seja, a maioria da população dos países, especialmente os mais pobres, incluindo o Brasil, perdeu relevância econômica e, certamente, entra na imensa lista dos excluídos.

A expectativa média de vida da população mundial, segundo a ONU, passou de 59,8 anos na década de 70 para 66,9 anos no início de 2000. Os países considerados de alto desenvolvimento humano possuem uma expectativa de vida de 77,5 anos, os países de médio desenvolvimento humano possuem uma expectativa de vida de 67,3 anos e os de baixo desenvolvimento humano possuem uma expectativa de vida média em torno de 49,1 anos.

Este importante indicador demonstra a necessidade que todo município possui em implementar políticas públicas não só para o cuidado com a saúde, mas sim um conjunto de ações que envolvem desde o saneamento básico, moradia descente, até o acesso a uma alimentação regular e saudável.

Referindo-se à crise deste final de século, Frigotto (1996) identifica várias características da realidade contemporânea como estratégias de recomposição do

capitalismo. No plano socioeconômico, o ajustamento das sociedades à globalização significa dois terços da humanidade excluídos dos direitos básicos de sobrevivência, emprego, saúde; educação. No plano cultural e ético-político, a ideologia neoliberal prega o individualismo e a naturalização da exclusão social, considerando-se esta como sacrifício inevitável no processo de modernização e globalização da sociedade. No plano educacional, a educação deixa de ser um direito e transforma-se em serviço, em mercadoria, ao mesmo tempo que se acentua o dualismo educacional: diferentes qualidades de educação para ricos e pobres.

O quadro não é alentador, mas resignar-se a ele e impede a luta por projetos alternativos de gestão política. É preciso investir na formulação de propostas assertivas, compreendendo que tendência não é destino e que a população brasileira pode organizar-se, pensar seu futuro, traçar formas de ação (FÁVERO et al, 1992).

Nesse caso, a escola ganha importância ao invés de perder. Para serem enfrentados os desafios do avanço acelerado da ciência e da tecnologia, da mundialização da economia, da transformação dos processos de produção, do consumismo, do relativismo moral, é preciso um maciço investimento na educação escolar. É preciso reconhecer a urgência da elevação do nível científico, cultural e técnico da população, para o que se torna inadiável a universalização da escolarização básica de qualidade.

Conforme Gandra (2006), a estimativa da Organização das Nações Unidas de que, em 2020, haverá cerca de 1,4 bilhão de pessoas morando em favelas em todo o mundo, das quais 162 milhões na América Latina e no Caribe, reforça a necessidade de os países estabelecerem políticas sociais voltadas à moradia popular.

A liderança em termos de habitação precária na região latino-americana e caribenha é exercida pelo Brasil, onde cerca de 52,3 milhões residem em favelas, de acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU) para assentamentos humanos (GANDRA, 2006). Ainda de acordo com autora, cerca de 90% do *déficit* habitacional brasileiro, estimado em 7 milhões de moradias está concentrado na população que recebe até três salários mínimos por mês (Anexo 01, Tabela 01). O

Brasil no mundo ocupava em 2000 a 73ª posição no IDH, segundo a ONU de uma relação de 173 países onde é realizado o IDH.

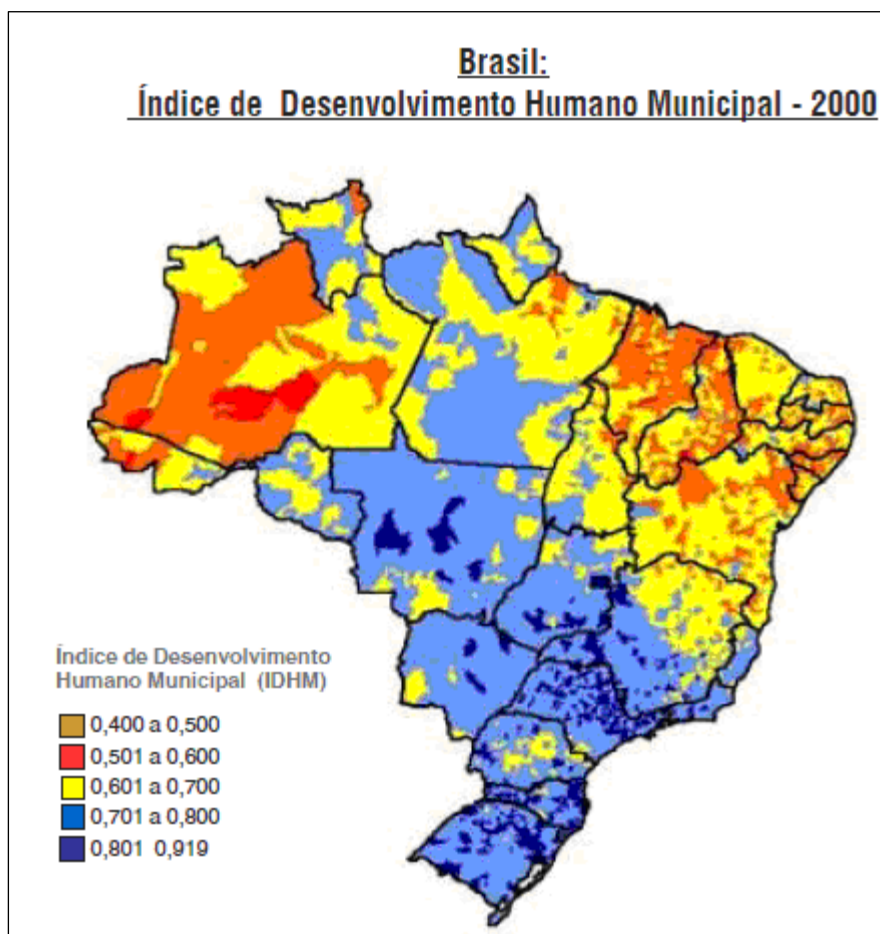
Com base neste indicador o município deverá procurar melhorar as políticas públicas de saúde e de saneamento, o resultado será um IDH – Longevidade maior; melhorar o acesso da população a educação, procurar aumentar o número de anos de estudo da população e reduzir ao máximo o índice de analfabetismo e o resultado será um IDH – Educação maior; por último priorizar os esforços em ações que gerem trabalho e renda, promover o acesso à qualificação profissional da população e o resultado será um IDH – Renda maior. Todo o município deve procurar se manter num IDH – Médio igual ou superior a 0,800.

De acordo com a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtien no ano de 1990 (Banco Mundial, Unicef, Unesco e PNUD), depois de investigações realizadas pelos vários países do mundo, verificou-se que existiam mais de 100 milhões de crianças sem acesso ao ensino primário; mais de 960 milhões de adultos analfabetos ou analfabetos funcionais; mais de um terço de adultos do mundo sem acesso ao conhecimento impresso e às novas habilidades e tecnologias e mais de 100 milhões de crianças e incontáveis adultos sem a conclusão do ensino básico (NOVO ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, s.d).

1.2 NO BRASIL

O Brasil ocupa a não invejável 73ª posição no *ranking* das Nações Unidas para o Desenvolvimento, atrás de países como Colômbia, Belize, República Dominicana e Argentina. O Brasil ocupa a invejável 8ª ou 9ª posição entre as economias industriais mundiais, se considerados apenas o tamanho dos respectivos Produto Interno Bruto (PIB's). Entretanto o país é dono de uma das piores distribuições de renda do planeta, o que torna as desigualdades regionais alarmantes. As diferenças regionais reproduzem-se, e com maior amplitude, nas grandes cidades brasileiras, sendo agravadas por quase dez anos de baixo crescimento econômico (1991-2000).

Figura 01: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – 2000



Fonte: Sebrae (2004)

Segundo o Novo Atlas do Desenvolvimento Humano (s.d), no Brasil, a educação foi responsável por 60,78% do aumento do IDH-M no Brasil entre 1991 e 2000. Em todas as Unidades da Federação, a educação foi o componente que mais influenciou no aumento do IDH-M, sendo que em 21 delas, sua participação foi maior que 50% do acréscimo. Em 2.207 municípios brasileiros, (49,2% do total), a educação foi responsável por mais da metade da melhoria do IDH-M em mais de 50%.

A quantidade de municípios que passaram a ser classificados como de alto desenvolvimento também foi grande: de 19 em 1991, esse número aumentou para 574, em 2000. O que mais chama a atenção nessa classificação é que, em 1991, o município com maior IDH-M, 0,847, não chegava ao índice de países como o Uruguai.

Já em 2000, o município com maior IDH-M, São Caetano do Sul (SP) (0,919), equivale aos países de maior desenvolvimento humano, como Nova Zelândia. Apesar dos importantes avanços, o Atlas demonstra que ainda permanecem imensas disparidades entre os piores e melhores municípios. Em 1991, o maior e o menor IDH-M eram, respectivamente 0,847 e 0,327. Em 2000, esses valores melhoraram para 0,919 e 0,467.

O aumento do componente longevidade contribuiu positivamente para o crescimento do IDH-M em todos os estados, variando entre 15,15% (Santa Catarina) e 39,02% (Roraima) do acréscimo total do índice. A longevidade com 13,44% no crescimento do índice. Já apenas 147 municípios, (2,7% do total) tiveram a longevidade como variável que influenciou na melhora total do IDH-M em mais de 50%.

Os cinco estados com maiores IDH-M no Brasil são, respectivamente, Distrito Federal (0,844), São Paulo (0,814), Rio Grande do Sul (0,809), Santa Catarina (0,806) e Rio de Janeiro (0,802), situando-se na faixa de alto desenvolvimento humano. Todos os demais estão localizados na categoria de médio desenvolvimento humano. Os cinco, IDH-M, mais baixos são: Alagoas (0,633), Maranhão (0,647), Piauí (0,673), Paraíba (0,678) e Sergipe (0,687). Em 2000, como em 1991, nenhum estado situou-se na faixa de baixo desenvolvimento humano. Os estados que mais aumentaram o índice, entre 1991 e 2000, foram, respectivamente, o Ceará (passou de 0,597 para 0,699), Alagoas (de 0,535 para 0,633), Maranhão (de 0,551 para 0,647).

A renda contribuiu com 25,78%. O componente renda, apesar de sua contribuição para o acréscimo geral do IDH-M do Brasil, apresenta grandes variações quando são analisados os estados individualmente. A participação da renda varia entre – 37,64 % (Roraima) até 35,15% (Santa Catarina). A idéia de que era preciso fazer crescer a economia para depois redistribuí-la para a população não se confirma no plano social. Os pobres ficaram mais pobres e os ricos mais ricos, sendo o Brasil o país que apresentou um dos maiores índices de concentração de renda no mundo.

De acordo com Comparato (1992), a crescente parcela de excluídos que ora assoma, tanto nas sociedades subdesenvolvidas quanto, gradualmente, nas

sociedades desenvolvidas, nos faz refletir sobre os obstáculos à concretização da cidadania engendrados pela nova ordem mundial. De um lado, a sociedade de massas instaurou o predomínio das relações impessoais e simbólicas, priorizando os interesses difusos – não identificados em grupos ou classes sociais. Em decorrência desses fatos, foi distorcido o mecanismo de representação política, que induzia ao relacionamento pessoal entre representantes e representados.

As unidades federativas que menos cresceram foram: Distrito Federal (de 0,798 para 0,844), São Paulo (0,773 para 0,814) e Roraima (0,710 para 0,749). Isso reflete, parcialmente, o fato de que é mais difícil crescer a partir de um patamar mais alto do que de um mais baixo. Os estados que mais subiram no ranking foram o Ceará (subiu da 23ª para a 19ª posição) e o Mato Grosso (da 12ª para a 9ª posição). Rondônia, Tocantins, Bahia e Goiás ganharam duas posições cada um. Os que mais caíram no ranking foram Roraima (da 8ª para 13ª posição), Amazonas (da 14ª para 17ª) e Acre (18ª para 21ª). Sergipe e Pernambuco perderam duas posições cada. Os demais estados ou permaneceram na mesma colocação ou tiveram variação de uma posição para mais ou para menos.

Dos 5.507 municípios existentes no Brasil, 5.500, ou 99,87% aumentaram seu IDH-M entre 1991 e 2000. A melhoria do IDH-M dos municípios que em 1991 eram considerados de baixo desenvolvimento foi bastante alta: 97,7% desses municípios, ou 972 elevaram sua colocação e estão apresentando um desenvolvimento médio. A grande maioria tinha classificação média em 1991 e assim permaneceu em 2002, apesar de seus índices terem aumentado.

Já os municípios Uiramutã (RR), Amajari (RR), Lajeado (TO), Mucajaí (RR), Silves (AM), Uarini (AM) e São Sebastião do Uatumã (AM) mantiveram-se na situação de médio desenvolvimento humano, apesar de serem os únicos cujo valor do IDH-M reduziu-se entre 1991 e 2000. Enquanto em 1991 havia 995 municípios considerados de baixo desenvolvimento humano, em 2000, esse número caiu para 23.

Nas sociedades em desenvolvimento, por outro lado, à aludida impessoalidade da relação política acrescentou-se pronunciado desnível econômico entre regiões geográficas, setores econômicos e classes sociais, redundando no mascaramento do sistema clássico de garantia de liberdades individuais. A relação

entre cidadania e classe social possibilita desmitificar a expansão formal da cidadania no Estado moderno, visto que as condições econômicas constituem, ainda, óbices intransponíveis, retratando desigualdades sociais e perpetuando a exclusão política.

O Brasil tem 10,4 milhões de domicílios que ainda não têm esgotamento sanitário adequado, segundo dados do Censo 2000. Deste total, quatro milhões estão na região Nordeste. A presença de esgoto a céu aberto é a alteração ambiental que mais afeta a população, segundo pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que investiga o meio ambiente nos 5.560 municípios brasileiros (LAGE, 2005).

Existem no país 1.159 municípios com taxas de mortalidade infantil superior a 40 óbitos por mil nascidos vivo. Neste conjunto, 584 municípios relacionaram as alterações ambientais com os impactos nas condições de vida. Enquanto a taxa de mortalidade infantil de crianças menores de cinco anos residindo em domicílios adequados chega a 26,1 por mil, a taxa dos que vivem em domicílios sem água e esgoto sobe para 44,8 por mil e, especificamente no Nordeste, para 66,8 por mil (LAGE, 2005).

CAPÍTULO II

2 DESENVOLVIMENTO HUMANO EM MANAUS

Neste capítulo Manaus será analisada de modo mais geral, apenas como uma das capitais brasileiras de modo comparativo com algumas outras capitais do Brasil e do exterior. Mais à frente, Manaus será analisada e comentada de forma minuciosa e detalhada.

O IDH fornece uma imagem do desempenho nacional médio em termos do desenvolvimento humano. As médias podem ocultar as grandes disparidades existentes no país, por esse motivo se faz necessário analisar as diferentes regiões. As desigualdades que têm por base o rendimento, a riqueza, o gênero, a raça e

outras formas de desvantagens herdadas, também estão diretamente ligadas como as localizações geográficas e com a história de crescimento de cada lugar.

Na Tabela 03 (Anexo 02), pode-se verificar a disposições de algumas capitais de diferentes regiões do Brasil em relação ao IDH-M. Tal demonstrativo permite comparações sobre avanços e ou retrocessos de tais unidades de diferentes regiões do Brasil.

Manaus elevou seu Índice de Desenvolvimento Humano. Contudo, ainda se apresenta no último ranking no ano de 2000 entre as capitais, caindo duas posições se comparada com os indicadores de 1990. Os valores do IDH alcançados por essas capitais podem ser comparados aos valores que caracterizam as nações de desenvolvimento humano alto, segundo o critério estabelecido pelas Nações Unidas (0,800 e mais) e as nações de desenvolvimento médio (0,500 a 0,800), conforme pode ser observado na Tabela 04 (Anexo 02).

Verifica-se, nos dois anos censitários, que é inferior a posição das capitais do Norte (Belém e Manaus) e do Nordeste (Salvador, Recife e Fortaleza) em relação às capitais das demais regiões do País, expressando a tradicional divisão entre o Centro-Sul, mais próspero, e o Norte e o Nordeste, menos desenvolvidos.

Isso ocorre, conforme afirma Oliveira (2006) porque o crescimento da economia brasileira, do ponto de vista industrial, aconteceu de forma desordenada e concentrada geograficamente. O processo ocorreu, principalmente, nas regiões Sudeste e Sul, sobretudo no Estado de São Paulo, acarretando profundas desigualdades regionais no restante do país.

Segundo ressalta Souza (1993), as razões apresentadas para explicar as desigualdades regionais da renda no Brasil podem ser atribuídas a diversos motivos, sendo que muitos deles estão ligados ao próprio modo pelo qual foi feita a colonização no país. Leff (1972), por exemplo, atribui ao fato da região Sudeste possuir terras muito mais férteis do que às nordestinas, principalmente no tocante a produção de café, e ao dinamismo das exportações desse produto nos mercados internacionais, que levaram ao crescimento desigual dessas regiões.

Para Deslow (1973), no entanto, a causa principal do desenvolvimento diferenciado entre as regiões, reside na implantação de maior infra-estrutura na

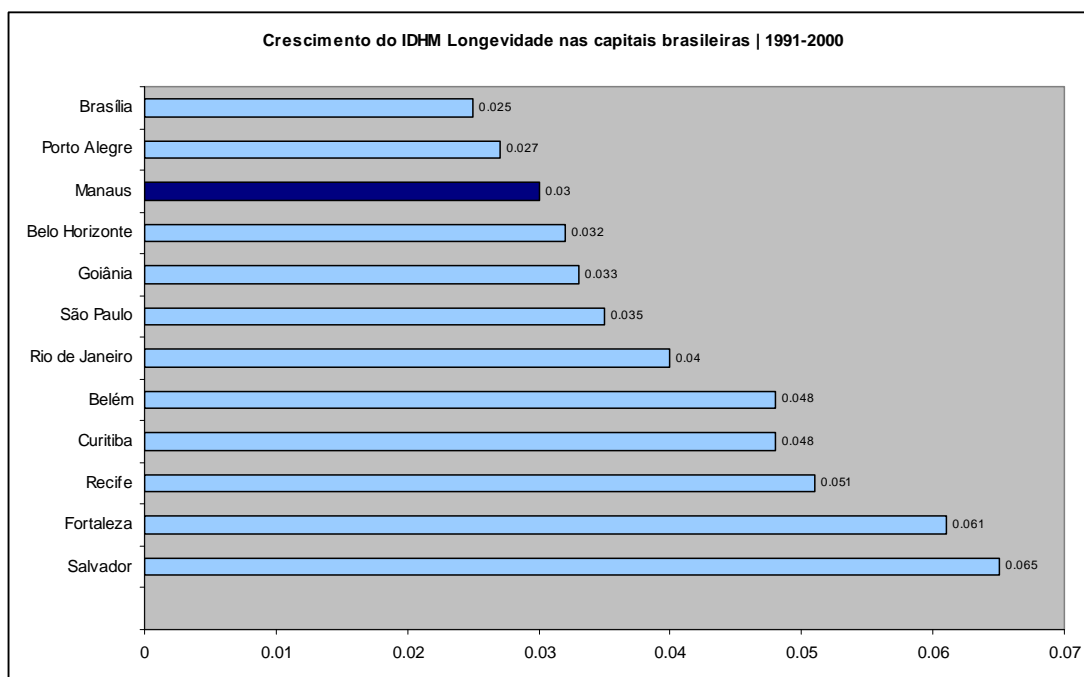
região Sudeste, que permitiu a criação de economias de aglomeração para o crescimento de outras culturas agrícolas nessa região. Acrescenta-se a isso, os fortes fluxos migratórios para a região Centro-Sul e a sua localização estratégica, que servia de área de passagem de correntes comerciais vindas do Sul e do Centro-Oeste rumo a Capital Federal, contribuíram para a expansão das atividades econômicas da região.

Em suma, esses fatores contribuíram desde o início do processo de desenvolvimento para a concentração das atividades industriais na região Centro-Sul. Sua capacidade de gerar recursos, necessários ao seu crescimento, e atrair poupanças oriundas de outras regiões, ampliaram ainda mais os diferenciais de renda *per capita* entre regiões. Contribuindo assim para aumentar as disparidades no que se refere, a nível de desenvolvimento humano entre as regiões (Anexo 03, Tabela 05).

Na Amazônia, a baixa densidade populacional e econômica, além das grandes distâncias entre os centros urbanos, limitam o papel polarizador das grandes aglomerações. No Nordeste, as grandes aglomerações urbanas representam ilhas de relativa concentração de riqueza, no meio de uma região marcada pela pobreza rural, enquanto, no Centro-Sul, observa-se uma queda na posição de São Paulo, que passa da 2ª para a 5ª posição (com o valor do IDH quase igual ao alcançado pelo Rio de Janeiro), e uma melhora na posição de Curitiba, da 4ª para a 2ª posição.

Essas mudanças remetem à conjuntura econômica da década de 90, marcada pelo baixo crescimento e por uma tendência à descentralização das atividades industriais em direção a cidades do Estado de São Paulo e a Curitiba. Assim, os valores do IDH parecem estar vinculados ao movimento geral da economia, verificando-se a importância dessa dimensão na composição do índice (BITOUR, 2006, p. 13).

Gráfico 01: Crescimento do IDH – Longevidade

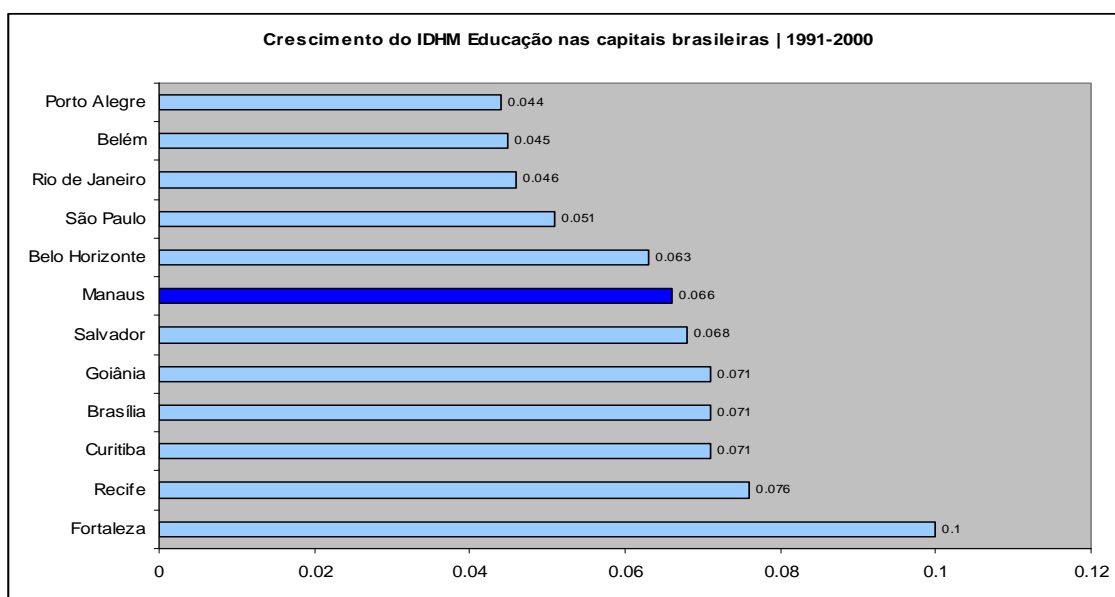


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Os valores dos sub-índices IDH Renda, Longevidade e Educação, apresentados na Tabela 05 (Anexo 03), confirmam esse peso da economia. É no IDH Renda que se pode verificar a maior diferença entre o valor mais alto e o valor mais baixo em 2000 (Porto Alegre, 0,869 e Manaus, 0,703), enquanto que no IDH Longevidade, a maior diferença está entre (Curitiba, 0,776 e Manaus, 0,711) e no IDH Educação, essa diferença pode ser observada entre (Porto Alegre, 0,951 e Fortaleza, 0,884).

Observa-se ainda que, se entre 1991 e 2000 há redução das diferenças dos IDH Educação e Longevidade, a maior diferença estar relacionada ao IDH Renda. Mas essa redução da desigualdade entre as capitais analisadas deve-se aos índices de natureza social (Longevidade e Educação), enquanto o índice representando a dimensão econômica (Renda), tenha havido um leve crescimento da desigualdade.

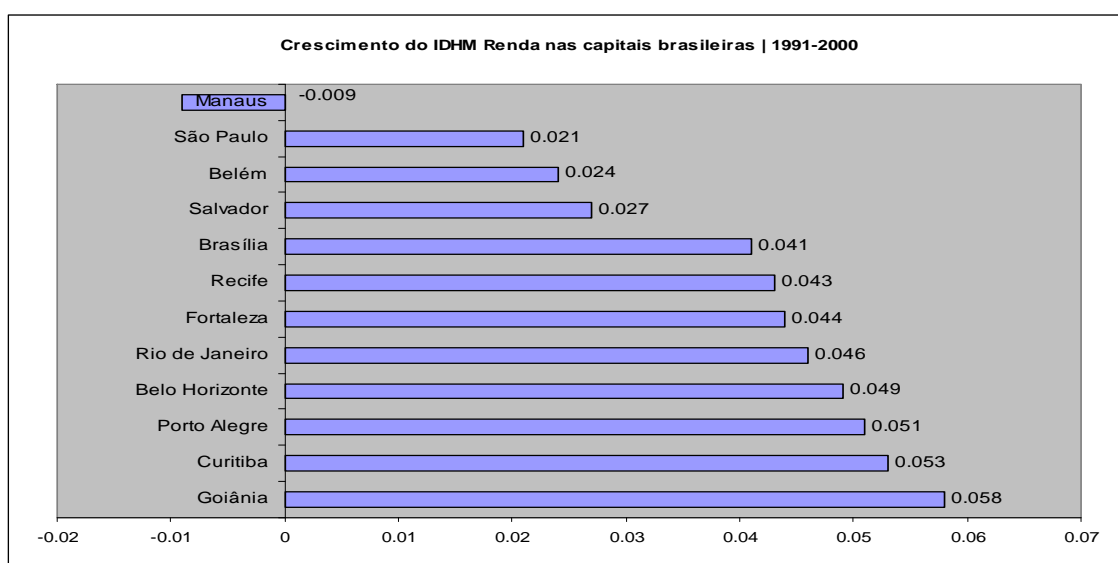
Gráfico 02: Crescimento do IDH – Educação



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Nessa dimensão econômica (IDH Renda), está muito evidente a diferença entre os núcleos das aglomerações do Centro-Sul e do Norte e Nordeste, onde Manaus está representada com o IDH Renda mais baixo entre as capitais. Essa diferença pode ser mais bem ressaltada se for observado os gráficos de crescimento do IDH Longevidade, Renda e Educação, onde é possível analisar o motivo pelo qual Manaus apresenta um índice de renda tão baixo em 2000.

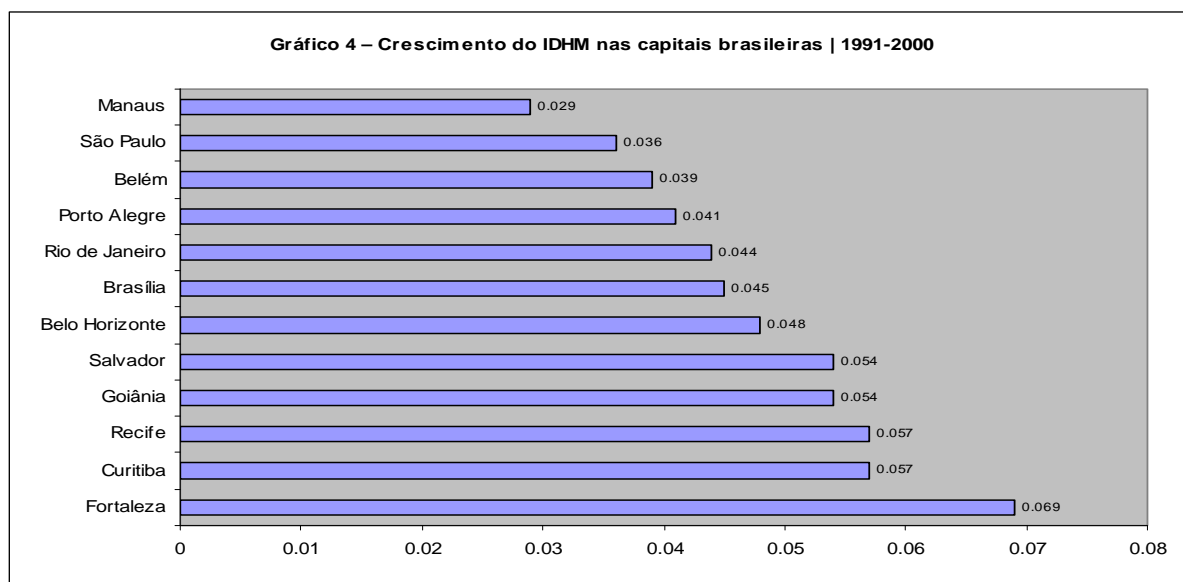
Gráfico 03: Crescimento do IDHM Renda nas Capitais Brasileiras, 1991-2000



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

O gráfico 3 mostra que Manaus apresentou um crescimento negativo do IDH Renda, ficando atrás de todas as outras capitais, que mesmo as que tiveram uma baixa evolução como São Paulo e Belém, ainda assim cresceram positivamente.

Gráfico 04: Crescimento do IDHM nas Capitais Brasileiras, 1991-2000



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Isso refletiu diretamente na evolução do IDH-M, onde Manaus aparece como a capital que menos evoluiu em Desenvolvimento Humano, seguida de São Paulo e Belém, contudo, vale destacar que São Paulo apresenta um IDH-M bem mais elevado do que Manaus e Belém, mesmo tendo um índice de crescimento baixo, continua apresentando um IDH-M alto.

A realidade que Manaus apresenta em desenvolvimento econômica pode ser explicado pela trajetória que ela apresentou no seu crescimento econômico.

2.1 PLANOS GOVERNAMENTAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

Devido à queda econômica, surgiu em 1912, sob a Presidência da República do militar Marechal Hermes da Fonseca, o Plano de Defesa da Borracha ou 1º Plano de Valorização da Amazônia Brasileira cujo objetivo era não somente a recuperação da produção da borracha como também o desenvolvimento geral da região.

O Plano continha algumas medidas como a isenção de impostos a todo material destinado à cultura da seringueira; a construção de hospedarias de imigrantes; a construção de estradas de ferro; criação de hospitais e postos de vacinação. No entanto, a política formulada não foi implementada devido à falta de mecanismos destinados a gerar a operacionalidade do Plano que fracassou e a região novamente passou enfrentar baixo crescimento econômico.

A era Vargas no final da década de 30 propôs uma política desenvolvimentista, onde o governo implantaria na região Amazônica organismos operacionais como o Instituto Agrônomo do Norte (IAN) com a função de orientar as principais atividades agrícolas e econômicas da Amazônia. Os recursos utilizados para implementar o Plano veio através do Acordo de Washington.

Para cumprir o Acordo e aumentar a produção da matéria prima da borracha, foi necessária a utilização de mais mão-de-obra. Os trabalhadores nordestinos que fugiam da seca foram aproveitados e encaminhados pelo Departamento Nacional de Imigração (DNI) para trabalhar nos seringais da Amazônia. O quantitativo de trabalhadores não foi suficiente, sendo necessário uma segunda grande leva migratória para Manaus. Desta vez o motivo foi passagem gratuita nos navios Loyd Brasileiro e para Manaus vieram cariocas, fluminenses, baianos, capixabas, pernambucanos e pessoas de diversos locais do país que vinham com a idéia de enriquecimento fácil na Amazônia (SANTOS, 2007).

No final da segunda Guerra Mundial em 1946 e após o declínio da produção da borracha e a falta de investimentos internacionais no país e na Amazônia, surgiram vários Planos governamentais que tinham como objetivo o desenvolvimento da Amazônia e sua integração ao resto do país.

Em 1953, na Presidência de Getúlio Vargas, através da Lei Federal nº 1.886 foi criada a Superintendência de Valorização da Amazônia (SPVEA) destinada a elaborar o Plano de Valorização e da promoção do desenvolvimento da Amazônia que apenas implantou o sistema termoelétrico de Manaus e a abertura da rodovia Belém-Brasília, possibilitando a ligação da Amazônia ao Centro-Sul do país (SANTOS, 2007).

Em 1964, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco assumiu a Presidência da República e criou uma nova política de desenvolvimento da

Amazônia. Para tornar viável essa política desenvolvimentista foi criada através da Lei 5.173 de 27/10/1966 a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) que substituiu a SPVEA, com a função de coordenar ações federais sendo encarregada da elaboração do Plano de Valorização Econômica da Amazônia diretamente ou através de convênios com entidades públicas e privadas utilizando com agente financeiro o Banco da Amazônia S/A (BASA).

Em 1966, o presidente Castelo Branco, lançou em Manaus a Operação Amazônia cujo objetivo era a ocupação, desenvolvimento e a integração da região norte ao resto do Brasil, iniciando uma nova fase de desenvolvimento extensivo do capitalismo, dando início uma fase de expansão nos setores produtivos da economia regional, o extrativismo, agricultura, pecuária e industrial.

Segundo Santos:

Foi neste contexto de inclusão da Amazônia no modelo econômico desenvolvimentista do governo militar que foi criado pelo Decreto-Lei nº 288, de 28/02/1967, a Zona Franca de Manaus, supervisionada pela SUFRAMA¹, com o objetivo de atrair interesses econômicos e financeiros para a Amazônia, através de incentivos fiscais especiais e de uma área livre para o comércio de importação e exportação [...] (2007, p. 271).

Um novo ciclo econômico ocorreu na cidade de Manaus, o qual manteve as mesmas características dos ciclos econômicos anteriores, no que diz respeito à valorização do poder econômico e a crescente exclusão social. Fundou uma nova fase econômica atraindo comerciantes internacionais para Manaus que continuou preocupada apenas com as comodidades da elite e da escoação de produtos, não atendendo os anseios e as necessidades do proletariado industrial que se formou na cidade.

2.2 MANAUS E AS CAPITAIS DO NORTE

No tópico que segue, Manaus ainda é comparada, comentada e analisada, de forma breve, no contexto das capitais do norte. Os valores do IDH-M das capitais do

¹SUFRAMA: Superintendência da Zona Franca de Manaus. Tem como principais características institucionais, o controle de entradas e estocagem de mercadorias, com predomínio da função aduaneira e foco de atuação em Manaus (SUFRAMA, 2008).

Norte (Tabela 06, Anexo 03) se estabelece, em 2000, entre 0,720 e 0,806, caracterizando um desenvolvimento humano médio para cinco das seis capitais. Somente Belém alcançou em 2000 um valor correspondente a um desenvolvimento humano elevado, conforme pode ser verificado na Tabela 07 (Anexo 04), na qual constam, a título de comparação, países com valores do IDH-M iguais ou pouco diferentes dos valores das capitais do norte.

Os valores do IDH-M dessas capitais, bem inferiores aos das capitais do Centro-Sul, expressam, como foi visto acima, o menor desenvolvimento da região, no seu conjunto, no âmbito do País. Como todos os estados brasileiros, o Amazonas apresentou melhora no IDH-M na década de 90. No entanto, o incremento não foi suficiente para assegurar sua posição relativa entre os estados brasileiros.

Segundo dados de 2000, a unidade da Federação com o mais alto nível de IDH-M é o Distrito Federal, com 0,844, o que o classifica como de *alto desenvolvimento humano*. O de mais baixo nível é o Maranhão, com 0,636 – portanto, na categoria de médio-médio desenvolvimento humano. O Amazonas, com IDH-M de 0,713, está em 16º lugar entre os estados brasileiros, posicionando-se na categoria de *médio-alto desenvolvimento humano*. Em termos de comparação internacional, pode ser equiparado a Cabo Verde, na África, que ocupa a 100ª posição entre os 173 países investigados pelas Nações Unidas.

A capital do Amazonas perde duas posições relativas na classificação nacional pelo IDH-M em relação a 1991, apresentando o terceiro pior desempenho em termos de crescimento do IDH-M durante a década. As duas capitais que a ultrapassam são Belém e Boa Vista, da própria região Norte. Mais uma vez pode-se observar que o IDH-M Renda, é o grande responsável pelo baixo nível de desenvolvimento apresentado na maioria das capitais da região norte. No caso de Manaus especificamente, pode-se observar no gráfico 05, que esse índice teve um crescimento negativo entre 1990 e 2000.

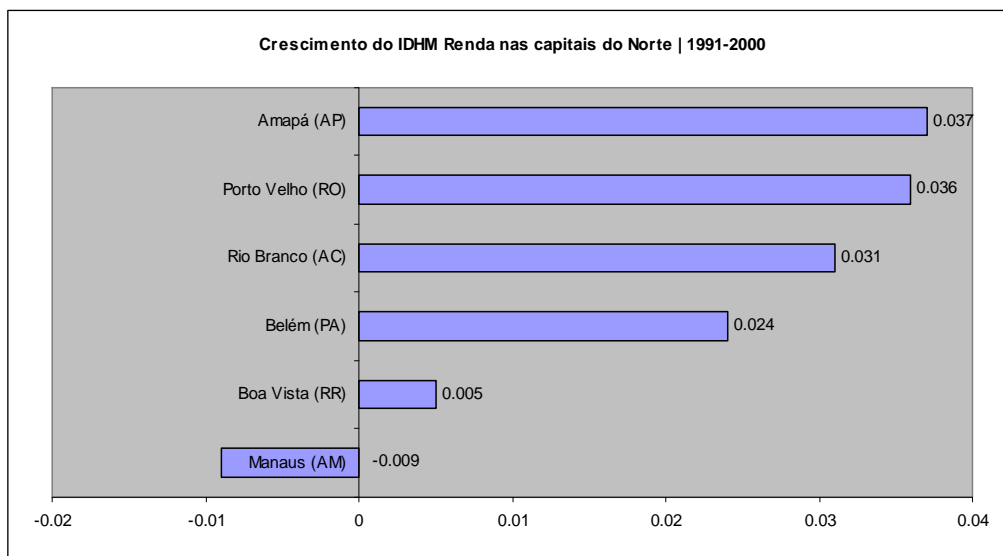
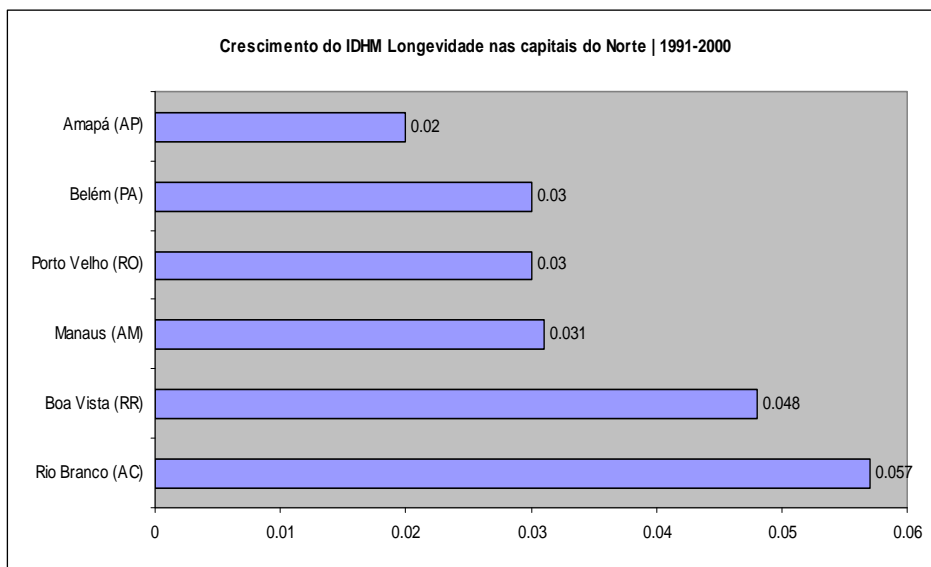


Gráfico 05: Crescimento do IDH-M – Renda

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Ainda analisando o gráfico 05, observa-se que a capital de Roraima Boa Vista, também teve um baixo nível de crescimento, contudo, é a capital que apresenta o melhor Índice de IDH-M Renda entre as seis capitais do Norte.

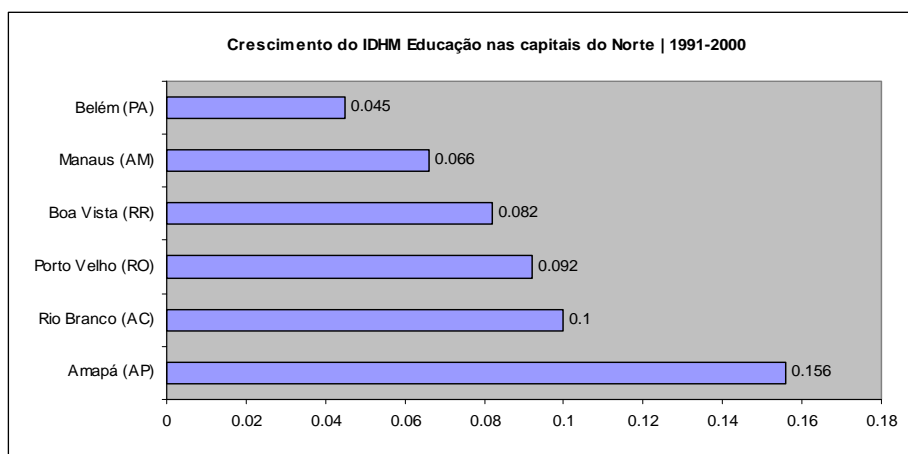
Gráfico 06: Crescimento do IDH-M – Longevidade



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Ao analisarmos o nível de crescimento nos índices de IDH-M Renda e Longevidade, observa-se que todas as capitais obtiveram crescimento positivo, com destaque para Rio Branco no IDH-M Longevidade e para o Amapá no IDH-M Educação.

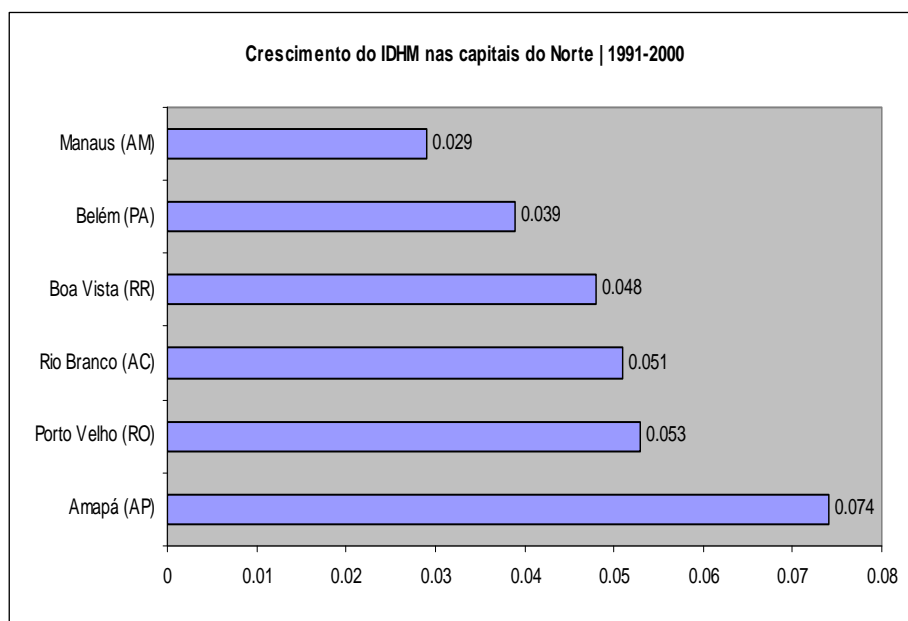
Gráfico 07: Crescimento do IDH-M – Educação nas Capitais



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano No Brasil

No gráfico 07 (abaixo) observa-se que Manaus teve o menor nível de crescimento no IDH-M, impulsionada pelo crescimento negativo do IDH-M Renda; se for observado o desempenho do IDH-M Longevidade e do IDH-M Educação ver-se-á que ela apresenta um excelente índice, principalmente no Índice educação, onde pode ser comparado a países de alto desenvolvimento.

Gráfico 08: Crescimento do IDHM nas Capitais do Norte 1991-2000



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

2.3 ESTADO DO AMAZONAS

Neste tópico examinar-se-á Manaus de forma comparativa no contexto dos melhores e piores IDH-M do Estado do Amazonas. Tanto em 1991 como em 2000, o Estado do Amazonas teve municípios classificados em todas as categorias do IDH-M, exceto “alto desenvolvimento humano”. Em 1991, o Estado tinha 16 municípios na categoria “baixo desenvolvimento humano”, dos quais 14 evoluíram de posição. Na categoria de “médio-baixo desenvolvimento humano” encontravam-se 25 municípios em 1991, caindo, em 2000, para 23. Em 2000, a categoria “médio-médio desenvolvimento humano” concentrava o maior número de municípios - 34 no total.

No Estado, o mais alto grau de desenvolvimento humano atingido é o “médio-alto”: em 1991 apenas 1 município estava nessa categoria e, em 2000, somente 3. Em 2000, os 2 municípios que ainda permanecem no baixo desenvolvimento humano são Ipixuna, 0,487, e Tapauá, 0,498. Na categoria mais alta observada, médio-alto desenvolvimento humano, encontram-se os municípios de Manaus, maior IDH-M do Estado, 0,774; Presidente Figueiredo, 0,741; e Itacoatiara, 0,711.

Mesmo que mais de 50% dos municípios esteja na categoria médio-médio desenvolvimento humano, a maioria da população do Estado vive em municípios de médio-alto, o que se explica pela presença de Manaus nesta categoria, município que, sozinho, tem 50% da população do estado (Tabela 08, Anexo 04).

A distância, em termos de desenvolvimento humano, que separa o melhor e o pior IDHM encontrado é a mesma que separa países como Líbia (0,773) e Laos (0,485), que, em termos de IDH, ocupam o 143º e 64º lugares, respectivamente, entre os 173 países investigados pelas Nações Unidas no ano 2000.

Considerando essa distância em termos de anos e com a média de desenvolvimento apresentada pelos municípios no decorrer de um período de coleta de dados IDH, Ipixuna estaria a 37 anos de Manaus. Por outro lado, é importante ressaltar que a esta mesma velocidade seriam necessários 19 anos para Manaus alcançar o IDHM de São Caetano do Sul/SP, o melhor município do Brasil em 2000 em termos deste índice. Isto equivale dizer também que Ipixuna levaria 56 anos para alcançar o melhor município do Brasil.

Os valores apresentados se baseiam na velocidade média do País. Caso fosse levada em conta a velocidade média do estado, menor que a do País, as distâncias em anos seriam um pouco maiores.

Na maioria dos municípios, os incrementos mais importantes verificam-se na dimensão educação. Apenas em 12 os incrementos em longevidade chegam a ser maiores do que em educação. A dimensão renda teve a menor contribuição em todos os municípios, à exceção de 5, entre os quais Humaitá, que teve o maior crescimento no IDHM durante a década.

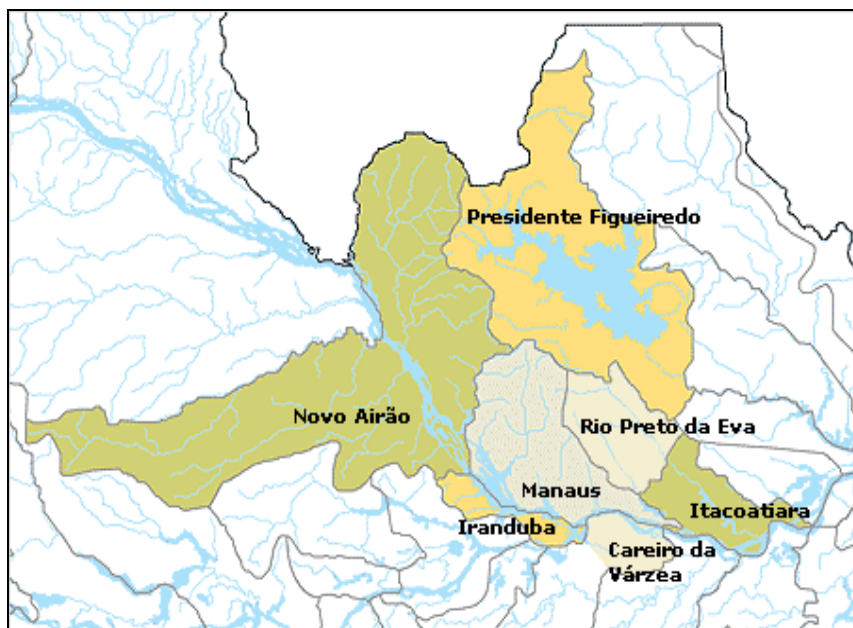
2.3.1 Manaus

A Região Metropolitana de Manaus possui uma área de 101.474 km² é a maior área metropolitana brasileira, conhecida também como Grande Manaus, reúne 8 municípios do estado do Amazonas em processo de conurbação. O termo refere-se à extensão da capital amazonense, formando com seus municípios vizinhos a RMM. Com 2.006.870 habitantes (IBGE, 2008), é a segunda maior Região Metropolitana da Região Norte do Brasil e a décima segunda do país.

Em agosto de 2007 foi deflagrado o processo licitatório para as obras de construção da ponte sobre o rio negro, que ligará a capital Manaus ao vizinho município de Iranduba para conurbar os dois municípios com mais facilidade (D.O.U., de 15.8.2007). A referida ponte permitirá uma maior integração entre os municípios que compõem a RMM.

É um dos maiores parques industriais do Brasil. Sozinha, a Região Metropolitana representa mais da metade da população do Amazonas e cerca de 14,89% da população da Região Norte do Brasil.

Figura 02: Mapa da Região Metropolitana de Manaus (RMM)



Fonte: http://www.manausonline.com/tur_mapas_rmm.asp (2009).

A RMM foi criada por decreto estadual no dia 30 de maio de 2007, e aglutina os municípios de Manaus, Iranduba, Novo Airão, Careiro da Várzea, Rio Preto da Eva, Itacoatiara e Presidente Figueiredo. O entendimento geosocial sobre uma região metropolitana envolve áreas urbanas adjacentes, que podem ou não ser conturbadas (cidade-núcleo e cidades adjacentes).

O mais importante para se definir quando uma região pode ser submetida ao mesmo regime de gestão pública – o objetivo principal de se definir uma aglomeração urbana como RM – é o grau de interação social e econômica entre estas áreas.

No Estado do Amazonas a produção econômica e a distribuição da riqueza sempre foram concentradas. Tanto na cidade de Manaus (a quarta mais rica, segundo o último levantamento do IBGE), quando na relação entre os municípios, a concentração da renda e da produção econômica é acentuada, de forma que as cidades adjacentes a Manaus acabam nem por depender desta e nem desenvolver pólos econômicos que permitam o enfraquecimento das estruturas de força que mantêm a miséria social que existe nestes municípios.

Próxima à linha do equador, Manaus é uma cidade encravada no coração da floresta Amazônica, que há pouco mais de trezentos e cinquenta anos era habitada

somente por povos nativos. No decorrer destes trezentos e cinquenta anos Manaus foi construída e reconstruída tendo em vista possibilitar o desenvolvimento do capital mundial, sendo que sua estrutura espacial desde sua fundação foi alterada por políticas que produziram espaços e tempos diferentes dos até então vividos pelas populações preexistentes, os quais passaram a ser vistos com novos valores e novas funções (OLIVEIRA, 2003).

2.3.1.1 Manaus: Considerações Históricas do Período da Borracha

De acordo com Benchimol (1999), a cidade de Manaus tem seu processo de urbanização iniciado no ano de 1669 quando os portugueses ergueram a primeira fortificação da região, chamada de Forte de São José da Barra do Rio Negro. Em torno deste forte, nasceu o arraial que deu origem à cidade de Manaus. Em 1833 passou a categoria de vila, com o nome de Manaus. Em 24 de outubro de 1848, com 3 mil habitantes, havia uma praça, 16 ruas e quase 250 casas; Manaus recebe o título de cidade, tornando-se a capital da província do Amazonas.

Em 1889, Manaus vivia intensamente o ciclo da borracha, se transforma na “Paris dos Trópicos”, na capital da borracha. A etno e antropodiversidade foi acontecendo por meio de acomodação, integração, absorção ou dominação, outros valores e correntes culturais como a dos nordestinos e “cearenses” durante o ciclo da borracha, que se internaram e povoaram a calha sul do Amazonas, passando a constituir a grande massa crítica da população regional (BENCHIMOL, 1999).

A esse contingente sofrido dos sobreviventes das secas do Nordeste que buscavam a Amazônia como forma de superação ou em busca da fugaz fortuna que o látex propiciou. No ano de 1890, os registros históricos mostram que Manaus sofreu o primeiro grande surto de urbanização, isto graças aos investimentos propiciados pela acumulação do capital, via economia agrária extrativista exportadora, especialmente a economia do látex.

Segundo Minc (2002, p.233) “A grande cidade é um organismo vivo muito doente. Ela drena recursos e populações, produz espaços congestionados e gera, no rastro do êxodo, desertos demográficos – áreas decadentes e desarticuladas”.

O desenvolvimento da cidade de Manaus durante muitos anos atraiu pessoas de outras regiões, em busca de melhores condições de vida, o que compromete na qualidade do meio ambiente e de vida da população. Com o crescimento acelerado de Manaus também aumentaram as mazelas urbanas como o desemprego e o subemprego; cresceram a marginalidade e a prostituição, multiplicaram-se as favelas e as invasões e com elas a degradação ambiental piorando a qualidade de vida de grande parte da população, principalmente a classe de menor renda.

A borracha, matéria-prima das indústrias mundiais, era cada vez mais requisitada, e o Amazonas, como principal produtor, orienta sua economia para atender à crescente demanda de mercado. Intensifica-se o processo de migração para Manaus de nordestinos, estrangeiros e brasileiros de outras regiões, com isso a cidade passou por mudanças significativas.

Conforme Martinello (1988), durante todo o período de prosperidade do “boom” da borracha, as aplicações da riqueza que foi carregada para a região não ultrapassaram os umbrais do consumo conspícuo, exemplificado por espetáculos teatrais e companhias de luxo estrangeiros que se exibiam, com toda a pompa, em Manaus e Belém.

Entre 1850 e 1920 a organização urbana da Região Norte ganha novas dimensões econômicas, demográficas e espaciais. Isto se dá pela valorização da borracha, produto em abundância na floresta amazônica, que é valorizada no mercado internacional como matéria-prima para a indústria de pneumáticos em expansão (SANTOS, 1980 apud CORRÊA, 2002). Este período foi denominado *boom* da borracha.

Segundo Corrêa, “a expansão de Manaus é inicialmente viabilizada pelas firmas de Belém que ali instalaram suas filiais, mas à medida que simultaneamente se amplia a produção de borracha e a hinterlândia de Manaus, capitais estrangeiros e nacionais, inclusive aqueles formados na própria praça de Manaus, passam a investir em atividades ligadas ao comércio e transporte da borracha” (CORRÊA, 2002, p 26).

Neste período, e principalmente depois de 1890 quando a borracha atingiu seu preço máximo no mercado mundial, é que a cidade adquire um caráter mais cosmopolita. Governadores deste período realizaram inúmeras obras de infra-

estrutura em Manaus que estão diretamente ligadas ao *boom* da borracha, pois apesar da cidade já vir apresentando algumas melhorias realizadas pelo poder público ao longo de toda a metade do século XIX, é neste período pós 1890 que vai se verificar um processo de transformação mais frenética, fazendo sobressair com mais vigor a sua metamorfose (PINHEIRO, 1999).

A capital amazonense desenvolveu-se com traços culturais, políticos e econômicos europeus herdados dos portugueses, espanhóis e franceses. A riqueza do látex proporcionou uma reviravolta estrutural, implantando serviços de transporte coletivo de bondes elétricos, sistema de telefonia, eletricidade e água encanada, além de um porto flutuante, que passou a receber navios de diversas bandeiras e tamanhos.

Para o governo provincial era fundamental eliminar o oligopólio das firmas estrangeiras pois assim os preços se elevariam. A receita fiscal derivada da borracha crescia aumentando a força dos políticos locais. Apesar do conflito existente o mesmo não impediu uma grande expansão do extrativismo, especialmente entre 1865 e 1885 período em que houve um grande aumento da procura mundial pela borracha.

No quinquênio 1906 a 1910 a borracha era o segundo produto da pauta de exportações do Brasil, sendo superada apenas pelo café, que se apoiava em ampla estrutura financeira e comercial, alcançando expressiva penetração no mercado internacional. Nesse período, o café produziu 2.159.802 contos-de-réis e a borracha, 1.295.058 contos-de-réis (GARCIA, 2004).

Em 1910, Manaus ainda vive a euforia dos preços altos da borracha, quando é surpreendida pela fortíssima concorrência da borracha natural, plantada e extraída dos seringais da Ásia, que invade vertiginosamente os mercados internacionais. Partir de 1912, com a crise da borracha amazônica, em decorrência do aumento da produção asiática, que atingiu Manaus e a região. Inicia-se um longo e dramático período de declínio. A redução da exploração extrativista e do comércio provocou desemprego em massa e a cidade esvaziou-se. Em 1913, já eram mais de 2.500 as residências abandonadas.

Para Prado; Capelato (1997), as colônias inglesas e holandesas, com suas vastas plantações de seringueiras, dispoendo de mão-de-obra abundante e barata,

fretes reduzidos e transportes fáceis, desarticularam a frágil estrutura de produção da borracha no vale amazônico. O custo da produção na Ásia era inferior ao da Amazônia, onde as técnicas de extração do látex, de coagulação e de preparação da borracha eram primitivas e imutáveis. Enquanto um trabalhador da Malásia podia recolher num só dia três quilos de borracha, um seringueiro da Amazonas recolhia um quilo, de oito a quinze dias.

Dessa forma, a produção da borracha da Amazônia caía vertiginosamente em relação à produção asiática, sem que ninguém tomasse medidas eficazes para evitar a derrocada dessa atividade econômica. Entretanto, quando tudo já estava se consumando, os produtores, através da Associação Comercial do Amazonas organizaram, em 1910, em Manaus, o “Congresso Comercial, Industrial e Agrícola”, onde proprietários de seringais, técnicos e economistas concluíram que a solução fundamental para o problema da borracha seria investimento na *heveicultura*. Os resultados práticos, no entanto, foram nulos (PRADO; CAPELATO, 1997).

Segundo Prado Júnior (1981), o colapso da produção da borracha brasileira viria como um cataclismo arrasador. A grande riqueza veiculada pela exportação da borracha nos seus tempos áureos transformara completamente a Amazônia. Sua população subira de 337.000 habitantes em 1872, para 476.000 em 1890, e 1.100.000 em 1906. O território do Acre, deserto até os primeiros anos do século XX, reuniu em menos de dez anos para mais de 50.000 habitantes.

A riqueza canalizada pela borracha não serviu para nada ponderável. O símbolo máximo que ficou dessa fortuna fácil e ainda mais facilmente dissipada foi o Teatro Amazonas, em Manaus, onde os mais famosos artistas da Europa, embora incompreendidos neste meio arrivista, atestavam a riqueza de um mundo perdido no âmago da selva tropical americana.

Em 1910, Manaus reinava como a capital mundial da borracha. Mais de vinte anos de produção crescente, exportação contínua e de preços em elevação, haviam criado a prosperidade, da qual a cidade era a evidência mais ampla. Nesse ano, Manaus progredia, com os preços atingindo novas alturas e toda a atmosfera da cidade altamente próspera. [...] Manaus alardeava com orgulho todas as civilidades de qualquer cidade européia de seu tamanho ou mesmo maior. Um excelente sistema portuário, um serviço de coleta e disposição de lixo eficiente, eletricidade, serviços telefônicos, belos edifícios públicos, residências confortáveis atestavam o estado de modernização da cidade (BURNS, 1966, p.15).

De acordo com Batista (2007), nem só de fatos negativos viveu o modo de produção da borracha; eventos de grande significação não podem ser esquecidos: no plano internacional, a borracha amazônica abriu uma grande frente industrial no mundo. No plano nacional, contribuiu efetivamente para aumento da receita nacional e incorporou o Estado do Acre. Manaus, de aldeia, por volta de 1889, tornou-se uma o centro geográfico da Amazônia. Belém e Iquitos, no Peru, se beneficiaram muito com a era da borracha. Belém e Manaus passaram a residir de uma elite de intelectuais, artistas, profissionais liberais e homens de negócio.

Com referência ao Primeiro Movimento Autonomista do Alto Purus, a Associação Comercial do Amazonas (ACA) foi a intermediária para a cessação das hostilidades, ocorrida com a aceitação de novas autoridades federais (REVISTA ACA, 1911), tendo usado um fundo mantido por aviadores. O movimento propagou-se ao Alto Purus, onde, a 14 de julho de 1910. O movimento visava transformar o Acre em Estado brasileiro. Também, por instâncias da ACA, o Governo foi restituído a Cândido Mariano, no dia 16 de julho de 1910,

Foi precisamente no fatídico ano de 1912, em que a produção da borracha vegetal da Amazônia atingia o seu clímax com a apreciável quantia de 42.386t, que a produção de cultivo da goma asiática suplantaria, de vez, a brasileira acabando com a sua hegemonia no mercado mundial. De fato, em 1913 a borracha cultivada no Oriente superava a produção amazônica numa proporção de 54.356 toneladas contra 36.232 toneladas. Desde então a produção oriental só fez aumentar, enquanto a da Amazônia só fez decrescer [...] (MARTINELLO, 1988, p. 124).

Todavia, por força das necessidades impostas pela guerra de 1914-18, e não obstante a concorrência implacável da produção de cultivo, a produção nacional se manteve mais ou menos nos mesmos níveis (em média 36.000t). O final da Primeira Guerra Mundial viria assistir também a definitiva transformação que se operaria no setor produtor da borracha vegetal. Além da consolidação da borracha asiática responsável, em 1919, por quase 90% da produção mundial – o ritmo da oferta da matéria-prima passou a superar a demanda, provocando uma queda acentuada nas cotações internacionais do produto (MARTINELLO, 1988).

Sabe-se que vários planos de restrição da produção da borracha vegetal começaram a ser engendrados, com o intuito de impedir a retração dos preços. Sob pressão crescente dos capitais investidos, o governo britânico, adotaria, em 1922, aquilo que ficou conhecido como plano Stevenson. Em essência, tratava-se de um esquema de restrição compulsória da produção de borracha, através do estabelecimento de quotas de exportação, atribuídas individualmente como um percentual do montante produzido por cada unidade, durante o ano agrícola de 1920 (FONSECA, 1950),

Em 1901, o governador do Amazonas, Silvério Nery, lia mensagem à Assembléia Estadual, onde ficava patente sua preocupação com a situação, mesmo depois de todos os esforços para descentralizar a economia da atividade extrativa. Ainda que alguma coisa tenha sido feita, nada evitou que a economia tivesse sua queda. O interesse individual, de um enriquecimento mais rápido e mais fácil, sobrepunha-se ao interesse público de manter o bem comum, que havia sido conquistado (PÁSCOA, 2007, p.19).

Mesmo as administrações da Província e posteriormente as do Estado, rendiam-se de certa forma às imposições do sistema extrativista, mesmo quando o setor se encontrava sobrecarregado; afinal, intimamente desejava-se que mais gente estivesse a produzir, para mais se exportar e, portanto, arrecadar (PÁSCOA, 2007).

Para Santos (1980), a característica do “*grande colapso*”, pois, compreende naturalmente a queda dos preços entre 1911 e 1914, mas assenta sobretudo na natureza irreversível das mudanças que a precipitaram: a transformação e a diversificação definitiva das fontes de fornecimento. Ainda conforme o autor, na Amazônia, o efeito foi o de um “*massacre*” ou “*cataclisma*”. Fechamento de seringais, falências de “casas aviadoras”, prejuízos múltiplos, inclusive do Banco do Brasil, ficando a renda interna reduzida em 1915 a um terço do que fora em 1910.

No domínio das finanças públicas, a crise se manifestou não apenas pelo tombo da receita e o aumento do *déficit*, mas também por trazer à luz a grande desordem que imperava nos tesouros do Amazonas e Pará há longos anos. Vencimentos de funcionários e magistrados em atraso, por vezes desde 1900 e até desde 1892; contas de fornecedores não saldadas por anos e anos a fio; uma dívida interna, nos dois Estados, superior a 46.000 contos; e a dívida externa, também em ambos, de cerca de 86.000 contos, a exigir onerosas remessas de juros e comprometendo, só no Pará, 40% da receita do imposto de exportação. O uso de notas promissórias como pagamento a fornecedores e de “vales” para satisfação de salários -

um vício que aparentemente o próprio Montenegro introduzira – tornou-se difícil de extirpar (SANTOS, 1980, p. 257).

Segundo Santos (1980), o desinteresse oficial, que vigorou pelo menos até a década dos cinquenta, acabou por comunicar-se à grande maioria do povo brasileiro, cujo longo silêncio acerca da Amazônia e suas seríssimas vicissitudes constituíram uma nova sorte de “massacre”, em certo sentido não menos destrutivo que o “colapso econômico”.

Conforme Martinello (1988), durante todo o período de prosperidade do “boom” da borracha, as aplicações da riqueza que foi carreada para a região não ultrapassaram os umbrais do consumo conspícuo, exemplificado por espetáculos teatrais e companhias de luxo estrangeiros que se exibiam, com toda a pompa, em Manaus e Belém.

De acordo com Benchimol (1965), o que a monocultura fez em outras partes do país o mono-extração não fez na Amazônia,

[...] dada a forma de trabalho adotada – num contexto de um ciclo econômico extrativo de relativamente curta duração, que apenas produziu uma pequena camada social que vivia da intermediação – não ocorreram na Amazônia as profundas alterações de que foi palco o Centro-Sul do país, com a produção do café, baseada nas novas relações de produção do tipo salarial, das quais resultaram uma maior divisão social do trabalho e a expansão do próprio mercado interno (CARDOSO, MULLER, 1977, p. 25).

Do capital carreado para a região e de todo o esforço dispendido na comercialização da borracha não resultaram grandes melhoramentos para a Amazônia, nem em investimentos de monta nem foram abertos novos horizontes para os empresários locais e nem, muito menos, para a população em geral. Com exceção de Belém e Manaus, principais beneficiárias da corrida da borracha, todo esse cometimento redundou apenas na garantia de fornecimento daquela matéria-prima ao mercado consumidor dos grandes centros, acelerando ainda mais o processo de acumulação do capital centrado naquelas potências imperialistas (MARTINELLO, 1988).

Na segunda metade do século XIX houve uma [...] fase destrutiva e predatória da extração do látex, usando-se métodos condenados e

processos grosseiros que acabavam em pouco tempo liquidando com as árvores. Com o crescimento vertiginoso da indústria e com a demanda internacional da borracha sempre mais se intensificando, a atividade extrativa vai polarizando todos os recursos destinados anteriormente às outras produções, provocando o escasseamento de gêneros agrícolas que tiveram de ser obtidos em outras regiões e a preços bem mais elevados (MARTINELLO, 1988).

Conforme Santos (1980), homens de governo alertavam para a situação do emprego quase exclusivo de braços na extração e fabrico da borracha a ponto de ser preciso receber de outras províncias gêneros de primeira necessidade. Araújo Lima, após aprofundada análise da economia amazônica, chegou a conclusão de que o grande mal da Amazônia era a borracha:

[...] porque monopoliza todo o trabalho, porque desvia da agricultura e das outras fontes de vida todos os braços e todas as aspirações, porque atrai os minguados recursos monetários para a mono-extração; porque interrompe os cursos das outras atividades já bem encaminhadas, seduzindo os que a esta se entregam e arrebatando-os na sua voragem; porque se oferece em dados momentos como uma fascinação aos que trabalham e porque, principalmente, é uma ocupação extrativa instável e sobretudo, destruidora que não fixa o homem e não lhe firma os vínculos da vida social, forçando-o a saquear e esgotar os seringais (ARAÚJO LIMA, 1943, p. 405).

Sabe-se, porém, que o mal não residia na borracha em si, mas na monocultura e no sistema de exploração (retirada do recurso com máquinas) que era empregado:

[...] o povoamento da Amazônia não se processou dentro de um planejamento como sucedeu com a colonização do sul onde os estabelecimentos montados para receber os contingentes europeus foram selecionados, os grupos foram localizados sob a garantia e as atenções oficiais. Na Amazônia os nordestinos chegaram para uma empresa que se caracterizava pelo aventureirismo. Eles significam mão-de-obra necessária. Não havia um propósito de fazer funcionar um sistema de colonização visando demográfica e politicamente o futuro (REIS, 1972, p. 225-226).

Porém, segundo Martinello (1988), não havia, entre estes migrantes, a preocupação de uma permanência definitiva. As próprias circunstâncias de emergência e improvisação nas quais se processou o seu deslocamento ajudam a

compreender esta ausência de espírito colonizador entre a maioria dos homens que desbravam a região.

2.3.1.2 Manaus: considerações históricas sobre a Zona Franca de Manaus

A cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, situa-se na parte central da Amazônia Brasileira, na confluência dos rios Negro e Solimões, onde se forma o rio Amazonas. Abrange uma área de 11.401,5km²; possui clima equatorial e é considerada a porta de entrada para a maior floresta tropical do planeta, a Floresta Amazônica.

Desde a implantação do modelo de desenvolvimento intitulado Zona Franca de Manaus (ZFM), em 1967, iniciou-se em Manaus um novo ciclo econômico, com a instalação de um parque industrial de respeitável porte e a consolidação de um setor terciário, baseado na comercialização de produtos importados, aquecendo a economia local e gerando milhares de empregos diretos ou indiretos. Com o surgimento de oportunidades no mercado de trabalho, ocorreu um crescimento acelerado da população, proveniente de um fluxo migratório intenso e constante, tanto do interior do Amazonas como de diferentes regiões do país, principalmente do Nordeste.

Como consequência dessa corrente migratória, começaram a surgir ocupações irregulares, tanto nas áreas verdes como as margens dos rios, onde se teve um acréscimo populacional significativo que acarretou redução da qualidade de vida da maior parte da população, com reflexos diretos nos indicadores sociais, como saúde, higiene, transporte, segurança e habitação.

As áreas mais afetadas da cidade de Manaus são as zonas norte e leste onde as ocupações se multiplicaram, pois não possuem qualquer estrutura de abastecimento de água, energia elétrica, esgoto, transporte coletivo, entre outros, justamente por não estarem regulamentemente ocupadas, gerando um desafio não só urbano, mas também social.

O crescimento urbano de Manaus é uma consequência direta da existência de um setor industrial pujante, representado pelo Pólo Industrial, atividade vital para

o desenvolvimento socioeconômico do Amazonas, respondendo por 38% a 40% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual e, contribuindo com cerca de 35%, 25% e 22% das receitas anuais dos governo estadual e municipal e das prefeituras interioranas dos municípios do Estado, respectivamente (SUFRAMA, 2000).

Manaus chegou à década de 1960 com uma população de 173.703 habitantes, sendo que as mudanças que se seguiriam alterariam totalmente a dinâmica social de Manaus. Nessa década a Amazônia foi aberta à expansão do capitalismo, seguindo as diretrizes de uma economia política elaborada por uma série de governantes militares que pretendiam promover na região um modelo de desenvolvimento modernizante (SOUZA, 1994).

É neste contexto a cidade de Manaus foi aberta ao capital estrangeiro, sendo eleita uma área propícia a constituição de uma zona franca devido a sua localização estratégica, no coração da floresta e no entroncamento dos dois principais rios amazônicos. No discurso governamental, a implantação da zona franca visava exercer três objetivos básicos: a ocupação populacional da região; o desenvolvimento econômico da região e o bem estar da população. Porém na realidade o que o governo pretendia era inserir a Amazônia nas grandes discussões e preocupações nacionais e que a região passasse a ocupar posição chave nos planos sócio-econômicos e geopolíticos (FILHO, 1997).

Segundo Arretche (1990, p.37), é possível perceber a preocupação com o crescimento urbano:

A urbanização brasileira nasceu marcada por reformas urbanas que primavam por obras de saneamento e embelezamento que expulsaram os pobres para as periferias como solução para eliminar epidemias e higienizar os espaços. Ao mesmo tempo, obras paisagísticas foram realizadas nas áreas centrais para favorecer a consolidação do mercado imobiliário capitalista que começava a surgir. O Estado passa a investir em infraestrutura para induzir o desenvolvimento industrial (substituição das importações) e o urbanismo reformador das cidades. A extensão das redes de infra-estrutura realizada pelo poder público em direção às áreas distantes valorizava as áreas vazias localizadas neste trajeto, beneficiando as atividades especulativas e penalizando os moradores das periferias e os contribuintes que, ao final, arcaram com o custo destas obras.

A ineficácia e/ou inexistência de uma política fundiária efetiva na cidade de Manaus tem contribuído para o crescimento populacional e proporcionando que os

movimentos sociais busquem suas próprias soluções para resolver o problema histórico de habitação. Esses movimentos sociais, oriundos da manifestação da luta de classes, através de pressões e manifestações força o poder público a criar políticas públicas para solucionar o problema habitacional.

A cidade de Manaus, capital do Amazonas, concentra em seus limites territoriais mais de 70% da população urbana estadual. A partir da implantação do modelo econômico da Zona Franca de Manaus, a cidade particularmente nas décadas de 70 e 80, tornou-se o maior centro receptor dos fluxos migratórios regionais. Em 1991, crescendo a uma taxa anual de 7,1% (enquanto a taxa nacional era de 2,4%), a população manauara atingia a marca de 1.100.000 habitantes.

Conforme matéria do *Jornal A Crítica*, caderno Cidades, datada de 15 de março de 2007, a cidade de Manaus ainda continua recebendo um grande número de imigrantes. Anualmente, Manaus registra um crescimento populacional de 40.384,142 pessoas, a contar a partir dos dados do censo demográfico nacional de 2000 até 2006. Quando se faz esta conta nos últimos dez anos 1996/2006 chega-se a um número de 53.116 pessoas a mais vivendo anualmente na capital do Estado. Em 1996, a cidade tinha 1.157.357 habitantes e no ano 2007 computava 1.646.602 habitantes (IBGE, 2008).

Conforme Lorenzetti:

Com o crescimento desordenado vivido pela cidade de Manaus. A dificuldade de acesso à terra urbana e à habitação pelos meios regulares induz a população a se abrigar onde há possibilidade concreta para isso: em áreas públicas ou particulares abandonados, em áreas alagadiças, nas encostas, embaixo de pontes e viadutos. Embora essa realidade seja marcada pela ilegalidade, a irregularidade e a clandestinidade, podem-se dizer que ela conta com certa conivência do poder público, diante da sua incapacidade de prover moradias adequadas para esta parcela dos cidadãos (2001, p.10).

Embora sua existência configure um problema social bastante grave, não pode deixar de ser visto também como uma espécie de “solução” para esta população, uma vez que, com sua localização definida, via-de-regra, pela proximidade dos pontos de trabalho, implicam em menores despesas de transporte, além da possibilidade de não pagamento do aluguel e de certos tributos (LORENZETTI, 2001).

A cidade cresceu para todos os lados, o planejamento deu lugar a desordem, o Estado não conseguiu conter o crescimento abruuto, quer seja da população, quer seja da área urbana (RIBEIRO, 1999).

Segundo os resultados dos últimos censos, a população da cidade elevou-se de 343.038 habitantes, em 1960, para 622.733 habitantes em 1970. Daí até 1990 a população cresceu para 1.025.979 habitantes, elevando sua densidade para 90,0 hab/km². Em termos percentuais, o aumento populacional da cidade entre 1960 e 1970 foi de 40% enquanto que de 1970 a 1980 foi de 94% (ASSAD, 2008). O crescimento urbano de Manaus foi o maior da região Norte, sendo considerado o 12º maior centro urbano do país; é uma metrópole regional, com 1.709.010 habitantes (conforme contagem realizada pelo IBGE em 2008). A zona urbana da cidade passou por um processo de “inchaço populacional”, e não tem mais comportado seu contingente, que cada vez mais se dirige às zonas periféricas da cidade tomando as áreas chamadas de expansão urbana, em uma ocupação desordenada, rápida e agressiva.

Na década de 1970 a capital do Amazonas teve um grande aumento populacional, na ordem de 7,9% ao ano, passando a ter 311.622 habitantes. Nas décadas de 70 e 80 a população manauara continuou a crescer rapidamente, crescendo anualmente respectivamente 10,3% e passando a ter 633.392 habitantes e 5,4%, passando a ter 1.011.501 habitantes. Esse rápido crescimento, em decorrência da instalação da Zona Franca, teve um papel fundamental na reordenação espacial da cidade de Manaus, que pode ser percebido na forma como se deu a urbanização da cidade e nos agentes envolvidos neste processo de (re)produção do espaço urbano (FILHO, 1997).

O crescimento da população urbana de Manaus, nesse período, ocasionou intenso fluxo migratório, em função da expansão de seu parque industrial e da consolidação do setor de comércio especializado em produtos de alto consumo. Em 1970, Manaus já representava quase o dobro da população da década anterior, contando com 283.673 habitantes em sua área urbana e 27.949 na área rural, totalizando 311.622 moradores, que naquela época representavam 32,6% da população total do Amazonas.

Com a ZFM a capital voltou a experimentar um súbito crescimento demográfico: a população passa de 200 mil habitantes na década de 60, para 900

mil nos anos de 80 e, finalmente, 1,5 milhão em 2002, segundo dados do IBGE. Conforme LA Rovere; Crespo; Velloso (2002), com mais de 200.000 habitantes em Manaus, e com a implementação da Zona Franca, o Censo Habitacional e Sanitário de Manaus registrava várias características urbanas na cidade e essas características indicavam níveis precários tais como, apenas 8.100 habitações (18%) estavam ligadas à rede pública de esgoto e a maioria (62%) contava com fossa individuais precárias e o restante jogava seus esgotos nos “corpos d’água”, e grande parte nos igarapés.

Esses indicadores são atuais e se desdobram para a maioria da população que vive em condições precárias de sobrevivência. Grande parte da população da periferia de Manaus se desenvolve sob essas condições, o que é um reflexo da falta de estrutura da cidade e de políticas que alcancem essa realidade. Os igarapés urbanos tornaram-se depósitos de lixo, além de disseminadores de doenças.

Do ponto de vista positivo, a ZFM trouxe desenvolvimento colocando um pólo no Norte do país que facilitou a instalação de empresas e indústrias, e isso gerou possibilidades a população habitante desta cidade, como, por exemplo, emprego. A ZFM se constitui alternativa de vida para vários tipos de comerciantes e ambulantes. Mas de qualquer forma os pontos críticos devem ser considerados para que análises e até mesmo alternativas sejam repensadas.

Do ponto de vista negativo, um fator agravante no processo de ocupação de Manaus foi a migração da população vinda do interior, que ocupou principalmente as margens dos igarapés. Em 1970, Manaus abrigava 284.118 habitantes e o crescimento nas décadas seguintes oscilava entre 8 a 6% ao ano. Desde o declínio da Era da Borracha, Manaus somente reencontrou a prosperidade econômica com o advento do modelo ZFM. Sustentado por uma política de incentivos fiscais e creditícios, tendo como principal objetivo à criação de um pólo de desenvolvimento regional, com a formação de um centro comercial, industrial e agropecuário, a ZFM surgiu como um novo eldorado.

Hoje o principal motor econômico da cidade de Manaus é o Pólo Industrial de Manaus (PIM), em grande parte responsável pelo fato de a cidade ter o 7º maior PIB do país.

De acordo com Araújo (2004), a cidade de Manaus é um modelo de desenvolvimento urbano excludente é a estruturação de arranjos urbanos marcados por um “mosaico” de paisagens reveladoras e geradoras da segregação sócio-espacial. Lado a lado são erguidas cidades modernizadas, cidades tradicionais, cidades operárias, cidades faveladas, cidades ilegais, perdendo-se, portanto, a concepção de cidade enquanto totalidade.

A população mundial passou por um processo acelerado de urbanização nos últimos 40 anos. De acordo com projeções tiradas do Anuário Demográfico das Nações Unidas (2000), em 1960 um terço da população mundial morava em cidades; em 2000 quase a metade da população e, por volta de 2030, cerca de 60% das pessoas viverá em áreas urbanas.

A cidade de Manaus passou por dois importantes períodos para o seu desenvolvimento urbano: o primeiro aconteceu no momento áureo da borracha e o segundo na implantação da Zona Franca de Manaus. No período áureo da borracha, o ambiente natural foi tomando forma arquitetônica. A partir da implantação da ZFM foram construídos prédios modernos, hotelarias, grandes condomínios residenciais, *shopping centers*, entre outros. Contrastando com a beleza dessas construções foram surgindo bairros periféricos, sem as condições necessárias para a moradia da população.

CAPÍTULO III

3 CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA DESIGUALDADE TERRITORIAL ENTRE A POPULAÇÃO DE MANAUS

O movimento migratório para Manaus foi intensificado a partir de 1967, com a criação da ZFM que marcou uma nova fase de prosperidade, com a instalação do comércio de importados e do Distrito Industrial. Migrações aconteceram de todos os Estados do Brasil. Com o Plano Collor, migrações tanto do interior do Estado como de outros Estados do Brasil regrediram. Manaus parou de crescer, entretanto, com a

ascensão do PIM a expansão demográfica voltou a ser um problema que requer uma infraestrutura básica crescente, bem como as necessidades econômicas e sociais, tal quais as necessidades de toda e qualquer cidade brasileira. Isso acentuou os problemas das desigualdade sociais, onde a diferença entre ricos e pobres se sobressalta.

Podemos observar as desigualdades comparando a UDH com maior IDHM (Flores – Parque das Laranjeiras – 0,943) e a que apresentou menor IDHM, (São José – Grande Vitória – 0,660), há uma diferença de 0,283, que expressa condições de desenvolvimento humano extremamente díspares, dentro da mesma área urbana. Essa amplitude revela que dentro da cidade de Manaus há diferenças de IDH-M assim como no Estado do Amazonas entre os municípios, onde Manaus é o município que apresenta o melhor IDH-M. Isso reforça a idéia de que prosperidade econômica de uma determinada região, não significa bem estar coletivo de sua população.

3.1 MANAUS: UDH

Em Manaus, assim como no Amazonas e no Brasil, a dimensão com o subíndice mais alto é educação. Esse é o indicador que mais contribui para o valor do IDHM em 2000. Em termos das UDH, o subíndice educação é também o mais alto em todas elas sem exceção. No Brasil, no estado do Amazonas e em Manaus, a ordem de importância dos subíndices para a composição do IDHM é: Renda, longevidade e educação.

Entre 1991 e 2000, Manaus apresentou uma evolução em termos de Desenvolvimento Humano não muito significativa. Seu IDHM passou de 0,745 para 0,774, determinando que o município recuasse, durante esse período, da 362ª posição para a 1194ª dentre todos os municípios brasileiros.

Em 2000, as UDHs de Manaus distribuíam-se, quanto às categorias do IDHM, em: a) Alto Desenvolvimento Humano, com 24 UDHs, correspondendo a 23% da população; b) Médio-Alto Desenvolvimento Humano, com 44 UDHs, cerca de 60% da população; e c) Médio-Médio Desenvolvimento Humano, com 13 UDHs, 17% da

população. Indicadores que compõem o IDHM e outros de suporte: Além do IDHM e subíndices.

O Atlas do Desenvolvimento Humano é um banco de dados que contém um conjunto de indicadores sobre os municípios e os estados brasileiros. Esses indicadores são calculados a partir dos questionários de amostra aplicados nos censos 1991 e 2000 do IBGE, possibilitando aos mais diversos usuários conhecerem a realidade socioeconômica das diferentes áreas do seu território. Um dos indicadores mais simples e de fácil entendimento encontrado no Atlas é o Índice de IDH-M. Este indicador mede o nível de desenvolvimento humano alcançado por um município.

A unidade espacial mínima adotada para o cálculo do IDH-M é a UDH, essas Unidades são áreas espaciais resultantes de agregações de setores censitários² onde as diferenças intra-municipais são melhor identificadas e somadas, compõem as zonas, macro-regiões já estabelecidas no município.

As agregações de setores censitários obedecem alguns parâmetros descritos a seguir: população mínima de 16.000 pessoas (400 domicílios ocupados na amostra); Características físicas, culturais, sociais e econômicas com o máximo de homogeneidade possível. (As áreas homogêneas só poderão ser explicitadas em forma de UDH se puderem ser amplamente reconhecidas, inclusive com nomes facilmente identificáveis pela sociedade). Áreas espaciais contíguas. (É recomendada a identificação de macro-regiões importantes, já estabelecidas e que possam ser compatibilizadas com agregações de setores censitários. As UDH serão subconjuntos dessas divisões maiores).

Em determinadas localidades, como a Cidade de Manaus (extensa e com baixa densidade), a necessidade de se agregar no mínimo 16.000 habitantes por UDH dificulta a composição de áreas homogêneas em todos os seus aspectos (físico, cultural, etc.). O Atlas apresenta os valores dos índices por unidades territoriais intramunicipais, mais próximas, portanto, das vivências dos moradores que os índices municipais que abrangem o conjunto da população do município.

² Um setor censitário é definido pelo IBGE como a menor unidade espacial composta por 300 domicílios.

A proposta da divisão do espaço intramunicipal busca delimitar áreas nas quais seus habitantes apresentem o máximo de homogeneidade possível em termos sociais, econômicos e ambientais uma vez que um dos principais objetivos é mostrar as contradições que esse espaço apresenta. Ao mesmo tempo, para compreensão e utilização dos resultados do trabalho, é necessário que tais áreas sejam amplamente reconhecidas e façam parte do referencial cotidiano da administração pública e das pessoas que vivem e trabalham na cidade. Finalmente, devem ainda ser respeitados alguns critérios técnicos para que se garanta a confiabilidade estatística dos dados. Mais precisamente, é necessário garantir um tamanho mínimo para a área definida em termos de população de pelo menos 16 mil habitantes.

Desta forma, combinando os critérios de homogeneidade interna, referencial no cotidiano da cidade e tamanho mínimo, o processo de divisão gera unidades espaciais que são aproximações de bairros, divisões ou agregações destes. Tais áreas são chamadas de Unidades de Desenvolvimento Humano – UDH.

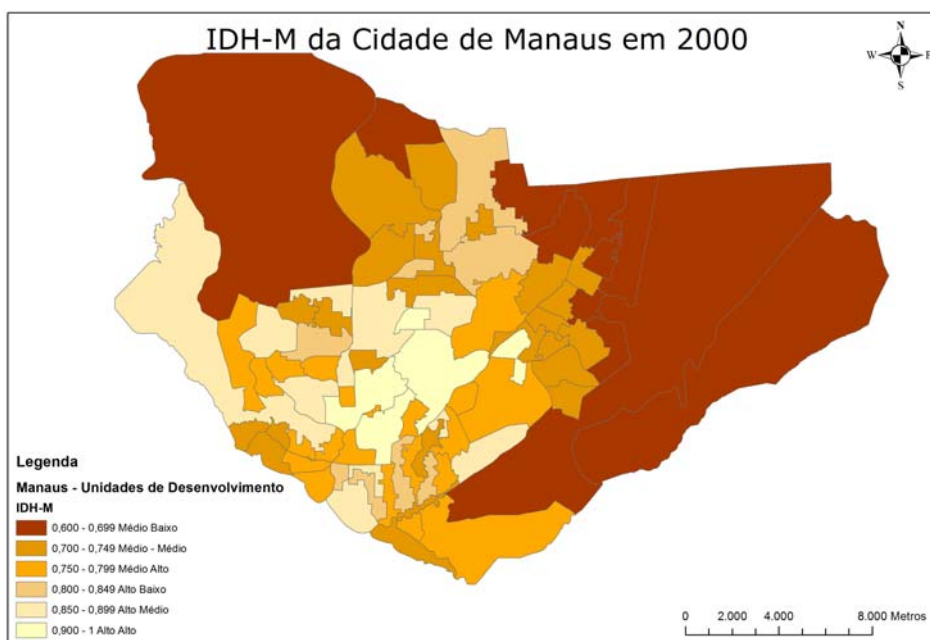
No caso de Manaus, foram criadas 81 UDHs que são agregadas nas 6 zonas administrativas tradicionalmente conhecidas na cidade. Podem também ser agregadas formando os igarapés, encostas e áreas especiais, conformações típicas da cidade de Manaus que não obedecem ao critério de homogeneidade sócio-econômica buscada nas UDHs individualmente.

Para a dimensão renda, a renda familiar per capita (RFPC) é o indicador escolhido como síntese da capacidade da população de adquirir os bens e serviços que estimulem e garantam seu desenvolvimento como ser humano. Dito de outra forma, em certa medida, a RFPC deve representar a possibilidade de acesso às demais dimensões não abordadas pelo IDH. Tanto o IDH quanto seus três subíndices (educação, renda e longevidade) variam entre 0 e 1, assim classificados: de 0 a 0,5, baixo desenvolvimento humano; de 0,5 a 0,8, médio desenvolvimento humano; de 0,8 a 1, alto desenvolvimento humano. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) é uma adaptação do IDH para o nível municipal, seguindo os mesmos princípios e formulações.

3.2 ANÁLISE PRELIMINAR DOS RESULTADOS DO ATLAS

Em 2000, a UDH de Manaus com Índice de Desenvolvimento Humano mais alto tem o mesmo valor da Noruega, país com o mais alto índice no Relatório da ONU. Por outro lado, as UDHs do município com os índices mais baixos aproximam-se do valor encontrado para Bolívia. Tal disparidade é exatamente a mesma verificada entre os municípios do Amazonas.

Figura 03 – Unidades de Desenvolvimento, IDH-M da cidade de Manaus em 2000.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano de Manaus

Os territórios de Manaus estão distribuídos pelas UDHs, de forma que em 40% delas esse percentual é maior que o percentual do município e, em 15 delas, representam mais de 50% de suas respectivas populações. O maior percentual de pobres é verificado na UDH Jorge Teixeira. Val Paraíso, Chico Mendes com 64%. Na verdade, nessa UDH, 39% de sua população podem ser considerados indigentes Acrescentam-se a esse quadro da pobreza dois fatos: primeiro, ela aumenta substancialmente durante a década de 90, tendo passado de 24% em 1991 para 35% e 2000. Segundo, o percentual de indigentes dobrou durante esse mesmo período (8% pa17%).

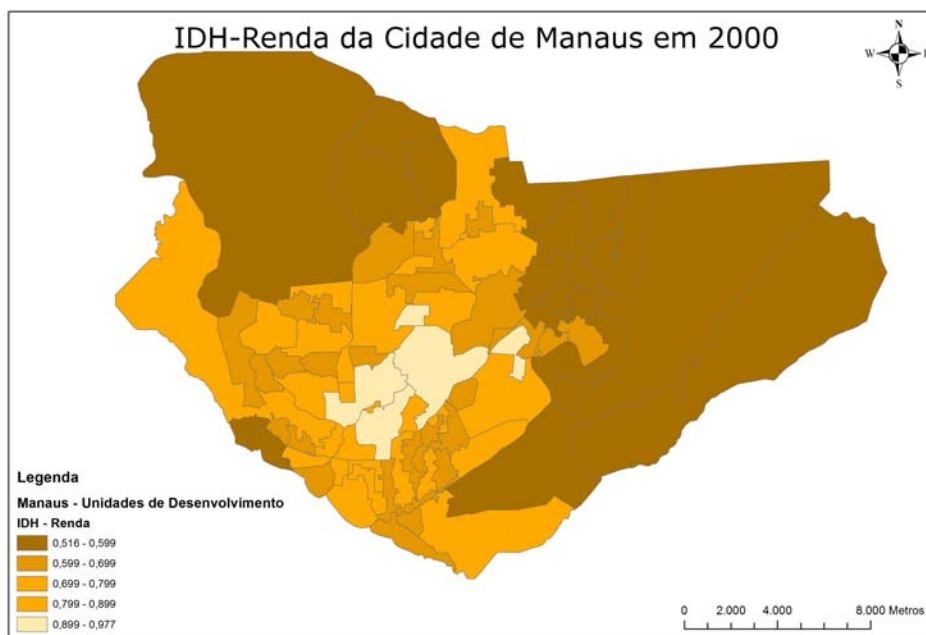
Com relação às UDHS em 2000, Nossa Senhora das Graças - Vieiralves/Adrianópolis e Flores - Parque das Laranjeiras, são as UDHS com as maiores rendas per capita do município, R\$ 1356,87. Esse valor representa quase uma vez e meia a maior renda per capita verificada entre os municípios brasileiros (Água de São Pedro – SP, R\$ 954,65) e 16 vezes mais que a menor renda per capita entre as UDHS Jorge Teixeira - Val Paraíso, Chico Mendes (R\$ 86,00).

Nesse ano, verifica-se também que 40% das UDHS têm renda per capita menor que a média do estado do Amazonas, 62% menor que a média de Manaus e 70% menor que a média do Brasil. Evidentemente que os indicadores de desigualdade a partir da perspectiva das UDHS se mostram de forma completamente distinta. Dado o criterioso trabalho de divisão espacial do município em UDHS com o maior grau de homogeneidade possível, a desigualdade, dentro delas, é muito menor que a do município.

3.2.1 Renda Média do Chefe do Domicílio

Em 1991, a renda média do chefe do domicílio era R\$ 779,33 em Manaus, caindo significativamente para R\$ 683,46 em 2000. As 10 UDH que apresentavam os menores valores de renda média relacionadas abaixo, o chefe do domicílio sobrevivia com menos de R\$ 300 mensais em 2000 (Tabela 30: Relação renda média do chefe do domicílio, 2000).

Figura 04 – Unidades de Desenvolvimento, IDH – Renda da cidade de Manaus em 2000.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano de Manaus

A ZFM gerou cerca de cem mil empregos diretos até 1992, depois disso, em pleno Governo Collor, passou a enfrentar crises; houve uma redução do número de trabalhadores da indústria de 65 para 35 mil. E mais, desempenho negativo nas exportações em relação ao ano de 1999, guerra fiscal, posteriormente as ameaças produzidas pela Lei de Informática. Em 1991, Manaus possuía 9,1% de chefe do domicílio sem rendimento, aumentando para 15,3% em 2000. As 10 UDH relacionadas abaixo, possuem mais de 20% de chefes do domicílio sem rendimentos (Tabela 11, Anexo 06).

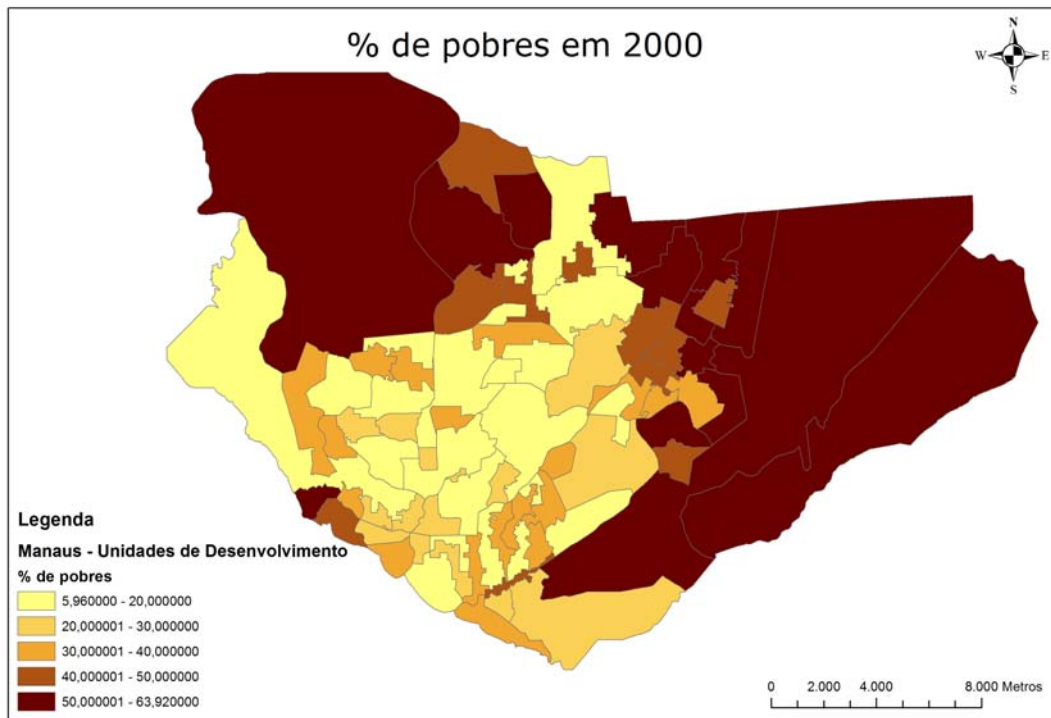
Em 1991, Manaus possuía 9,4% de chefe do domicílio com rendimento até um salário mínimo, aumentando para 16,4% em 2000. Entretanto, as 10 UDH relacionadas abaixo, possuem mais de 22% de chefe do domicílio com rendimento até um salário mínimo (Tabela 12, Anexo 06).

3.2.2 Desigualdade de Renda

Em 1991, os 10% mais ricos ganhavam 18,8 vezes que os 40% mais pobres em Manaus, aumentando para 38,8 vezes em 2000, as localidades que mais

contribuíram para esse aumento foram as UDH (Tabela 13, Anexo 07). Entretanto, as 10 UDH relacionadas abaixo, possuem as maiores desigualdade de renda em 2000, onde os 10% mais ricos ganham mais de 25 vezes que os 40% mais pobres (Tabela 14, Anexo 07).

Figura 05 – Unidades de Desenvolvimento % de pobres, na cidade de Manaus em 2000.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano de Manaus

Em 1991, os 20% mais ricos ganhavam 12,7 vezes que os 40% mais pobres em MANAUS, aumentando para 20 vezes em 2000, as localidades que mais contribuíram esse aumento foram as UDH (Tabela 15, Anexo 07). Entretanto, as 10 UDH relacionadas abaixo, possuem as maiores desigualdade de renda em 2000, onde os 20% mais ricos ganham mais de 18 vezes que os 40% mais pobres (Tabela 16, Anexo 08).

3.2.3 Vulnerabilidade Social

O conceito de vulnerabilidade nasceu na área dos Direitos Humanos, tendo sido incorporado ao campo da saúde a partir dos trabalhos realizados na Escola de Saúde Pública de Harvard por Mann sobre a epidemia da AIDS. Para compreender como se deu tal incorporação, é necessário recuperar a trajetória da epidemia a partir dos anos 80. A identificação dos primeiros casos em pessoas que já eram discriminadas socialmente (homossexuais, usuários de drogas), associada ao medo de uma doença desconhecida, levou à ampla disseminação do conceito de 'grupo de risco para a AIDS, o que contribuiu para que a síndrome fosse pensada como uma doença “do outro”. As primeiras campanhas de prevenção, além de serem insuficientes para evitar a disseminação da doença, estimularam o preconceito e a discriminação.

Vulnerabilidade social é formada por pessoas e lugares, que estão expostos à exclusão social, são famílias, indivíduos sozinhos, e é um termo geralmente ligado a pobreza. As pessoas que estão incluídas na vulnerabilidade social são aquelas que não tem voz onde vive, geralmente moram na rua, e depende de favores de outros. O principal conceito é que uma pessoa está em vulnerabilidade social quando ela apresenta sinais de desnutrição, condições precárias de moradia e saneamento, não possui família, não possui emprego, e esses fatores compõe o risco social, ou seja, é um cidadão, mas ele não tem os mesmos direitos e deveres dos outros. A pessoa que está nessa situação torna-se um excluído, que ocorre quando indivíduos são impossibilitados de partilhar dos bens e recursos oferecidos pela sociedade, fazendo com que essa pessoa seja abandonada e expulsa dos espaços da sociedade.

Vulnerabilidade e risco social são sinônimos de pobreza, porém, uma é conseqüência da outra, uma vez que a vulnerabilidade é que coloca as pessoas em um risco social. A pobreza dessas pessoas é medida através da linha de pobreza, que é definida através dos hábitos de consumo das pessoas, o valor equivalente a meio salário mínimo.

Segundo Abramovay (2002) apud Sierra; Mesquita (2006), a noção de vulnerabilidade social na América Latina é recente. Ela foi desenvolvida com o objetivo de ampliar a análise dos problemas sociais, ultrapassando a referência à

renda ou à posse de bens materiais, para incluir a população em geral. Pode-se dizer que esta noção está relacionada às concepções do Estado de Bem-Estar Social, cuja intervenção muitas vezes acontecia baseada no cálculo e na possibilidade de prevenção dos riscos.

Não obstante, a percepção do risco social tem se modificado ao longo dos anos, contando que foi construída com base na identificação da questão social ou de um problema de disfunção familiar, passando a ser interpretada como uma questão de relacionamento.

A importância de se entender a cidade a partir da produção da moradia é que ela possibilita unificar os vários campos de análise urbana por meio da observação que os atuais problemas da sociedade parecem ser cada vez mais articulados como problemas de natureza espacial visto que explicitam as desigualdades sociais como desigualdades socioespaciais.

Em relação às condições domiciliares, avaliada a partir de indicadores e variáveis de acesso a serviços básicos como água encanada e instalação sanitária; percentual de população com acesso a água encanada e coleta de lixo; e o número médio de banheiro, percebeu-se que alguns valores apresentaram queda como, por exemplo, do percentual de domicílios com água encanada e o percentual de pessoas que vivem em domicílios sem instalação sanitária, especialmente nas zonas centro-sul, leste e oeste. Quanto à coleta de lixo, em todas as zonas da cidade houve aumento do percentual de domicílios atendidos pelo serviço de coleta de lixo, sendo a zona Centro-Oeste a que concentrou em 2000 o maior percentual de residências com acesso a este serviço básico e a localidade da Grande Vitória a que possui o menor número de domicílios com coleta de lixo.

A composição das Unidades de Desenvolvimento Humano iniciou-se pela análise física e populacional dos 1582 setores censitários definidos pelo IBGE que compõem o município de Manaus. Em seguida foi realizada uma análise na classificação dada pelo IBGE aos 1582 setores censitários que compõem a Zona Urbana de Manaus. Desse total, 200 (duzentos) setores estão classificados como Setores Especiais de Aglomerado Subnormal.

Considerando que do total de 1582 setores 200 (duzentos) já são definidos pelo IBGE como áreas carentes de serviços públicos, deu-se continuidade à análise

dos setores restantes com a identificação das chamadas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

O Atlas do Desenvolvimento Humano em Manaus considerou as seguintes variáveis para identificação das ZEIS: áreas de risco: identificação dos setores com predominância de moradias localizadas em áreas de risco (encostas, leito e margem de igarapés); Áreas em irregularidade urbanística e/ou fundiária: Identificação dos setores com predominância de moradias desprovidas de padrões urbanísticos e localizadas em áreas ausentes de planejamento urbano (ocupações, palafitas, etc.).

As UDH resultantes dessa avaliação foram 81. O processo de validação das UDH resultou na seguinte distribuição: zona Sul: foram identificadas 17 UDH; zona Centro Sul: foram identificadas 12 UDH; zona Leste: foram identificadas 18 UDH; zona Oeste: foram identificadas 11 UDH; zona Centro Oeste: foram identificadas 8 UDH; zona Norte: foram identificadas 14 UDH; zona Rural: foi identificada 1 UDH.

3.2.4 Mortalidade infantil

Com relação à mortalidade infantil, apenas oito UDHs já conseguiram atingir o patamar proposto pela ONU para o Brasil nas “Metas do Milênio”, segundo o qual esse indicador deveria atingir, até 2015, no máximo, 17 mortes para cada 1000 crianças nascidas vivas. A meta corresponde a 2/3 do valor observado para o país em 1990.

Vale distinguir a situação entre UDHs: $\frac{3}{4}$ de todas as UDHs que ainda não haviam atingido a meta do milênio em 2000, 19 estariam entre o patamar da meta e a média do município (29 p/mil) valor que ainda está bem acima da meta. Mais da metade das UDHs ainda necessitariam de esforços muito grandes, sendo que, para os piores resultados (39 p/mil) representa reduzi-la em mais de duas vezes.

$\frac{3}{4}$ Mesmo aquelas com melhores resultados ainda têm o que melhorar. Haja vista que, a despeito de ser muito bom o indicador mais baixo (Nossa Senhora das Graças - Vieiralves/Adrianópolis/Flores - Parque das Laranjeiras, 10 p/mil), esse ainda é quase duas vezes maior que os melhores resultados encontrados para o país (em São Caetano do Sul/SP, essa taxa chega a 5,4 mortes/mil).

Mortalidade Infantil até Um Ano de Idade: Em 1991, a taxa de Mortalidade Infantil em MANAUS era de 43,2% (a cada 1000 nascidos vivos, aproximadamente 44 morreram antes de completar um ano de idade), em 2000 este valor foi para 28,7%. Ambos os valores não atingiram a meta do milênio para o Brasil em 2000, que seria de 17% (Tabela 17, Anexo 08).

Mortalidade Infantil até Cinco Ano de Idade: Em 1991, a taxa de Mortalidade Infantil até cinco anos em MANAUS era de 67,4%, em 2000 este valor foi para 46,0%. Ambos os valores não atingiram a meta do milênio para o Brasil em 2000, que seria de 17%. Essa taxa, segundo DATASUS (2004), estava em aproximadamente em 20,4% (Tabela 18, Anexo 08).

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2001), durante toda a última década, do século XX, no Brasil, a asfixia perinatal foi a principal causa de morte em cerca de 10% dos óbitos neonatais, sem levar em conta a contribuição dos processos asfíxicos na mortalidade neonatal por outras causas. Conforme UNICEF (2000) entre os 193 países avaliados, o Brasil estava classificado em 85º lugar em relação à mortalidade entre os menores de cinco anos, com um coeficiente de 42/1000 nascidos vivos, embora venha apresentando queda importante nos últimos quarenta anos.

No Brasil existem grandes diferenças regionais. O Estado de São Paulo possui um dos menores coeficientes de mortalidade infantil. Segundo a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e a Secretaria de Estado da Saúde, a mortalidade infantil (entre os menores de um ano de idade) em 1970 era de 83,91/1000 nascidos vivos, dos quais 39,79/1000 no período neonatal e 44,12/1000 no período pós-natal.

Em um estudo realizado em 1996, coordenado pela Unidade Neonatal do Hospital Universitário da Universidade de São Paulo (HU-USP), com a participação de nove hospitais do Município de São Paulo envolvidos com a assistência perinatal, constatou-se que a maioria dos fatores de risco para o óbito de recém-nascidos com alguma patologia estavam relacionados com o seguimento pré-natal e o atendimento no pós-natal imediato, como por exemplo: prematuridade, baixo peso ao nascer, presença de infecção materna e asfixia (ALMEIDA, 1999).

De acordo com Saugstad (1998), estimava-se que 4 a 7 milhões de nascimentos necessitavam de algum tipo de assistência, fazendo com que a ressuscitação neonatal estivessem dentro das intervenções médicas mais comumente realizadas.

Conforme Jones et al. (2003), dentre as oito intervenções estratégicas para diminuir a mortalidade de crianças até cinco anos de idade, a reanimação ao nascer tem papel de destaque, estimando-se que a aplicação dos procedimentos necessários possa prevenir anualmente, na época, a morte de 359 mil recém-nascidos em todo o mundo.

2.2.5 Pessoas Que Vivem em Domicílios sem Acesso aos Serviços Básicos de 1991 e 2000

Os resultados aqui apresentados indicam as áreas onde houve melhoras ou não, comparando os anos 1991 e 2000, exceto as UDH São José, Grande Vitória e Jorge Teixeira - Val Paraíso, Chico Mendes, pois não há estimativas destas áreas em 1991. A primeira onda de progresso da cidade de Manaus está associado ao apogeu da exploração da borracha que a partir de 1890 graças aos investimentos do capital na economia agrária extrativista, em especial a economia do látex³, experimenta o primeiro surto de urbanização. A economia do látex principalmente da goma elástica, contribuíram para considerar a evolução positiva das condições financeiras do Estado já que a economia da época clamava por modernizar e embelezar a cidade com o objetivo de atrair mais investidores.

Não somente brasileiros como estrangeiros de diversas regiões do mundo atraídos pelas notícias de riqueza aumentaram o movimento da cidade de Manaus no final do século XIX. Eram indivíduos que chegavam para assumir as mais diversas atividades, todos com o pretexto de curiosidade e grandes lucros o que passou a intimidar a harmonia e a beleza da cidade. O desenvolvimento e o

³Látex é uma substância de aparência leitosa geralmente branca, que escorre de cortes feitos no caule de certos vegetais como a árvore da seringueira. Foi utilizada para industrialização de bolas, cintos, espartilhos, suspensórios, ligas, molas para portas, tapetes, sacos para água quente e salva vidas, entre outros produtos (SANTOS, 2007).

progresso foram acompanhados de muita miséria marcada pela incoerência social existente na cidade.

De um lado, a falácia da classe dominante de que a cidade era ordeira e pacata, e que tinha como finalidade mostrar ao mundo as oportunidades de investimento e a capacidade de desenvolvimento igual a dos grandes centros europeus. De outro lado a pobreza e desigualdade social transformando a cidade em um processo dual de modernização e exclusão social (DIAS, 2007).

O desenvolvimento e o progresso geraram um quadro de miséria que de acordo com Dias: problemas de abastecimento, higiene e habitação, ampliam-se com as questões sociais, pois no espaço urbano o roubo, a vadiagem, a prostituição, o jogo, a mendicância e doença de toda ordem contradizem a idealização de cidade ordenada e sem problemas (2007, p.118).

A cidade imaginada e apresentada aos investidores como sendo perfeita, próspera e civilizada esconde na realidade um quadro de miséria, abandono e exploração como atraso dos pagamentos de salários do funcionalismo público, aluguel de casas muito elevados, alto custo dos gêneros alimentícios por motivo de pesados impostos cobrados dos comerciantes à entrada das mercadorias como peixes, legumes e outros produtos, sendo eles vendidos ou não, além de problemas de saúde como febre amarela.

A riqueza da borracha neste período não só atrai investidores estrangeiros como ingleses e portugueses, mas também os mais diferentes tipos de pessoas que não conseguem ter as mesmas condições de sobrevivência daqueles que fazem parte de elite extrativista. O poder público aliado aos interesses privados, faz progredir uma política de pressão, exclusão e dominação sobre os que não se encaixam nos propósitos da elite local. Para os marginalizados, pobres, desocupados, doentes, pedintes e prostitutas se exigiu um inflexível controle sobre a vida, hábitos, costumes, trabalho e lazer.

Ao se perceber qualquer situação que pudesse ameaçar a ordem e a harmonia da área central da cidade onde eram feitos os negócios ligados ao comércio exportador e importador, eram aplicadas políticas de exclusão do espaço urbano transferindo os desassistidos e até pessoas empregadas para bairros distantes desvalorizados, separados do centro e por igarapés onde surgiram novos

bairros, segregando a pobreza e agravando os problemas habitacionais (DIAS, 2007).

Para os desocupados ou vadios⁴ que circulavam pela cidade ou eram recolhido a ambientes fechados como cadeias públicas onde recebiam orientações e treinamentos que possibilitariam a reinclusão na sociedade ou eram enviados para seringais onde encontrariam ocupação e garantia de manutenção pessoal.

O controle da habitação por parte do poder público impõe medidas relativas às condições gerais e técnicas de edificação quanto as partes externas ou fachadas que deveriam ter conceitos modernos e copiados das habitações européias. Era proibida a construção de casas cobertas de palha, sótãos e postigo no perímetro urbano.

A madeira, o barro, a palha, o igarapé, a carroça, a iluminação a gás são substituídos pelo ferro, pela alvenaria, pela telha, pela avenida, pelos bondes elétricos e pela luz elétrica respectivamente. A modernidade modifica a paisagem natural, arruína antigos costumes e tradições, civiliza índios que passam a ser trabalhadores urbanos. Expande-se o comércio, a navegação e a imigração. E todas essas transformações são efetuadas através de padrões europeus, esquecendo as culturas, diferenças e especificidades locais de Manaus.

O espaço urbano de Manaus no final do século XIX e início do século XX foi constituído por um progresso que excluiu pobres e trabalhadores e estabeleceu condições de produção e reprodução em atendimento aos interesses da elite capitalista local. A borracha ofereceu a Manaus nova fisionomia, novos meios de comunicação e transporte, mudança de cultura e surtos de urbanização graças aos investimentos internacionais na produção da borracha.

Por volta de 1915 a expansão econômica sofre um declínio em virtude da queda da exportação da produção gomífera em face da concorrência da borracha cultivada no sudeste asiático. De acordo com Santos “O capital estrangeiro ligado à comercialização e distribuição da borracha no exterior abandonou a Amazônia, em busca dos lucros mais seguros nas plantações do Oriente” (2007, p. 223).

⁴Desocupados ou vadios eram pessoas ociosas que passavam o dia às sombras das árvores, conversando ou jogando bola, incomodando as autoridades (DIAS, 2007, p.134).

A crise movimentou a vida urbana e rural de Manaus. Na cidade o desemprego e inadimplência nos contratos de aluguéis provocaram a transferência dos inquilinos para o subúrbio e o retorno de muitas pessoas à terra de origem e uma parcela dos trabalhadores dos seringais e do interior do Amazonas migrou para Manaus em busca de alternativas de melhores condições de vida.

Com a implantação do Distrito Industrial e o livre comércio da Zona Franca de Manaus, ocorreu um grande processo migratório para a cidade que apesar dos benefícios do desenvolvimento também evidenciou os problemas sociais. A Zona Franca aumentou a renda o Estado e a renda per capita da capital e à medida que crescia a demanda por mão-de-obra em Manaus era possível o deslocamento de pessoas do interior para trabalhar e os que já estavam empregados eram transferidos para setores mais rentáveis da economia, elevando-se assim, os níveis reais de salários.

Contudo, em 1976, as políticas de contingenciamento⁵ das importações influenciaram e frearam a expansão das atividades industriais e comerciais e a Zona Franca não conseguiu mais absorver a mão-de-obra dos migrantes que chegavam à procura de emprego.

De acordo com Batista (1976), não trazendo preparo para enfrentar o tipo de vida da capital, essa população, que vem se estabelecendo nas cada vez mais numerosas favelas criadas dentro e sobretudo na periferia de Manaus, não encontrou mercado de trabalho, nem tem condições de disputar os empregos criados, que demandam mão-de-obra qualificada.

O exército de reservas ou trabalhadores oferecendo-se a trabalhar nas fábricas formam um excesso de mão-de-obra a espera de oportunidade de trabalho e que ajuda a manter os salários no limite ou abaixo da subsistência causou impacto na cidade, tendo em vista o surgimento de grande amontoado de pessoas que passam a morar nos vales e leitos de igarapés causando o aparecimento de favelas, invasões de terrenos, autoconstrução de moradias utilizando sobras e resíduos de

⁵Contingenciamento: Sob o Governo Federal do General Hernesto Geisel, a política industrial de referência no país caracterizava-se pela adoção de medidas que fomentasse a indústria nacional de insumos, sobretudo no Estado de São Paulo. O modelo ZFM passou a ter as seguintes características: com a edição dos Decretos-Leis Nº 1435/75 e 1455/76, foram estabelecidos Índices Mínimos de Nacionalização para produtos industrializados na ZFM e comercializados nas demais localidades do território nacional; foram estabelecidos, ainda, limites máximos globais anuais de importação (contingenciamento) (SUFRAMA, 2008).

materiais de construção gerando áreas de extrema pobreza e provocando um aumento da demanda por moradia (GRANGEIRO; MACHADO, 2006).

Em 1991, Manaus tinha 17,7% das pessoas vivendo em domicílio sem água encanada, passando para 24,6% em 2000. Algumas das localidades que mais contribuíram para este agravamento foram as UDH (Tabela 19, Anexo 09). Estes fatos podem ter relação direta com a taxa média de crescimento anual, por exemplo, a UDH Monte das Oliveiras teve uma taxa média de crescimento anual de 46,2%, sua população era de 612 em 1991 passando para 18.108 em 2000.

A movimentação espacial ocorrida com o deslocamento de um imenso contingente da população de outros Estados e de outros municípios do interior do Amazonas para Manaus no início da Zona Franca e o descompasso entre o desenvolvimento econômico e políticas sociais, ocasionaram o surgimento de inúmeros locais de pobreza e crescimento desordenado da cidade, contribuindo para a deterioração da qualidade de vida, aumentando a demanda das políticas habitacionais. Desde que começou a funcionar, a Zona Franca transformou de forma radical a cidade de Manaus que se encheu de gente recém-chegada à procura de emprego e alcance de um maior nível de vida digno (SANTOS, 2007).

Um levantamento de projetos industriais aprovados pela SUFRAMA – com publicação no anuário de 1974 se referia a 138 projetos, dos quais 97 tinham sido implantados, criando teoricamente 26.460 empregos (BATISTA, 2007). Pode-se notar a grande demanda por profissionais justificando a quantidade de pessoas que chegavam à cidade para assumir as mais diversas profissões oferecidas pela indústria e pelo comércio.

Pode se ainda considerar que a criação da Zona Franca de Manaus teve pontos positivos como o desenvolvimento dos meios de transporte, estímulo aos meios de comunicação, atração de correntes turísticas dentre outros, já que o grande contingente de pessoas que chegavam a Manaus demandou a criação de novos espaços habitacionais e fez surgir um surto imobiliário que pode ser resumido no total de áreas da construção civil que em 1974 chegou a 1.587.822 m² com construções habitacionais estimuladas pelo BNH através de financiamento que resultaram em mais de 17.000 novas unidades (BATISTA, 1976).

A população de Manaus cresceu mais de 500%, saltando de 300 mil habitantes na década de 70 para mais de 1.500.000 habitantes no ano de 2000 (GEO-CIDADES, 2002, p.33). Morar dignamente no Brasil e em especial na cidade de Manaus era um privilégio de poucos, pois as condições sociais e econômicas da maioria da população eram escassas, obrigando-os a morar em locais não apropriados. As regras de mercado favoreciam os investimentos privados e a minoria da população que tinha condições sócio-econômicas para investir em imóveis em locais nobres e com infra-estrutura, enquanto que para a população de baixa renda eram construídas habitações em má localização, nas periferias e distante de áreas urbanas.

As UDH descritas a seguir foram as 10 piores áreas em 2000 concentrando mais de 70% das pessoas vivendo em domicílios sem água encanada (Tabela 20, Anexo 09).

Segundo Souza (2000, p.190) “[...] mesmo os conjuntos habitacionais financiados pelo BNH são verdadeiros exemplos de como não se deve praticar a urbanização [...]”. Certamente Souza destaca muito bem a forma como eram construídas as casas populares, com total desrespeito social. O que se chamava de bairro não passava de guetos ou locais marginalizados pela sociedade. Outros bairros foram surgindo através de invasões ou grilagem, sem luz, água ou qualquer infra-estrutura.

Em 1980 a cidade já tinha 634.756 habitantes destes 92.000 formavam a classe trabalhadora da capital. Calcula-se que chegavam a Manaus, 100 pessoas por dia, 3.000 por mês ou 36.000 novos habitantes por ano. Habitantes estes, que se estabeleciam nas favelas criadas na periferia (BATISTA, 2007). A cidade cresceu para todos os lados, contudo a preocupação do Estado estava em impulsionar as áreas que garantiam o escoamento dos bens produzidos e não com a infra-estrutura dos bairros proletários que se formavam a margem do centro de Manaus.

A falta de recursos financeiros e de planejamento municipal levou à desorganização espacial da área urbana, que se desenvolve sem nenhum acompanhamento, tendo como diretriz básica o imediatismo, soluções emergenciais para problemas de infra-estrutura e serviços básicos e geralmente realizados em tempos de eleição. Na cidade de Manaus, a organização do espaço urbano foi conduzido de forma que proporcionou o crescimento horizontal da cidade, onde mais

de 90% das unidades residenciais eram casas térreas, conforme pesquisa realizada em 1984 pelo Centro de Desenvolvimento, Pesquisa e Informação do Estado do Amazonas (CODEAMA).

A década de 1980 foi marcada pela emergência e expansão dos movimentos sociais por moradia na cidade de Manaus. Esses movimentos deram origem a mais de 35 bairros até o início de 1990 (SOUZA, 1994) sendo essas ocupações na maioria implantadas através de invasões e que buscavam o reconhecimento como bairros, coletividade e não como aglomerados humanos.

Em Manaus, em 1991 existia 6,3% de domicílios sem instalação sanitária, caindo para 4,9% em 2000. As UDH descritas a seguir foram as 10 piores áreas em 2000 concentrando mais de 11% das pessoas vivendo em domicílios sem instalação sanitária (Tabela 21, Anexo 09).

Nas últimas décadas, o município de Manaus vem se deparando com um número elevado de ocupações irregulares, as chamadas “invasões”. Segundo dados da Secretaria de Estado de Terras e Habitação, nos anos de 2000 e 2003 ocorreram mais de 100 novas ocupações que além da insegurança e precariedade é fator agravante de risco. O crescimento urbano irregular é devido à ausência ou insuficiência de políticas públicas voltadas para a resolução de problemas habitacionais o que possibilita as desigualdades sociais e a segregação espacial.

Os conflitos urbanos originam-se do crescimento desordenado, assim como a ocupação organizada de áreas vazias por líderes⁶ que organizam listas de inscrição para a distribuição de terrenos a serem demarcados, criando-se o que se chama de “indústria das ocupações”, ou seja, o pagamento por parte das pessoas aos líderes para terem seus nomes incluídos entre os que participarão da lista de inscrição. Essas ocupações ou invasões são feitas em áreas impróprias para habitação, como em encostas, nascentes de igarapé, barrancos, antigos depósitos de lixo, como o caso do Bairro Novo Israel, na Zona Norte da cidade.

Segundo dados da Fundação João Pinheiro (2005) a partir de 2001, o Estado vinha regularizando a moradia de famílias que ocupam há mais de 05 anos as terras do Estado, através da Concessão de uso especial para fins de moradia, o que tem

⁶Líderes: são representantes de associações comunitárias responsáveis por organizar listas de inscrição, controlar quantitativo de inscrições e ser um elo de ligação entre a comunidade e os representantes responsáveis pela políticas públicas (AULETE, 2007).

beneficiado mais de 5 mil famílias com previsão para atingir mais de 25 mil famílias no ano de 2006.

Dentre os programas criados pelo BNH destacam-se dois: o programa Conjunto Habitacional (COHAB), que tinha como meta a construção de casas em áreas livres para formação de conjuntos habitacionais para famílias com renda de até 5 salários mínimos e o PROMORAR, cujo o objetivo era promover a urbanização de áreas carentes de infra-estrutura.

Foi através destes programas que se deu a construção de conjuntos habitacionais e a implementação do Projeto de Urbanização de bairros executadas pelo COHAB-AM ou Superintendência Estadual de Habitação (SUHAB), órgão responsável pela política habitacional no Estado. Conforme dados da SUHAB, no período de 1982 até 1990, foi construído o conjunto Cidade Nova que expandiu a Zona Norte e inaugurou uma nova fase na construção de unidade habitacionais populares em Manaus.

A bacia hídrica do município de Manaus tem sido afetada por uma ocupação desordenada e insatisfatória, conseqüência de um processo migratório e também em virtude das invasões na periferia da cidade ocorrida nos últimos anos. Os igarapés⁷ são ocupados pela população excluída que procura fonte de água para as mais diversas finalidades e também local para habitar.

A ocupação desordenada e sem infra-estrutura adequada originou condições insalubres de moradia, com poluição das águas, problemas de saúde e de segurança, tendo em vista que a grande maioria das famílias mora em habitações de baixa qualidade e em locais passíveis de desabamento.

Em Manaus, em 1991 existia 27,7% de pessoas vivendo em domicílios sem banheiro e sem água encanada, passando para 32,4% em 2000. Algumas das localidades que mais contribuíram para este aumento foram as UDH (Tabela 22, Anexo 10).

Damião (2005, p. 227), afirma que governo “é a organização política que engloba os indivíduos e as instituições autorizadas para formular a política pública e dirigir os assuntos do Estado”. O Estado é regido por um sistema político (governo).

⁷Na Amazônia, canal estreito que só dá passagem a igaras ou pequenos barcos (MICHAELIS, 1988).

A constituição dá ao governo autoridade de estabelecer e regular o relacionamento entre os cidadãos dentro do território.

Embora a Constituição brasileira seja apenas uma Carta de intenções teóricas, que se reflete muito pouco na realidade de uma boa parcela da população, observa-se, nas palavras de Pinho (2005), que a organização do Estado brasileiro apresenta cinco fundamentos em seu art. 1º, a saber: Soberania; Cidadania; Dignidade da pessoa humana; Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e Pluralismo político.

Quanto à soberania, já foi observado no presente estudo que ela é fator indispensável na caracterização do Estado. O termo “cidadania” está diretamente ligado com os direitos civis e políticos (principalmente direito ao voto, a ser votado, à educação, à saúde e ao trabalho). Embora falte muita dignidade à pessoa humana do brasileiro, de modo geral, *dignidade* é até agora somente mais uma utopia na Constituição brasileira.

Pinho (2005), se refere ao trabalho e a livre iniciativa como variáveis indispensáveis para o adequado desenvolvimento do Estado brasileiro. Considerando os índices elevados de desemprego e as altas taxas de juro do mercado brasileiro, tem-se uma resposta para os baixos níveis de crescimento do país. Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa é mais uma utopia, prevista na Constituição brasileira, que não chegou na sua forma real para milhões de brasileiros, desempregados e/ou assalariados.

A Constituição brasileira de 1988, quando da sua promulgação, não previu expressamente um direito à moradia, embora tenha estabelecido como dever do Estado, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico (artigo 23, inciso IX). O dever de construir moradias certamente decorreu de ter o Estado brasileiro, como fundamentos, “a dignidade da pessoa humana”, e como objetivo “construir uma sociedade justa e solidária”, “erradicar a pobreza”, e “promover o bem estar de todos” (artigos 2º, inciso III, e 3º, incisos I e III).

A constituição afirma, ainda, em seu artigo 21, inciso XX, que “compete à União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos”. Os artigos 182 e 183 do documento

tratam da política urbana, com este último artigo dando uma autorização de usucapião urbano para aquele que utilizar uma área urbana de até 250 metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente, e sem oposição, para a sua moradia ou de sua família. Excluem-se deste direito àqueles que já sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.

Apesar disto, a lei brasileira não prevê obrigações estatais na construção ou no livre provimento de unidades residenciais. Até o início do século passado, no Brasil, a interferência do governo na questão da habitação era quase inexistente. O que havia era uma forte preocupação com a condição sanitária das cidades, a fim de se evitar a propagação de doenças. Cenário este imaginável, considerando o vasto histórico de graves epidemias da época, em todo o mundo.

As políticas públicas para o assunto notadamente se distinguem em dois planos: as ações dos municípios e as frentes federais. As primeiras referem-se ao posicionamento das prefeituras no problema, dentro do contexto do planejamento urbano. As segundas representam, em geral, a criação de normatizações nacionais e de organismos que interferem não somente no plano físico de habitações construídas, mas também nos meandros financeiros que estas empreitadas requerem.

Os governos estaduais costumam permear as duas frentes, ora na parceria com determinados projetos municipais, ora auxiliando na execução dos planos nacionais. Com base na competência legislativa concorrente, podem editar tanto uma lei estadual de política habitacional como urbana, de modo a aplicar estas políticas de forma integrada com seus Municípios. Aos estados cabe instituir um sistema de política estadual com organismos e instrumentos próprios, cujo foco deve ser destinado em especial para as áreas metropolitanas.

Conforme Gandra (2006), a estimativa da Organização das Nações Unidas de que, em 2020, haverá cerca de 1,4 bilhão de pessoas morando em favelas em todo o mundo, das quais 162 milhões na América Latina e no Caribe, reforça a necessidade de os países estabelecerem políticas sociais voltadas à moradia popular.

A liderança em termos de habitação precária na região latino-americana e caribenha é exercida pelo Brasil, onde cerca de 52,3 milhões residem em favelas, de

acordo com dados da Organização das Nações Unidas (ONU) para assentamentos humanos (GANDRA, 2006). Ainda de acordo com autora, cerca de 90% do déficit habitacional brasileiro, estimado em 7 milhões de moradias está concentrado na população que recebe até três salários mínimos por mês.

As UDH descritas a seguir foram as 10 piores áreas em 2000 concentrando mais de 80% das pessoas vivendo em domicílios sem banheiro e água encanada (Tabela 23, Anexo 10). Em Manaus, em 1991 existia 0,8% de pessoas vivendo em domicílio sem energia elétrica, aumentando levemente para 1,0% em 2000. As localidades que contribuíram para este aumento foram as UDH (Tabela 24, Anexo 11).

A cidade de Manaus foi delimitada pelas Zonas Norte, Sul, Leste e Oeste, Centro-Sul e Centro com o objetivo de controlar a urbanização considerando suas necessidades, classificadas e respeitadas conforme o tipo de ocupação, época do surgimento e identidade da população com a área. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), a maior área de ocupação de terras se deu na Zona Leste que compreende entre outros bairros, os bairros do Mauzinho, Distrito Industrial e Coroados isto devido à proximidade das fábricas do Distrito Industrial, o que facilitava a locomoção dos trabalhadores entre residência e local de trabalho.

Conforme o Relatório Geo-Cidade (2002), na década de 80 continuou a ocupação urbana irregular nas zonas leste e norte de Manaus, além da perda de características ou substituição de edificações de interesse histórico e cultural pela intensificação da atividade imobiliária em terrenos desocupados e a deficiência de infra-estrutura urbana.

Entre 1995 e 1997 foram editadas legislações municipais que alteravam a divisão territorial do município, as quais destacam: redefinição dos limites das áreas urbanas, de expansão urbana e rural; fixava novos critérios para o processo de produção do espaço urbano; estabeleciam as Áreas Especiais de Interesse Urbanístico; estabeleciam normas para a regularização de parcelamento do solo para fins urbanos e a criação das Zonas Especiais de Interesse Social ou ZEIS, para fins de aplicação dos procedimentos de regularização. As políticas públicas nessa época consistiam basicamente no processo de regularização de ocupações,

distribuição de lotes e na desapropriação de áreas de terras particulares ou públicas para interesse social.

As UDH descritas a seguir foram as 10 piores áreas em 2000 concentrando mais de 80% das pessoas vivendo em domicílios sem energia elétrica (Tabela 25, Anexo 11).

A iluminação residencial utilizada é basicamente a elétrica, quer através da concessionária, quer através de ligações clandestinas (“gatos”). Existem ainda poucos casos de utilização de lampiões a querosene ou velas. O grande problema das ligações clandestinas em Manaus agrava-se a cada dia que passa, atingindo quase todas as zonas da cidade, tais como o bairro Tarumã e Zona Leste, que engloba os bairros Nova Conquista, Grande Vitória, Nova Floresta, Grande Floresta, Novo Reino I e II e Cidade do Leste.

A mídia do Estado do Amazonas e de Manaus, constantemente anuncia invasões e mandatos de reintegração de posse. Sabe-se que nesses bairros, todos nascidos de invasão, o problema de energia é gritante, não somente pelas “quedas” que ocorrem diariamente, mas pelo grande prejuízo advindo das interrupções. Não é raro, na cidade de Manaus, aparelhos elétricos e eletrônicos, tais como freezers, geladeiras e televisão, ficarem inutilizados devido a falhas de energia.

Em muitos bairros de Manaus as ligações são feitas de diversos materiais, desde que conduza energia. Os moradores utilizam materiais inapropriados para tais ligações que vão desde fios de arame farpado até fios grossos de alumínio. As ligações, de modo geral, são feitas à baixa altura (cerca de 1,30 m) obrigando, em alguns pontos da rua, as pessoas a se abaixarem para não tocarem nos fios.

O Amazonas é um dos três Estados brasileiros que mais cresce economicamente e atrai migrantes em busca de trabalho. Porém, a procura é maior do que a oferta e esse fluxo migratório acaba criando mais desemprego, principalmente na cidade de Manaus. Os reflexos sociais desta equação são os problemas de segurança pública, saúde e educação.

O desenvolvimento do mercado imobiliário é de fundamental importância para o crescimento econômico e social de um país, pois está relacionado à viabilização de empreendimentos populares. Torna-se evidente a importância da participação dos setores imobiliários tanto de órgãos governamentais como de órgãos privados,

na forma de empresas, organizações e fundações, na concepção e produção de empreendimentos habitacionais visados para a baixa renda.

Assim, o sucesso de tais iniciativas depende da oferta de crédito habitacional, que possibilita, para as famílias adquirentes das moradias, o financiamento dos valores em diminutas parcelas e longos prazos para pagar.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2006), quase 55% dos brasileiros têm rendimentos familiares cuja soma é inferior a 3 salários mínimos. Com base neste e nos demais parâmetros apresentados, pode-se lançar uma visão mais abrangente e humana sobre o problema do déficit de moradias do Brasil.

Dentre as particularidades da carência de habitações, ou seja, habitação precária, coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel, pode-se setorizar a insuficiência de moradias em perfis específicos. Essa divisão torna-se particularmente necessária no momento do tratamento das causas do problema.

O perfil mais pronunciado da carência habitacional é a coabitação familiar, que caracteriza a convivência de várias famílias sob uma mesma unidade residencial. Os aluguéis considerados demasiadamente dispendiosos configuram-se como outra causa relevante, relegando à habitação precária uma participação muito menor do que se poderia esperar.

O inchaço populacional e a rápida concentração urbana gerida na segunda metade do século XX trouxeram sérias conseqüências para a estrutura habitacional das cidades brasileiras, aliado a explosão demográfica nas camadas mais pobres da população. A questão apresenta-se como um problema sério, apresentando gama variada problemas para a cidade, tais como moradores de rua, de áreas de risco, de loteamentos, de ocupações irregulares, de conjuntos habitacionais, de favelas e de periferias carentes. Aliás, a explosão demográfica ou super população e o crescimento descontrolado das cidades é um fenômeno de âmbito mundial ocorrido principalmente nos países subdesenvolvidos.

A partir de 1940 e até 1980, período em que a migração no Brasil foi insignificante, comparado com épocas anteriores, as taxas de crescimento populacional situaram-se sempre acima de 2,3% ao ano. No Brasil, o processo migratório do campo para a cidade, na metade do Século XX, foi motivado pela

oferta de emprego no setor industrial, mas nos últimos 30 anos o emprego industrial já não cresceu. O crescimento da população urbana inchou as cidades, mas nelas não se criou emprego suficiente para absorver toda essa gente, daí as taxas de desemprego crescentes, a marginalidade e os problemas com relação a habitação, saúde e alimentação (IBGE, 2006).

Na cidade de Manaus, por exemplo, vivem mais de 1,5 milhões de pessoas. Corresponde a mais de 60% da população do Estado de Amazonas (LÓPEZ, 2008). Uma forte contradição do modelo de desenvolvimento é que Manaus é a capital brasileira onde a riqueza e a renda estão mais concentradas nas mãos de poucos (95% da renda estadual está concentrada na “Zona Franca”), de outro lado as periferias de Manaus, suas áreas de ocupação e/ou invasão, impressionam pela magnitude e miséria. São imensas massas de marginalizados urbanos sem perspectivas de futuro (LÓPEZ, 2008).

Manaus é uma cidade que cresce de forma desordenada causando um contínuo processo de invasões ou ocupações. O déficit de emprego e moradia é muito alto. A fome faz parte do cotidiano de milhares de famílias vindas das comunidades ribeirinhas, indígenas e migrantes de outros estados e de outros países limítrofes⁸ que se instalam nas áreas de invasão das periferias da cidade ou nos igarapés que percorrem toda a cidade.

A falta de emprego é o maior empecilho para a melhoria da qualidade de vida de milhares de pessoas. Em relação aos migrantes, a falta de oportunidades, associada à falta de qualificação técnica, faz com que milhares deles se vejam desesperançados quanto ao futuro. Diante desse quadro, Manaus assiste ao fenômeno da mobilidade humana: migrantes, seja do interior do Estado do Amazonas ou de outros Estados, vêm em busca de moradia, educação e qualificação profissional, resultando em uma multidão de excluídos, em sua maioria.

No Brasil, de modo geral, as famílias urbanas cuja renda familiar atinge três salários mínimos costumam despender mais de 30% de sua renda com aluguel (FJP, 2005).

Segundo Magalhães (2004), a mudança de residência parece ser, na maioria dos casos, decorrente de um processo constituído por dois estágios. O primeiro

⁸Contíguo à fronteira de uma região; que serve de limite comum (AURÉLIO, 2007).

envolve a tomada de decisão do indivíduo, ou família, de mudar ou permanecer na residência atual e o segundo consiste na escolha do local da nova residência. Esta classificação torna-se conveniente na medida em que propicia uma melhor distinção entre os fatores que mais afetam a decisão em cada um dos dois estágios.

Essas considerações do autor mencionado, no entanto, são apropriadas e mais facilmente exeqüíveis para a classe média em diante, sendo proprietário ou não do imóvel. Para as famílias que têm renda média até três salários mínimos tudo se torna mais complicado, e as mesmas precisam resistir a todo e qualquer tipo de inconveniências referentes a um lugar sem condições de habitabilidade, conflitos e insatisfações com o local onde moram. O conceito de déficit utilizado está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba aquelas sem condições de habitabilidade devido à precariedade, tamanho e número escasso de cômodos para um número excessivo de moradores.

Portanto, esta é mais uma situação grave que enfrentam as populações pobres brasileiras que depois de conseguirem um terreno, com muita luta, passam à fase da construção do barraco; depois passam a vida toda lutando com ampliação, reforma e título de posse e de registro da propriedade. Outro problema que tem se mostrado preocupante para a coabitação exagerada é a promiscuidade e a higiene no âmbito dessas grandes famílias, onde a privacidade é escassa.

A inadequação, também denominada “déficit qualitativo”, é um grave problema, onde a proximidade entre as carências habitacionais mais básicas e a renda domiciliar se tornam mais nítidas: As habitações inadequadas são aquelas que não proporcionam condições desejáveis de habitabilidade, o que não implica, contudo, em necessidade de construção de novas unidades.

A falta de documentação é muito comum em todo o Brasil e em Manaus, onde as áreas têm origem em invasões ou assentamentos. As iniciativas de regularizar a posse de assentamentos irregulares são previsões constitucionais. Os núcleos e vilas irregulares são os espaços urbanos habitados por indivíduos que não possuem a posse legal do terreno, e, em decorrência, não têm quaisquer garantia da permanência no local ocupado.

As áreas inadequadas geralmente são sumariamente ignoradas pelas ações urbanizadoras do poder público. Essa realidade tem gerado o agravamento do

quadro de degradação ambiental e das desigualdades sociais e territoriais nas cidades brasileiras, devido à existência de duas cidades num mesmo território: a cidade legal, onde vivem os incluídos, e a cidade informal onde a realidade é ignorada.

Às prefeituras, exclusivamente, é reservada a obrigação de promover a legalização das habitações com irregularidades fundiárias. Todas as administrações de grandes cidades brasileiras denotam algum nível de atenção para este problema, seja com secretarias exclusivas ou na instituição de programas e leis orgânicas municipais.

A principal ferramenta jurídica e conjuntural é a aplicação do direito constitucional de usucapião urbano. Este cumpre simultaneamente duas finalidades diante da realidade de milhões de famílias brasileiras que vivem nas favelas, cortiços, conjuntos habitacionais invadidos e loteamentos irregulares na chamada cidade clandestina.

A primeira, como um instrumento de regularização fundiária para assegurar o direito à moradia desses segmentos sociais. A segunda finalidade é garantir o cumprimento da função patrimonial da propriedade através da promoção de uma política de regularização fundiária. Ou seja, a aplicação de usucapião atua tanto no atendimento a um direito social como na promoção do patrimônio real de famílias pobres, garantindo justiça social e distribuição de renda, objetivos primários da atuação do Estado.

Entretanto, não se deve confundir o incentivo às políticas de adequação fundiária com a conivência do Estado com invasões de patrimônio público ou privado. Para a preservação da legalidade no espaço urbano, representada pela manutenção do estado de Direito, não devem ser poupados esforços jurídicos e policiais.

A falta de documentação de terrenos e ou residências é um problema também para os moradores que querem ter acesso às políticas oficiais ou até mesmo privadas de financiamentos tanto para melhorias e materiais de construção. O correto loteamento e a aplicação de conceitos urbanísticos em áreas subnormais devolvem grandes áreas à cidade oficial, à administração pública e, o que é mais caro ao desenvolvimento, ao mercado imobiliário formal.

Vale salientar que a falta de documentação de terrenos e residências não acontece apenas nas áreas de invasão. Uma boa parte das propriedades até mesmo em bairros próximos ao centro da cidade não têm título de propriedade. A compra e venda de imóveis nesses casos se dá através de recibo de compra e venda, sendo assim os proprietários se consideram como tal, já que tal tipo de negociação faz parte da cultura do povo de Manaus.

A falta de oportunidade de emprego formal nas classes mais baixas tem sido uma razão constante de falta de oportunidade de conseguir financiamento para a compra de imóvel em lugar onde existem infra-estrutura e legalização da propriedade. A falta de políticas públicas, com relação à construção de moradias adequadas em locais estruturados faz com que as famílias não tenham outra opção, a não ser viverem em tal situação.

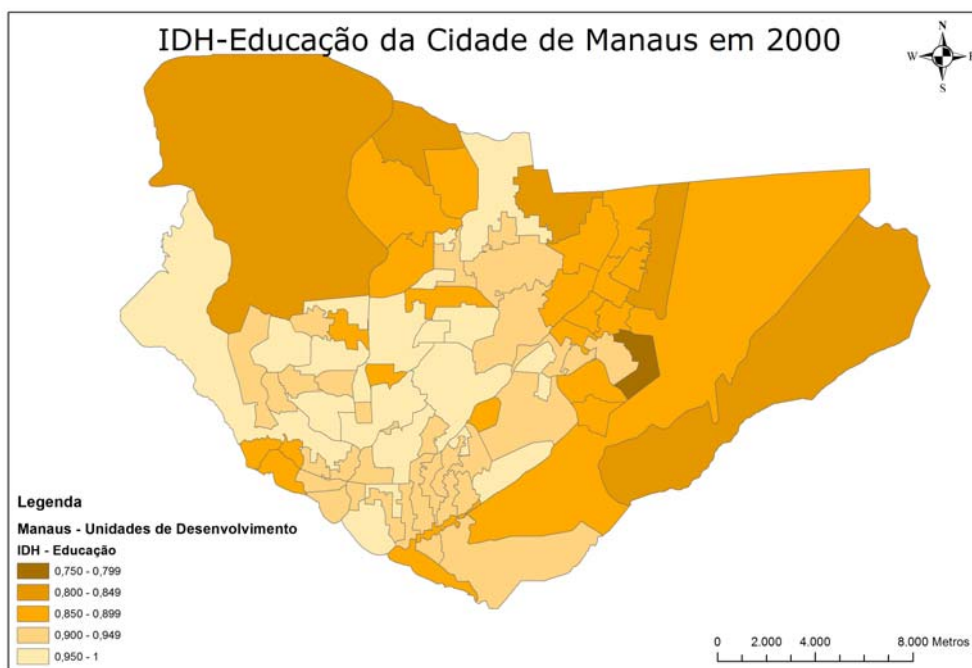
Como já foi dito, a falta de documentação das moradias, frutos de invasão, é um dos problemas mais comuns e que causam maior insegurança nos moradores dessas comunidades. As famílias das Comunidades formaram a Associação Comunitária, e, com ajuda de juízes, advogados e várias outras pessoas, estão tentando legalizar a área junto aos órgãos competentes.

Sendo assim, pode-se afirmar que os fatores socioeconômicos, como a falta de oportunidade de emprego formal, são alguns dos motivos que levam as famílias a morar em locais não condizentes com os conceitos contemporâneos de cidadania e com as teses atuais relacionadas aos direitos humanos e ao Estado de Direito. As políticas públicas continuam utópicas e demagógicas em seus programas habitacionais dirigidos às pessoas de baixa renda, por isso as mesmas, na esperança de deixarem de ser consideradas “sem-teto”, partem para essa luta através do difícil caminho das ocupações.

Uma outra realidade das desigualdades na cidade de Manaus, está refletida na taxa de analfabetismo da população acima de 15 anos varia entre 1,3% (UDHs Planalto e da Paz – Santos Dumont/Redenção - Hiléia) e 16,6% (UDH Colônia Antônio Aleixo/Puraquequara). O analfabetismo funcional nessa faixa etária varia entre 6,6% também na UDH - Planalto e 40% na UDH formada por Tarumã e Zona Rural. Vale destacar que, além dessa UDH com melhor resultado, mais outras quatro, mesmo tendo taxas de analfabetismo funcional muito parecidas com o município brasileiro com melhor taxa (Bom Princípio/RS, com 6%), ainda são mais

altas. Em 63% das UDHS, as taxas são melhores ou iguais à taxa de Manaus (17%) que, por sua vez, é o município do Amazonas com a taxa mais baixa. Contudo, em 14 UDHS, a taxa de analfabetismo funcional está acima de ¼ da população de 15 anos e mais.

Figura 06 – Unidades de Desenvolvimento, IDH - Educação da cidade de Manaus em 2000.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano de Manaus

Conforme De Carli; Bahls (2006), a finalidade da educação é promover mudanças desejáveis e relativamente permanentes nos indivíduos, e que estas venham a favorecer o desenvolvimento integral do homem e da sociedade. A educação superior deve propiciar “o desenvolvimento da mentalidade científica e do pensamento reflexivo” (Art. 43, inciso I, da LDBEN), bem como motivar ou estimular a inventividade cultural.

É necessário que a educação atinja a vida das pessoas e da coletividade em todos os âmbitos, visando à expansão dos horizontes pessoais, o desenvolvimento bio-psico-social do sujeito, além da observação das dimensões econômicas e o fortalecimento de uma visão mais participativa, crítica e reflexiva dos grupos nas decisões dos assuntos que lhes dizem respeito.

Quanto à taxa de analfabetismo fundamental da população adulta (pessoas de 25 anos e mais que tem menos de oito anos de estudo), Manaus, o município com a melhor taxa entre todos do Amazonas, chega quase à metade de sua população adulta (49%). Em 53% das UDHs, é ainda mais alta. Portanto, na maioria das UDHs, a taxa de analfabetismo fundamental corresponde a mais de 50% das respectivas populações adultas. Constituem um contingente de 303 mil pessoas, ou seja, mais de três vezes maior que a população total do município de Parintins. Os melhores resultados, observados na UDH Nossa Senhora das Graças - Vieiralves/Adrianópolis e Flores - Parque das Laranjeiras (19%) superam até mesmo o município brasileiro com melhor resultado, Niterói/RJ (31%).

Para Bowles; Gintis (1976) apud Forquin (1995) é importante valorizar a dimensão cultural e ideológica da educação e da seleção escolar enquanto base e transmissor estrutural da reprodução social. Segundo tais autores, é na escola que os pequenos aprendem a ser cidadãos; aprendem pontualidade, respeito pela autoridade além núcleo familiar; responsabilidade nos deveres e tarefas, dentre outros.

Para diferentes classes e grupos sociais, diferentes conhecimentos e habilidades devem ser expostos no intuito de considerar a cultura dominante mas ao mesmo tempo estar preparado para conviver com as diferenças culturais; preparado para o modo diferenciado do trabalho de acordo com a classe social, raça e o gênero. Dessa forma, o aluno estará sendo preparado para a verdadeira democracia, para a verdadeira república e não apenas para a competição e o consumismo, características evidentes do capitalismo selvagem brasileiro que tanto é refletido nas instituições de ensino, tanto no ensino básico quanto no ensino superior. A propósito disso nos fala Bowles; Gintis (1976 apud FORQUIN, 1995, p.62).

E tal situação há de continuar enquanto o poder de controle sobre os conteúdos, estruturas e financiamento da educação depender daqueles que dispõe também do poder econômico e político no seio da sociedade capitalista – eis a razão porque toda democratização da educação é sem dúvida ilusória.

De acordo com Atlas Manaus (s.d.), considerando os crescentes requerimentos mínimos para o completo acesso das pessoas às disponibilidades e exigências do mundo moderno e para o pleno desenvolvimento de suas

potencialidades, um cidadão com menos de oito anos de estudo (ensino fundamental incompleto) pode ser considerado praticamente um analfabeto. Sob esse ângulo, a situação da região requer muito esforço, principalmente quando se projeta esta taxa para outras gerações, como a de jovens adultos (18 a 24 anos).

Bourdieu; Passeron (1982) asseveram que distribuição desigual do “capital cultural” e a disparidade de “ethos de classe”, como eles denominam, parecem ser suficientes para explicar as desigualdades diante da seleção. Desta forma, tudo o que faz a seleção escolar é refletir e transmitir as desigualdades sociais.

Os autores acima mencionados abordam corretamente a questão da desigualdade cultural e social em relação à competitividade em igualdade de condições, ou seja, não existe lógica – sob o ponto de vista de distribuir igualmente os conhecimentos – em tratar de maneira igual (mesma metodologia e sistema de avaliação) os alunos desiguais.

Mesmo apresentando melhores indicadores educacionais que a população acima de 25 anos, são expressivos os contingentes deste grupo etário que deverão entrar na fase adulta despreparados do ponto de vista educacional. Pior do que isso, deverão perpetuar as diferenças já verificadas entre as UDHs para a população adulta. Assim, as melhores e piores taxas continuam se dando nas mesmas UDHs, com o agravante de que as UDHs com os piores resultados praticamente mantêm os patamares para as duas gerações. Por exemplo, em quatro UDHs, Zona Rural; Tarumã; Jorge Teixeira - Val Paraíso Chico Mendes e São José - Grande Vitória, a taxa de analfabetos fundamentais para os jovens (18 a 24 anos), em um nível entre 72% e 79%, chega a ser maior que os níveis para população adulta. Mesmo para o município como um todo, o esforço intergeracional representa apenas uma diferença de 49% para 43%.

Em 1991, Manaus possuía 11,0% de crianças analfabetas entre 10 e 14 anos de idade, diminuindo para 4,7% em 2000, as UDH que não apresentaram melhoria (Tabela 26, Anexo 11).

As crianças que se criam ouvindo os pais se expressando de forma completamente errada, sob o ponto de vista gramatical, jamais poderiam ser tratados da mesma forma, ou estarem adquirindo novos conhecimentos com crianças de classe social de maior poder aquisitivo, onde normalmente as pessoas

falam de forma mais correta, gramaticalmente falando, bem como expõe ou exprimem melhor as idéias para os filhos.

Tal realidade, do modo como se dá todo o Sistema Fundamental e Médio de ensino no Brasil, irá certamente se refletir na Universidade onde muitos estudantes continuam escrevendo “deus” em vez de “desde”, “mais” em vez de “mas”; ou ainda falando “poblema” no lugar de “problema”, e assim por diante.

Infelizmente, após mais de meio século da teoria de Paulo Freire a realidade educacional, social e cultural no Brasil, continua praticamente a mesma, apesar de todos os movimentos internacionais e nacionais de libertação de gêneros e classes. As escolas públicas que abrigam os alunos oriundos das camadas populares são vítimas de programas governamentais que nunca priorizam suas necessidades e nem oferecem condições reais para o melhoramento e avanço da educação brasileira.

Bourdieu (1999) afirma que a herança cultural que difere, sob dois aspectos, segundo as classes sociais, é a responsável pela diferença inicial das crianças diante da experiência escolar e, conseqüentemente pelas taxas de êxito. A cultura bem como a educação sofre influências da competitividade, do consumismo, da indústria de diplomas, dos índices de aprovação obrigatórios de governos, ou seja, de fatores socioeconômicos e políticos. Porém, as nações desenvolvidas já sabem há muito tempo que desenvolvimento e educação não podem ser vistos como idéias separadas.

As UDH relacionadas na Tabela 27 (Anexo 11) possuem mais de 7% de crianças entre 10 e 14 anos de idade analfabetas. Em 1991, Manaus possuía 3,7% de analfabetos entre 18 e 24 anos de idade, diminuindo para 2,0% em 2000, as UDH que não apresentaram melhoria estão descritas na Tabela 28 (Anexo 12).

As diferenças culturais no sentido de costumes e crenças é uma outra razão pela qual o dogmatismo, a padronização, e a avaliação tradicional nas escolas não é uma escolha ideal. A cultura está conectado com o plano do simbólico, do imaginário ou das criações que propiciam à comunicação humana nas diversas formas de linguagens: corpo, fala, gestos, escrita, dentre outros.

De acordo com Aranha; Martins (1999, p.6), enquanto o animal permanece mergulhado na natureza, o homem é capaz de transformá-la, tornando possível a cultura:

Em Antropologia, cultura significa tudo que o homem produz ao construir sua existência: as práticas, as teorias, as instituições, os valores materiais e espirituais. Cultura é, portanto, “um processo de autoliberação progressiva do homem, o que o caracteriza como um ser de mutação, um ser de projeto, que se faz à medida que transcende, que ultrapassa a própria experiência.

As relações entre cultura popular e escola pública, no Brasil, surge nos anos 50 e 60, a partir do método Paulo Freire e de outros movimentos de educação popular. Esta Educação valoriza a cultura popular, reforçando os grupos sociais que tem sua participação restrita na sociedade pela classe dominante e sua cultura erudita. As UDH relacionadas abaixo, possuem mais de 3% de analfabetos entre 18 e 24 anos de idade (Tabela 29, Anexo 12).

De acordo com Machado (1994), conhecer é apreender o significado e apreender o significado de um objeto ou de um acontecimento é vê-lo em suas relações com outros objetos ou acontecimentos. Assim, os significados constituem feixes de relações, que se articulam em teias, em redes, construídas social e individualmente e em permanente estado de atualização. Sobre a prática docente na Universidade, Scheibe (1987, p.98) afirma:

[...] a pedagogia, acreditamos, não pode ser um ideal ao qual deve conformar-se a realidade, e sim uma atitude frente a esta realidade, que envolve comportamentos concretos. Na busca da compreensão do como age/como deve agir este professor nas atuais circunstâncias, nós estamos pressupondo apenas que, nas representações daqueles que já estão agindo e nas teorias elaboradas a respeito desta ação, vamos encontrar um ponto de partida para um conhecimento que se estrutura a este respeito.

De acordo com Rios (1988), há de se respeitar o momento e a trajetória pessoal de cada um e considerar que trabalhar o possível é o ponto de partida para o desejável. Além disso, é necessário envolver-se por inteiro com o ato pedagógico e com a formação do aluno, no processo de construção e reconstrução do conhecimento. É preciso buscar a unidade dos elementos essenciais da prática

pedagógica no ensino superior: elementos técnicos; epistemológicos; humanos e políticos.

O redirecionamento da escola para sua significação contemporânea passa pela mudança de sua concepção, em todos os níveis: da educação infantil à universidade. De instituição “séria” e cinza, o espaço de aprendizagem deve buscar ser um agradável centro de pesquisa, em que os professores respeitem as diferenças individuais, entendendo que a subjetividade pós-moderna é *exotópica*, ou seja, só um constitui o outro e somente na relação com o próximo há uma construção sadia da personalidade.

Os pais deverão discutir com os professores os problemas e soluções para o desenvolvimento dos alunos, mas só o farão se perceberem a escola como significativa na tarefa de exercício da cidadania. As políticas de educação deverão ter espaços dentro das escolas, na comunidade, para que possam ser pensadas políticas diferentes para escolas diferentes, respeitando-se a divisão social do trabalho.

Ainda que pareça uma utopia, vale a pena sonhar e lembrar que na educação todas as utopias são provisórias (McLAREN, 1999). Com Morin (2000) aprende-se que o conhecimento é mutável e deve, na sua mutabilidade, buscar sempre a pertinência ao sujeito que conhece. A disciplinarização do conhecimento não pode esquecer de ensinar a condição humana, nos seus vários aspectos, inclusive na globalização de sua ética. A Escola deve preparar o aluno para as incertezas no desafio da convivência na diversidade. Esses são, indubitavelmente, saberes necessários à educação do futuro que já chegou.

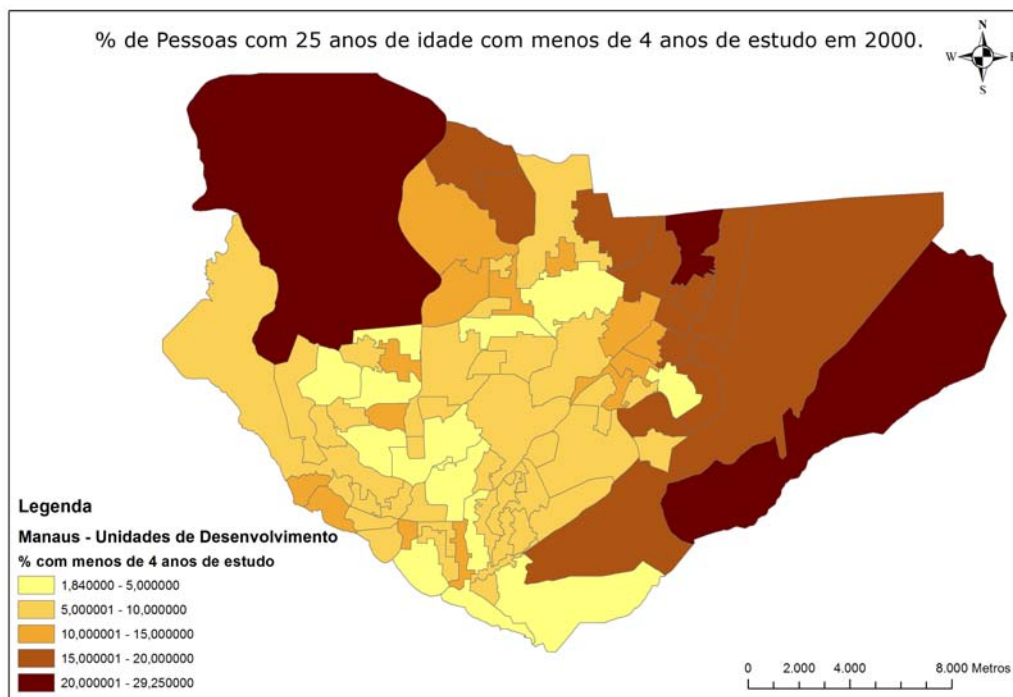
A incerteza não pode deixar o ser humano imobilizado, preso no que Thomburg (apud LITTO, 1997) chama de “paralisia paradigmática”, quando há insatisfação com a maneira do passado de realizar “uma educação” e ao mesmo tempo morrer de medo de errar com maneiras novas. Despregar-se do passado não significa desprezar o passado. Ao contrário, precisa-se dele, mas somente na condição de passado.

Analfabetismo Funcional: Entende-se por Analfabetismo funcional quando uma pessoa tem menos de quatro anos de estudos.

Analfabetismo Funcional entre 10 e 14 anos de idade: Em 1991, MANAUS possuía 64,0% de analfabetos funcionais entre 10 e 14 anos de idade, diminuindo para 50,8% em 2000, as UDH que não apresentaram melhoria significativa (Tabela 30, Anexo 12). Entretanto, as UDH relacionadas na Tabela 31 (Anexo 13) possuem mais de 64% de analfabetos funcionais entre 10 e 14 anos de idade. Em 1991, Manaus possuía 20,8% de analfabetos funcionais entre 15 e 17 anos de idade, diminuindo para 12,3% em 2000, as UDH que não apresentaram melhoria significativa (Tabela 32, Anexo 13).

A cultura ocidental valoriza excessivamente o individualismo e a competição de forma muito exacerbada, segundo Brotto (2003); Kunz (1998), na década de 80 surgiram questionamentos que abordavam desde a formação profissional do professor até sua metodologia de trabalho, atingindo nos últimos anos a visão do indivíduo como ser social. Vygotsky (1979), por sua vez, também já estava a anos-luz adiante de sua época; define a aprendizagem não como um processo individual, mas como algo que se estabelece nas interações entre duas ou mais pessoas.

Figura 07 – Unidades de Desenvolvimento % com menos de 4 anos de estudo em 2000.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano de Manaus

Dentro dessa nova visão, pensa-se que a Educação deve também refletir sobre essas concepções, no sentido de se utilize as práticas culturalmente construídas ou estabelecidas em uma sociedade, de um modo diferente do que o que vem sendo trabalhado em grande parte dos espaços escolares. Considerando todo passado violento da humanidade, relacionado a uma cultura educacional que dá ênfase à supremacia, à soberania e à competitividade, chega-se a conclusão que a educação deve evoluir, particularmente na metodologia de avaliação.

Entretanto, as UDH relacionadas na Tabela 33 (Anexo 13), possuem mais de 20% de analfabetos funcionais entre 15 e 17 anos de idade. Para que se possa modificar esse espírito competitivo, tão cruel com alguns grupos de alunos, exige-se um posicionamento diferente daquele que normalmente é encontrado nas instituições escolares. O professor tem um papel diretivo, mas não autoritário e o aluno é ativo, já que deve construir criativamente seu próprio conhecimento, internalizando-o. Desde cedo, a criança aprende a competir uns com os outros e, segundo Brotto (2003) o indivíduo é treinado desde a infância a ser um “gladiador romano”; para isso, o sistema usa a escola, família, mídia e outros meios para conseguir aceitação da competitividade como opção natural para o destaque e para o triunfo social.

Essa valorização da competição se manifesta nos jogos através da ênfase no resultado numérico e na vitória. Os jogos competitivos são rígidos e organizados dando a ilusão que só existe uma maneira de jogar e são estruturados para criar espaço para tensão, derrota e para sentimentos como raiva, medo, frustração, fracasso, rejeição e animosidade. Teixeira (2007) assevera que as instituições de ensino ao educar para conviver, forma indivíduos capazes de construir sua marca na sociedade como seres humanos inteligentes, críticos e sensíveis. Segundo Tijiboy; Maçada (1997, p.01), o conceito de cooperação é mais complexo que o de interação e de colaboração:

[...] ambos requerem relações de respeito mútuo e não hierárquicas entre os envolvidos, uma postura de tolerância e convivência com as diferenças e um processo de negociação constante. [...] a diferença fundamental entre os conceitos de colaboração e cooperação reside no fato de que para haver colaboração o indivíduo deve interagir com o outro existindo ajuda – mútua ou unilateral. Para existir cooperação deve haver interação, colaboração mas também objetivos comuns, atividades e ações conjuntas e coordenadas.

Conforme Piaget (1973), cooperação é definida como co-operação, isto é cooperar na ação é cooperar em comum. A cooperação caracteriza-se pela coordenação de pontos de vista diferentes, pelas operações de correspondência, reciprocidade ou complementaridade e pela existência de regras autônomas de condutas fundamentadas de respeito mútuo. Ainda para Piaget, para que haja uma cooperação real são necessárias as seguintes condições: existência de uma escala comum de valores; conservação da escala de valores e existência de uma reciprocidade na interação.

Em 1991, Manaus possuía 83,4% da população com pessoas entre 15 e 17 anos de idade com menos de oito anos de estudo, diminuindo para 68,1% em 2000, as UDH que não apresentaram melhoria significativa

Entretanto, as UDH relacionadas abaixo possuem mais de 86,9% da população com pessoas entre 15 e 17 anos de idade com menos de oito anos de estudo em 2000 (Tabela 35, Anexo 14).

A escola é base reprodutora de uma ideologia massificada, reproduzindo as estruturas sociais do capitalismo, estrutura com base no incentivo a competição, superação do outro, saber particular, individualizado. Esta competição, segundo Hoffmann (2001) entre os profissionais, reforça a soberania, a resistência à aceitação de sugestões ou críticas sobre o seu trabalho, principalmente em relação à avaliação porque envolve relações de autoritarismo e competência na sua disciplina.

Conforme Miranda; Maccarini (2008), na perspectiva de reprodução da sociedade capitalista, a orientação educacional originou-se com o objetivo de atender ao educando quanto à formação de homem produtivo, orientando-lhe profissionalmente. Esse direcionamento exacerbado pode ser atenuado através de uma orientação educacional, que amplie os horizontes da educação e do conhecimento, desenvolvendo junto aos alunos a reflexão teoria-prática e a troca de experiências; a observação e análise de problemas; a busca de soluções a partir da pesquisa, leitura e debate pedagógico.

Na avaliação tradicional costuma-se qualificar ou rotular os alunos; isto, porém, não deve ser feito nem de forma negativa nem tampouco positiva, pois tende a estigmatizá-los, a gerar comportamentos estereotipados e obstacularizar o

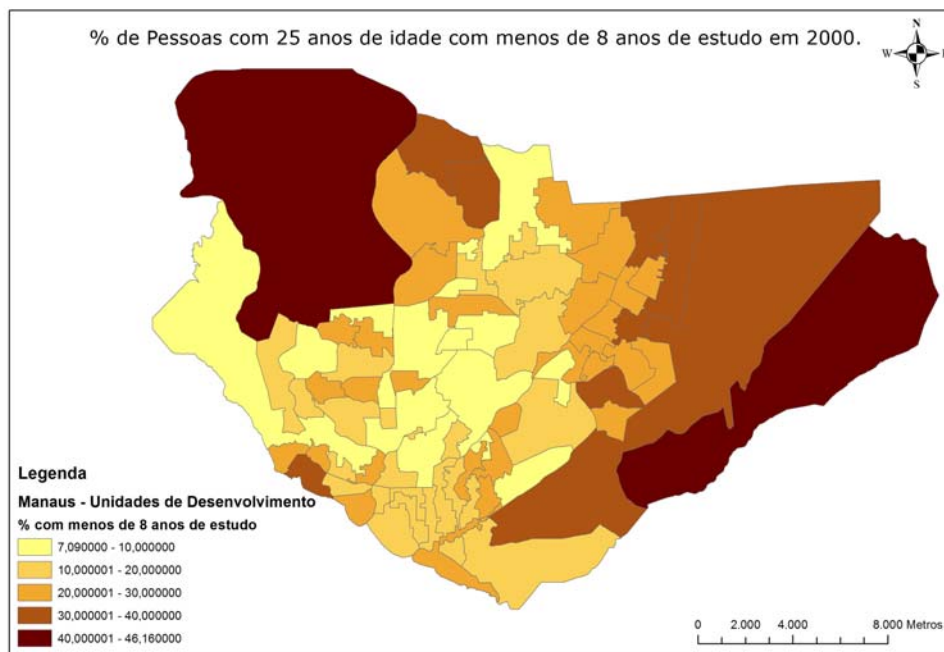
desenvolvimento, além de ser uma atitude autoritária e desrespeitosa. Segundo Luckesi (1996, p.48-51):

A partir do erro, na prática escolar, desenvolve-se e reforça-se no educando uma compreensão culposa da vida, pois, além de ser castigado por outros, muitas vezes ele sofre ainda a autopunição. Ao ser reiteradamente lembrado da culpa, o educando não apenas sofre os castigos impostos de fora, mas também aprende mecanismos de autopunição, por supostos erros que atribui a si mesmo.

Conforme Arroyo (2003, p.171) “há crenças e valores no cotidiano de nossas práticas de que não abrimos mão. (...) Repetência, reprovação, retenção são crenças”. A prova é um instrumento pelas quais essas crenças se mantêm no cotidiano escolar. Acabar com essas crenças bruscamente afeta o indivíduo, desestabiliza-o; seria como acabar com deuses e divindades que protegem a espécie humana a milhares de anos.

Em 1991, Manaus possuía 55,3% da população com pessoas entre 18 e 24 anos de idade com menos de oito anos de estudo, diminuindo para 43,3% em 2000, as UDH que não apresentaram melhoria significativa (Tabela 36, Anexo 14).

Figura 08 – Unidades de Desenvolvimento, % pessoas com 25 anos de idade com menos de 8 anos de estudo em 2000.



Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano de Manaus

Conforme Saes (s.d.), o Estado, em todas as sociedades divididas em classes (escravista, feudal ou capitalista) é a própria organização da dominação de classe; ou, dito de outra forma, o conjunto das instituições (mais ou menos diferenciadas, e mais ou menos especializadas) que conservam a dominação de uma classe por outra.

Xavier (1990) assevera que no decorrer da história da educação no Brasil as necessidades econômico-sociais transformaram o debate pedagógico, prevalecendo a escola como aparelho de dominação cultural e política. Isso significa que a ideologia política, intencionalmente, teve papel coercitivo nas práticas pedagógicas nacionais, inclusive com a divisão do trabalho pedagógico, repercutindo na criação das funções de administrador escolar, supervisor educacional e orientador educacional.

As características estruturais de funcionamento do Estado têm tudo a ver com a avaliação das escolas. Desde os primórdios das escolas, desde a escolástica, as instituições de ensino sempre funcionaram como tentativa de normatizar a sociedade; tentavam convencer os alunos de que as coisas eram como deveriam ser e seus currículos sempre serviram como ferramenta de reprodução e controles sociais.

Foi elaborado um padrão de comportamento e tudo o que pode ir de encontro a este padrão passa a ser errado, insatisfatório, fonte de punição e julgamento. No dia-a-dia escolar do aluno brasileiro os discentes sendo massacrados pelo peso dos conteúdos a serem estudados para a avaliação e necessidade de memorização e não da compreensão ou entendimento dos mesmos.

Luckesi (1996, p.14), dá uma idéia dessa realidade quando coloca que: O educando como sujeito é histórico; contudo, julgado e classificado, ele ficará para o resto da vida, do ponto de vista do modelo escolar vigente, estigmatizado, pois as anotações e registros permanecerão, em definitivo, nos arquivos e nos históricos escolares que se transformam em documentos legalmente definidos.

Avaliar é muito mais do que aplicar testes, provas, e outras práticas bancárias, no dizer de Paulo Freire; o essencial não é saber se o aluno merece determinada nota, este ou aquele conceito, por isso a avaliação deve servir como

instrumento auxiliar de aprendizagem, principalmente na ainda necessária burocracia competitiva do histórico escolar.

Observa-se assim que existe um longo caminho a ser percorrido nas instituições brasileiras ensino superior, transformando o trabalho pedagógico em um elemento de mediação e interlocução no processo ensino-aprendizagem. Neste sentido, cabe aos envolvidos com ensino superior do país, uma constante busca de alternativas para transformar, criando projetos pedagógicos claros, que demonstrem o real perfil do profissional a ser formado. E nesse aspecto, a avaliação como um todo é peça fundamental, pois quando se fala de trabalho pedagógico, de forma alguma se deixará de envolvê-la, pois realmente é o ponto nevrálgico da questão de todo este processo.

Continuando a análise, vê-se que os índices de analfabetismo entre as idades de 15 a 17 anos em 1991 e 2000, por UDH, não são tão altos. As UDH das zonas Norte e Oeste ficam com percentual aproximado, e as da zona Leste em destaque com um percentual maior, correspondendo a 35,48% em 1991 e 29,18% em 2000. Mesmo havendo um decréscimo, as situações educacionais dessas demandas não se alteram muito. A realidade se agrava quando são comparados com os percentuais dos alunos na mesma faixa etária com menos de 8 anos de escolaridade nos referidos períodos. Os percentuais são altíssimos em todas as UDH, alcançando quase que 100% na zona Leste, não havendo praticamente decréscimo de 1991 a 2000.

3.3 IDHM-R/IDHM-L/IDHM-E

Bartella (2006) afirma que o IDH-M tem por objetivo representar a complexidade de um município em termos do desenvolvimento humano que ele representa. Pois organiza, analisa e utiliza estatística descritiva, visando conhecer melhor a distribuição e o comportamento espacial do IDH-M. O desenvolvimento humano é um processo onde se busca o aumento da capacitação das pessoas, ampliando as capacidades essenciais para que as mesmas possam ter uma vida longa e sadia, para que possuam os conhecimentos necessários e o acesso aos recursos para um nível de vida aceitável (PNUD, 2006).

As 80 UDH adotadas no Atlas de desenvolvimento humano de Manaus é resultado da divisão do território municipal especialmente concebidas para retratar de modo preciso as diferenças e desigualdade social existentes neste município (OLIVEIRA, 2006). São representadas através do IDH-M seus sub índices e mais de 130 outros indicadores distribuídos entre os temas, demografia, educação, renda, habitação e vulnerabilidade, uma vez, que são esses indicadores sociais que norteiam a discussão, materializam e expressam a polarização socialmente produzida das desigualdades na cidade, nos diferentes seguimentos das classes sociais que conformam à sociedade de Manaus e seus diversos territórios.

Uma vez escolhidos os indicadores, são calculados os índices específicos de cada uma das três dimensões analisadas: IDHM-E, para educação; IDHM-L, para saúde (ou longevidade); IDHM-R, para renda. Para tanto, são determinados os valores de referência mínimo e máximo de cada categoria, que serão equivalentes a 0 e 1, respectivamente, no cálculo do índice. Os sub-índices de cada município serão valores proporcionais dentro dessa escala: quanto melhor o desempenho municipal naquela dimensão, mais próximo o seu índice estará de 1. O IDHM de cada município é fruto da média aritmética simples desses três sub-índices: somam-se os valores e divide-se o resultado por três $(IDHM-E + IDHM-L + IDHM-R / 3)$.

3.3.1 Renda (IDH-R)

Em 2000, a renda familiar per capita de Manaus era de R\$ 262,40 o que o classificava na 864ª posição entre todos municípios brasileiros. Esse valor estava bem acima do verificado para o estado do Amazonas (R\$ 173,92) e do município do estado com a segunda maior renda, Presidente Figueiredo (R\$ 188,23) ainda abaixo, entretanto, da média do país (R\$ 297,23). O que mais chama atenção em relação à renda familiar per capita são as quedas em relação a 1991, tanto no nível (seu valor era de R\$ 276,90) como, principalmente, na classificação geral em relação aos outros municípios brasileiros. Em 1991, ocupava a 214ª posição.

Tal situação está diretamente refletida em outros indicadores, mas principalmente na desigualdade de renda. Para o município de Manaus, a desigualdade aumentou, como mostra a observação de qualquer um dos

indicadores de desigualdade de renda considerados (Gini, Theil e relação 20/40). Considerando que o Brasil tem uma das piores desigualdades de renda do mundo, os indicadores de Manaus são praticamente iguais aos do país pelo Gini e pela relação 20/40. Em 2000, enquanto para o Brasil o Gini é de 0,65, e a relação 20/40 (quanto, em média, os 20% mais ricos ganham em relação aos 40% mais pobres) é de 21 vezes, em Manaus esses indicadores são de respectivamente 0,64 e de 20 vezes.

Desde 1991 vem ocorrendo um debate, sobre o que possa ser essa nova concepção de desenvolvimento, ocasionado pelas primeiras publicações do relatório de desenvolvimento humano pela as Nações Unidas, onde mensura tal desenvolvimento dos países pelo índice de desenvolvimento humano (IDH). Isso ocasionou várias análises a respeito desse novo índice e o surgimento de outros indicadores que tinham como foco principal as problemáticas acerca do desenvolvimento, tais como as desigualdade (entre homens e mulheres, entre regiões de um mesmo país, entre segmentos sociais, etc.); questões relacionadas a infra-estrutura, a direitos humanos, a liberdades, a políticas públicas e a vários componentes da vida financeira, econômica e social das nações (BITOUN, 2006).

Outra forma de abordar a questão da desigualdade na distribuição de renda do município como um todo é por meio da apropriação da renda por estratos da população. Enquanto os 20% mais pobres da população apropriam-se de apenas 1,6% da renda gerada no município de Manaus, os 20% mais ricos ficam com 68%. Subdividindo esse grupo, vê-se que apenas os 10% mais ricos ficam com mais da metade, ou 52%.

Essa forma completamente distorcida de apropriação da renda pode ser evidenciada nas UDHs por meio de outros indicadores, como a proporção de pessoas vivendo abaixo de uma linha de pobreza e de indigência.

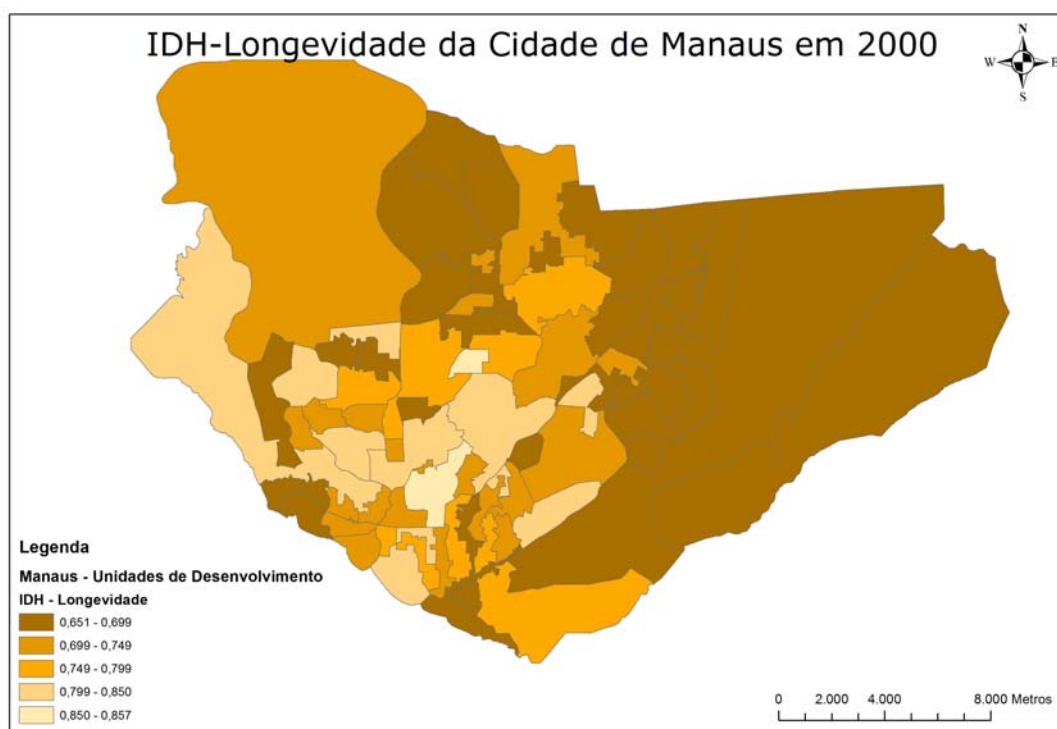
Tomando-se então a proporção de pobres, consideradas assim as pessoas que vivem com menos de meio salário mínimo de 2000 (R\$ 75,50), observa-se que eles representam uma proporção de mais de 1/3 da população de Manaus, um contingente de 445 mil pessoas, sendo que, desse total, 209 mil podem ser consideradas indigentes (vivem com menos de ¼ do salário, R\$ 37,75) - contingentes bem superiores à população total de qualquer um dos outros municípios do Amazonas.

3.3.2 Longevidade (IDHM-L)

Para a dimensão longevidade, o indicador é a expectativa de vida ao nascer. Índice de Desenvolvimento Humano Longevidade – IDHM-L, tenta medir o direito a uma vida longa e saudável. É medido pela Esperança de Vida ao Nascer, ou seja, segundo Pedrosa (2000) o número de anos que viveria um recém-nascido, mantendo-se inalterados os padrões de mortalidade prevalentes na época de seu nascimento. Reflete também, indiretamente, as condições de saúde, mortalidade infantil, nutrição, higiene, acesso a serviços básicos, mortalidade decorrente da violência, entre outros fatores.

A criança abandonada começou a ser um sério problema no século XVIII. Havia uma insensibilidade e indiferença pública à prática do infanticídio. A mortalidade infantil era decorrente de negligência, crueldade e doenças, bem como do aleitamento não-materno contaminado, seja pelo leite e água (lavagem da mamadeira) contaminados ou seja pelas amas-de-leite doentes (DONAHUE, 1985). No século XIX, de acordo com Freyre (1961), a situação do trabalho feminino em fábricas, criado a partir da Revolução Industrial propiciou a utilização de substitutos do leite materno para a alimentação de crianças, filhos de operárias, contribuindo para a mudança no hábito natural da amamentação.

Figura 09 – Unidades de Desenvolvimento, IDH – Longevidade da cidade de Manaus em 2000.



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano de Manaus

Nestes casos, além da falta de informação há a confluência de outras irracionalidades humanas que persistem, tais como, falta de planejamento familiar, capitalismo selvagem, corrupção política, insensibilidade e falta de solidariedade, dentre outros, características humanas bem antigas e que permanecem atuais.

No início do século XIX, a prática de alimentar crianças com leite de animais, em chifres⁹, tornou-se intensa. Os resultados foram desastrosos; 7 entre 10 bebês eram alimentados dessa forma morriam antes de completar um ano de idade. Por volta de 1850 era possível encontrar alimentos infantis no mercado e o leite de vaca passou a ser adotado quase que rotineiramente, pelas clínicas pediátricas (CAVALCANTI, 1982). Não obstante, ainda no século XIX, tanto a medicina quanto as concepções morais, religiosas, naturalísticas e higiênicas exaltam o leite humano e a amamentação como elementos integrantes e essenciais para a saúde e bem-estar do bebê.

⁹ Na Idade Média, esses acessórios iam parar nas mãos dos bebês e serviam de mamadeiras primitivas. Bastava pegar um chifre, fazer um furo na ponta e encaixar ali um pedaço de tecido ou pele para a criança sugar. Depois, os pais enchiam o recipiente com água ou leite e davam ao pequeno. A higiene não era o forte da invenção,

Porém, o desenvolvimento científico-tecnológico alcançados no princípio do século anularam os efeitos práticos de tal exaltação, pela introdução do leite de vaca diluído na alimentação da criança; o leite em pó e a pasteurização é um exemplo desses avanços tecnológicos, o que provocava confiança no produto e facilidade práticas para as mães. A higienização do produto tornou significativamente difundida a prática da mamadeira tornando dispensável a presença da mãe junto ao filho. Daí para frente os cuidados de higiene ficariam por parte da lavagem das mamadeiras com água potável.

Conforme Hardy; Osis (1991), a Revolução Industrial, a partir da segunda metade do século XIX, causou uma diminuição na prática da amamentação, fato que parece estar relacionado, entre outras causas, com a migração da população rural para as cidades. Esta metamorfose econômico-tecnológica determinou grandes transformações sociais, principalmente para a mulher que, permanecendo longos períodos fora de casa, passou a laborar nas indústrias, dificultando e quase impossibilitando a continuidade da amamentação. Já no Século XX, de acordo com Filho (2006), no começo do século XX chegam ao Brasil e à América Latina os primeiros leites industrializados, denominados na época de “evaporados” ou “condensados”, produzidos na Alemanha, com o alto teor de carboidratos.

Nesse sentido, a empregabilidade fácil da mulher nos períodos industrial e pós-industrial consagrou de vez o uso de tal método para a alimentação do bebê, já que as mães não estavam mais disponíveis durante boa parte do tempo. O grande avanço neste aspecto viria bem mais tarde com os berçários no local de trabalho e a licença maternidade, embora seja ainda de somente quatro meses.

Para Hardy; Osis (1991), diante das condições sub-humanas do operariado no início do século XX, e em especial da condição feminina, no que tange ao trabalho da gestante e nutriz, é que surge em 1919 a Organização Internacional do Trabalho (OIT) com o objetivo de melhorar as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores no mundo. A OIT, em sua primeira sessão, estabeleceu que as mulheres empregadas em empresas privadas, públicas ou comerciais teriam dois períodos de 30 minutos por dia, para amamentar o seu filho durante o expediente.

Para a avaliação da dimensão longevidade, o IDH municipal considera o mesmo indicador do IDH de países: a esperança de vida ao nascer. Esse indicador mostra o número médio de anos que uma pessoa nascida naquela localidade no ano

de referência (no caso, 2000) deve viver. O indicador de longevidade sintetiza as condições de saúde e salubridade daquele local, uma vez que quanto mais mortes houver nas faixas etárias mais precoces, menor será a expectativa de vida observada no local.

A população com baixos salários, contidos pela política econômica e pela repressão, passou a conviver com o desemprego e as suas graves conseqüências sociais, como aumento da marginalidade, das favelas, da mortalidade infantil. Campos (1998) enumera algumas mazelas do modelo de saúde previdenciário:

- Por ter priorizado a medicina curativa, o modelo proposto foi incapaz de solucionar os principais problemas de saúde coletiva, como as endemias, as epidemias, e os indicadores de saúde (mortalidade infantil, por exemplo);
- Aumentos constantes dos custos da medicina curativa, centrada na atenção médica-hospitalar de complexidade crescente;
- Diminuição do crescimento econômico com a respectiva repercussão na arrecadação do sistema previdenciário reduzindo as suas receitas;
- Incapacidade do sistema em atender a uma população cada vez maior de marginalizados, que sem carteira assinada e contribuição previdenciária, se viam excluídos do sistema;
- Desvios de verba do sistema previdenciário para cobrir despesas de outros setores e para realização de obras por parte do governo federal;
- A falta de repasse pela união de recursos do tesouro nacional para o sistema previdenciário, visto ser esse tripartite (empregador, empregado, e união).

3.3.3 Educação (IDHM-E)

Índice de Desenvolvimento Humano Educação, medido por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e acesso a escola (Taxa Bruta de Matrícula os níveis de ensino fundamental, médio e superior), ou seja, acesso ao conhecimento. Um dos indicadores levados em conta no IDHM-educação é a taxa de analfabetismo

das pessoas acima de 15 anos, entendendo-se por analfabeto a pessoa que se declara incapaz de ler e escrever um bilhete simples, conforme a definição para a pesquisa do censo. Se fossem observados indicadores de definição mais precisos e mais exigentes, os números mudariam substancialmente.

Considerando-se as três dimensões que representam as necessidades básicas da população para o desenvolvimento humano, constatou-se que a capital amazonense se destaca pelos valores relativamente altos do IDH Educação, enquanto os valores dos IDH Longevidade e Renda são bem menos favoráveis.

3.4 EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Em Manaus, no período de 1991 a 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) cresceu 3,9%, passando de 0,745 em 1991 para 0,774 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação com 75,9%, em seguida a Longevidade com 34,5% e a Renda com -10,3%. Mesmo com este crescimento Manaus, ainda é considerada como uma região de médio desenvolvimento humano (segundo a classificação do PNUD).

Como o IDH-M em Manaus é uma “grande média”, então é necessário focalizar nas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH), a Tabela 39 (Anexo 15) mostra que a maioria das UDH (57 UDH) está em médio desenvolvimento humano, representando aproximadamente 77% da população.

A Tabela 40 (Anexo 15) mostra que 12 UDH (15,5% da população) estão em Médio-Baixo desenvolvimento humano, estas UDH são comparáveis à Bolívia em termos de IDH; a maioria das UDH (24 UDH) representa 34,6% da população e está em Médio-Médio desenvolvimento humano enquanto apenas 5 UDH representando menos que 5% da população, estas são comparáveis a uma das melhores cidades do Brasil, como Florianópolis.

Manaus elevou seu Índice de Desenvolvimento Humano. Contudo, ainda se apresenta no último ranking no ano de 2000 entre as capitais, caindo duas posições se comparada com os indicadores de 1990. O grande responsável por essa

diferença e o (IDH Renda), onde fica muito evidente a diferença entre os núcleos das aglomerações do Centro-Sul e do Norte e Nordeste, onde Manaus está representada com o IDH Renda mais baixo entre as capitais.

Em segundo lugar, observa-se a importância econômica que a cidade de Manaus assume no cenário estadual. É a responsável por mais da metade do PIB total gerado no Estado. Gera também mais da metade do PIB industrial e de serviços. Além de possui o maior PIB por habitante do Estado. A região ainda responde por mais de 60% da arrecadação de tributos estaduais. Em termos demográficos, a região também se destaca. É de longe a região do Estado mais populosa e a mais densamente povoada (tanto em 1991 quanto em 2000). Foi a que apresentou a maior taxa de crescimento populacional entre 1991 e 2000. Também é a mais urbanizada. Não obstante todo o poderio econômico, ela é a região com o maior Índice desenvolvimento humano do Estado.

Se for analisado apenas o município de Manaus, no período de 1991 a 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) cresceu 3,9%, passando de 0,745 em 1991 para 0,774 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação com 75,9%, em seguida a Longevidade com 34,5% e a Renda com -10,3%. Mesmo com este crescimento Manaus, ainda é considerada como uma região de médio desenvolvimento humano (segundo a classificação do PNUD). Dividindo o médio e alto desenvolvimento humano, ter-se-á 15,5% da população com Médio-Baixo desenvolvimento humano, 34,6% com Médio-Médio desenvolvimento humano enquanto apenas 5 UDH representando menos que 5% da população, estão com alto desenvolvimento Humano.

O anos 1996, 2000 e 2007, nas seis zonas de Manaus, apresentaram aumento de população, entretanto cabe destacar que a Zona Leste e a Zona Norte apresentaram um crescimento mais significativo que as demais. Na Zona Leste, a população era de 241.995 habitantes, chegando a 324.986 habitantes quatro anos depois e a 374.320 habitantes em 2007. Já a Zona Norte o crescimento foi o maior saltando de 169.323 para 7.620,41 no período de 1996 a 2007.

Na década de 1980 houve um grande número de loteamentos feitos pelo poder público como os bairros do São José, Zumbi do Palmares, Armando Mendes e Cidade Nova. O Estado e a Prefeitura da época realizaram loteamentos com o intuito de entregar a população uma área asfaltada, com luz elétrica, água encanada e

lotes demarcados, no caso da Cidade Nova, um conjunto habitacional popular, não é por falta de Planos Urbanísticos que as cidades brasileiras apresentam problemas graves. Não é também, necessariamente, devido à má qualidade desses planos, mas porque seu crescimento se faz ao largo dos planos aprovados nas Câmaras Municipais, que seguem interesses tradicionais da política local e grupos específicos (MARICATO, 2000, p.214).

As zonas Norte e Leste sofreram impactos ambientais significativos, ocorridas devido ao intenso processo de ocupação que ocasionou perdas de cobertura vegetal, assoreamento e poluição de igarapés. Enquanto que na década de 1970, boa parte dessas áreas mantinha-se fora do processo urbanização e eram utilizadas freqüentemente como locais de lazer.

No início dos anos 1980, a zona urbana de Manaus passa a modificar-se por meio de mudanças rápidas e agressivas ao meio ambiente. Como afirma Maricato (2002, p.224) “a maior tolerância e condescendência em relação à produção ilegal do espaço urbano vêm dos governos municipais, aos quais cabe a maior parte da competência constitucional de controlar a ocupação do solo”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ser humano é produto de sua bagagem genética e do ambiente ou cultura, onde nasceu e foi criado. Até onde se sabe a influência de cada uma dessas duas variáveis não é uma ciência exata. Desde a infância, porém, está-se sujeito à influência do meio social, por intermédio da família, da escola, dos amigos, dos meios de comunicação de massa, etc. Aos poucos vai-se adquirindo idéias morais. É o aspecto social da moral se manifestando e, mesmo ao nascer, o homem já se defronta com um conjunto de regras, normas e valores aceitos em seu grupo social.

A sociedade contemporânea tem vários problemas que se originaram nos primórdios do capitalismo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social. Ética deve ser entendida como reflexão, estudo, moral dos

seres humanos cuja legitimação se baseia na sua racionalidade, já que é impossível uma vida social sem normas preestabelecidas para um convívio em harmonia.

Ser cidadão é respeitar e participar das decisões da sociedade para melhorar suas vidas e a de outras pessoas. Ser cidadão é nunca esquecer das pessoas que mais necessitam. A cidadania deve ser divulgada através de instituições de ensino e meios de comunicação para o bem estar e desenvolvimento da nação. Educação, porém, é o ponto de partida para que todos possam concorrer em igualdade de condições.

A educação pode existir imposta por um sistema centralizado de poder, que usa o saber e o controle sobre o saber, como armas que reforçam a desigualdade entre os homens, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos e dos símbolos. A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 se propõe uma reforma de Estado através de um processo de descentralização de funções e redefinição do seu papel nas políticas públicas. Com a descentralização o Estado Nacional passaria suas atribuições para os Estados e Municípios a gestão de programas sociais.

Aqui no Amazonas a população de Manaus cresceu mais de 500%, saltando de 300 mil habitantes na década de 70 para mais de 1.500.000 habitantes no ano de 2000. Morar dignamente na cidade de Manaus era um privilégio de poucos. Para muitos governantes e funcionários de concessionárias de serviços infra-estruturais a culpa é do “crescimento desordenado” que os governantes não têm capacidade de “ordenar”, diga-se de passagem. Culpam também “líderes” que invadem áreas para “indústria das ocupações”.

A proclamação dos direitos humanos em nenhum momento conclama os governos a tornarem-se agentes construtores massivos de habitações populares. Sendo assim, a Constituição brasileira é apenas uma Carta de intenções teóricas, que se reflete muito pouco na realidade de uma boa parcela da população.

A abordagem do desenvolvimento humano coloca o desenvolvimento como um processo cujo principal resultado deve ser o de ampliar as possibilidades de escolha dos indivíduos e as suas capacidades, ou seja, tudo aquilo que se pode fazer e ser na vida. É defendido que são igualmente importantes outros resultados, outras necessidades, outras dimensões da existência além da renda imediata, como o acesso ao conhecimento (a capacidade de receber e de processar informações), o

acesso aos serviços de saúde, à nutrição adequada, à liberdade de expressão e de participação política, à segurança contra violência física, o acesso ao lazer, à cultura etc.

Soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, e pluralismo político, são variáveis tão propaladas pela estereotipada e demagógica República brasileira. Nesta terra que tanto fala em “dignidade da pessoa humana” ou “construir uma sociedade justa e solidária”, “erradicar a pobreza”, “promover o bem-estar de todos”, tem um longo caminho a pavimentar e a percorrer até que a utopia se transforme em realidade, principalmente para os excluídos que buscam a tão propalada e sonhada cidadania.

A luta por moradia está sendo travada pela população de baixa renda e marginalizada, que não tem o direito de exercer sua cidadania no sentido de ter um teto para morar com dignidade, passando a habitar locais que são impróprios para moradia, como áreas sem saneamento e coleta de lixo, em ambientes degradados, com poucas áreas verdes, sem acesso a água de qualidade ou ar puro. Em Manaus boa parte dos esgotos domiciliares em áreas habitadas, cuja origem é ocupação, flui in natura para os igarapés. Aliás, um grande percentual de toda capital do Amazonas não possui esgotamento sanitário apropriado.

Verificou-se também que enquanto o total de analfabetos do município de Manaus é de 6% a taxa de analfabetismo funcional é quase três vezes maior, 17%. Isso representou um contingente de 161 mil pessoas. Tais dados vão de encontro ao direito à vida, que consiste no primordial direito do ser humano, pois a partir dele surgem os demais. A ele compete não apenas o direito de manter-se vivo, mas também o da concessão de possibilidades para que o indivíduo tenha condições de capacitar o pleno desenvolvimento das faculdades que lhe são inerentes.

A saúde, por ser um direito fundamental de cunho prestacional e social, revela-se como um excelente tema de estudo, pois o direito à saúde é pressuposto para a qualidade de vida e dignidade humana de qualquer pessoa. Os direitos fundamentais, por estarem em uma posição de destaque dentro da constituição Federal de 1988, se tornam um instrumento de extrema relevância, eles são considerados indispensáveis à pessoa humana, necessários para assegurar a todos uma existência digna, livre e igual. Não basta ao Estado reconhecê-los formalmente;

deve buscar concretizá-los, incorporá-los, no dia-a-dia dos cidadãos e de seus agentes.

Estes direitos são básicos e mínimos para a dignidade humana, e o Estado é o provedor destes, cabendo a ele a cobrança quando a execução deste direito não é feita ou está sendo agredida em sua existência. Para a concretização e incorporação destes direitos terem um âmbito cotidiano é necessário que a população tenha conhecimento e educação neste sentido, abrindo espaço assim para uma cobrança aos órgãos competentes quando estes direitos forem agredidos de alguma forma.

Descarta-se, portanto, qualquer hipótese de relatividade, não permitindo precedente para discussão sobre outro ângulo, denotando um caráter absoluto de validade dos mesmos, então, o Estado como mantenedor desses direitos tem responsabilidade de sua execução.

REFERÊNCIAS

ACA, Revista da ACA, n. 33, de 10 de março de 1911.

ALMEIDA JAG. **Amamentação**: um híbrido natureza-cultura. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 1999.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: introdução à filosofia. 2.ed. São Paulo: Moderna, 1999.

ARAÚJO LIMA, José F. **A exploração amazônica**. Revista brasileira de geografia. Rio de Janeiro: IBGE, jun/set., 1943.

ARAÚJO, L.M. de. **Produção do espaço intra-urbano e ocupações irregulares no conjunto habitacional de Mangabeira, João Pessoa - PB**. Pesquisa em andamento junto ao programa de Pós Graduação em Geografia da UFPB. Orientação Dra. Doralice Sátyro Maia. 2004.

ARRETCHE, Marta. **Revista Espaço & Debates**, 1990

ASSAD, Tâmera Maciel. 2008. **Problemática das “invasões” na cidade de Manaus**: perspectivas de legalização fundiária à luz do estatuto da cidade. Disponível em: <http://www.conpedi.org/manaus/arquivos/anais/manaus/novos_de_safios_tamera_maciel_assad.pdf> Acesso 25 out. 2011.

BANCO DA AMAZÔNIA (BASA). 2007. **Origem e características do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte**. Disponível em <<http://www.bancoamazonia.com.br/bancoamazonia2/fno.asp>> Acesso em: 25 out. 2011.

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia**: análise do processo de desenvolvimento. 2.ed. Manaus: Valer, Edeia e Inpa, 2007.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia**: formação social e cultural. Manaus: Valer, 1999.

_____. **Amazônia**: formação social e cultural. Manaus: Valer, 1989.

_____. **Amazônia**: formação social e cultural. Manaus: Valer, 1999.

_____. **O cearense na Amazônia**: inquerito antro-po-geográfico sobre um tipo de imigrante. Rio de Janeiro: SPEVEA, 1965.

BENTES, Rosalvo Machado. **A zona franca e o processo migratório para Manaus**. Dissertação – Belém, NAEA, 1983.

BITOUN, Jan. **O que Revelam os índices de desenvolvimento humano**. Atlas do Desenvolvimento Humano no Recife, v.1, p. 1-59, 2006.

BOTELHO, A. **Relações entre o financiamento imobiliário e a produção do espaço na cidade de São Paulo**: casos de segregação e fragmentação espaciais.

Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales, vol. IX, n. 194 (18). Barcelona, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Política de Saúde da Criança. **Prevalência de aleitamento materno nas capitais brasileiras e no Distrito Federal**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BURNS, E. Bradford. **Manaus 1910**: retrato de uma cidade em expansão. Manaus, Governo do Amazonas, 1966.

CAMPOS, Francisco E. **Legislação básica do SUS**. Belo Horizonte: Coopmed, 1998.

CARDOSO, Fernando H.e MÜLLER, Geraldo. **Amazônia, expansão do capitalismo**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

CAVALCANTI, M.L.F. **Conhecimentos, atitudes e práticas de pessoal de saúde sobre aleitamento materno**. São Paulo, 1982. 439p. Tese (Doutorado) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.

COMPARATO, Fábio Konder. A nova cidadania. 14ª Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil. Anais. Vitória, 1992.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2000.

DAMIÃO, Valdemir. **A Igreja no século XXI**: um panorama completo da história, desafios para o presente e as perspectivas do futuro glorioso da igreja. Rio de Janeiro: CPAD, 2005.

DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO/PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano 2002**. Lisboa: Editora, 2002.

_____. **Relatório do desenvolvimento humano 1997**. Lisboa: Trinova, 1997.

_____. **Relatório do desenvolvimento humano 1998**. Lisboa: Editora, 1998.

_____. **Relatório do desenvolvimento humano 2003**. Lisboa: Mensagem, 2003.

DENSLOW, David. **Origens das desigualdades regionais**. Estudos Econômicos, v. 3, n. 1, p. 65-88, 1973.

DIAS, Edinéia Mascarenhas. **A ilusão do fausto**: Manaus, 1890-1920. Manaus: Valer, 1991.

_____. **A ilusão do Fausto**. Manaus: Valer, 2007.

DONAHUE, M. P. **Nursing the finest art**. An illustrated history. Mosby Company, Missouri, 1985.

FOLHA DE SÃO PAULO (Fev/2008). **Crescimento**: Zona Franca de Manaus cresce 4,5% e deve gerar 19 mil empregos neste ano Disponível em: <<http://www.global21.com.br/materias/materia.asp?cod=18643&tipo=noticia>> Acesso em 25 out. de 2011.

FONSECA, Cássio. **A economia da borracha**: aspectos internacionais e defesa da produção brasileira. Rio de Janeiro, Comissão Executiva da Defesa da Borracha, 1950.

FREYRE, G. **Casa grande e senzala**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1961.

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DO RECIFE/FDM, INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS/IPEA, PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO/PNUD. **Desenvolvimento humano sustentável no Recife metropolitano** - indicadores selecionados. Recife: FDM, 2000.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Centro de estatística e informações, déficit habitacional no Brasil**, 2005.

_____. INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS/IPEA. **Condições de vida nos municípios mineiros**. Belo Horizonte: FJP, 1996.

_____. INSTITUTO DE PESQUISAS INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS/IPEA, PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO/PNUD. **Relatório sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil 1996**. Brasília: PNUD, 1996.

GALVÃO, Olímpio de Arroxelas. **A Amazônia dos grandes projetos**: avaliação de impactos e sugestões alternativas. Série Textos para Discussão, n. 221, UFPE, Recife, 1990.

GANDRA, Alana. Empresa Brasil de comunicação. 15 de novembro de 2006. **Processo de “favelização” reforça necessidade de políticas para moradia popular, afirma fórum**. Disponível em <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2006/11/13/materia.2006-11-13.3241539909/view>> Acesso em: 01 out. de 2011.

GARCIA, Etelvina. **Zona franca de Manaus**: história, conquistas e desafios. Manaus: Norma, Suframa, 2004.

GASQUES, J. G. E VILLA VERDE, C. M. **Crescimento da agricultura brasileira e política agrícola nos anos oitenta**. Agricultura em São Paulo, São Paulo, v. 37, no. 1, p. 183-204, 1990.

GUERRA, Antonio José Teixeira. CUNHA, Sandra Baptista da. **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

HARDY, E.E.; OSIS, M.J. **Mulher, trabalho e amamentação**: legislação e prática. Campinas, Editora da UNICAMP, 1991.

IBGE. **Departamento de população e indicadores sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005,

_____. **Departamento de população e indicadores sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. **Indicadores sociais medidos pelo IBGE em 2005**. Brasília, 10 de junho de 2007.

_____. **Projeções da população**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em fev 2009.

JONES, G. et al. **How many child deaths can we prevent this year?** Lancet. 2003;362:65.

LAGE, Janaína. **Esgoto a céu aberto tem grande impacto na vida da população, afirma estudo**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u13226shtml>> Acesso em 01 nov. 2011.

LEFF, N. Desenvolvimento econômico e desigualdade regional: origens do caso brasileiro. Revista Brasileira de Economia, v. 26, n. 1, p. 3-21, jan./mar, 1972.

LÓPEZ Fernando. **Amazônia**. Disponível em <http://www.redanchieta.org/semana_2005031117/20050202_ARTICULO3.htm> Acesso em 15 out. 2011.

LORENZETTI, Maria Sílvia Barros. **A questão habitacional no Brasil**. Consultora Legislativa da Área XIII. Desenvolvimento Urbano, Trânsito e Transportes, julho de 2001.

MAGALHÃES, José Luiz Quadros. Direito constitucional. *In*: ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. (Coord.). **O direito à vida digna**. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. 2.ed. Petrópolis. Vozes, 2000.

_____. **Habitação e cidade**. 7.ed. São Paulo: Atual. 1997.

_____. **Habitação e cidade**. 7.ed. São Paulo: Atual. 2002.

MINC, Carlos. **A ecologia nos barrancos da cidade**. São Paulo. Editora Perseu Abramo, 2002

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2.ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

NOVO ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **IDH dos Estados da Federação**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/idh/idh/idh_estados_br.pdf> Acesso em: 20 out. 2011.

OLIVEIRA, José Aldemir. **Manaus de 1920-1967: a cidade e dura em excesso**. Manaus, ed. Valer/ Governo do Estado do Amazonas/ Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2003.

PÁSCOA, Márcio. **O domínio econômico da borracha.** Jornal Amazonas em Tempo. Manaus, 02 de dezembro de 2007.

PEDROSA, Marçal M. **Desenvolvimento Humano no Município de São Paulo** (2000) Uma cartografia socioeconômica como contribuição ao planejamento de políticas públicas. São Paulo: PUC, 2003. (Dissertação de Mestrado).

PEREIRA, Deusamir. **Amazonia insustentável:** Zona Franca de Manaus – estudo e análise. 2.ed. Manaus: Valer, 2006.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugate. **Cidade sobre os ombros** – trabalho e conflito no porto de Manaus 1889 – 1925. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

PINHO, Rodrigo César Rebello. **Teoria geral da Constituição e Direitos fundamentais.** 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História economia do Brasil.** 26.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRADO, Maria Lígia C.; CAPELATO, Maria Helena R. A borracha na economia brasileira da Primeira República, 1997. In: Fausto, Boris (direção). 2.ed. **História geral da civilização Brasileira**, III – o Brasil republicano (1889-1930), São Paulo.

REIS, A.C. Ferreira. **A Amazônia e cobiça internacional.** Rio de Janeiro: Americana, 1972.

RIBEIRO, Vitor Filho. **Mobilidade residencial em Manaus:** uma Análise Introdutória. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

SANTOS, Roberto. **História econômica da amazônia (1800-1920).** São Paulo: Quirós, 1980.

SCHULTZ, Theodore W. **A transformação da agricultura tradicional.** Rio de Janeiro, Zahar, 1965.

SOUZA, Márcio de. **A expressão amazonense:** do colonialismo ao neocolonialismo. Manaus: Valer, 1994

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento polarizado e desequilíbrios regionais no Brasil.** Análise Econômica, Porto Alegre: FCE/UFRGS, Ano 11, n. 19, p. 29-59, mar, 1993.

SUFRAMA. 07 abr 2009. **Nossa cidade:** Zona Franca de Manaus. Disponível em: <<http://www.pmm.am.gov.br/culturaetourismo/nossa-cidade/zfm>> Acesso em: 24 out. 2011.

SUFRAMA. **Zona Franca de Manaus e Amazônia Ocidental:** um Modelo de Desenvolvimento Sustentável. Manaus: SUFRAMA, 2000.

UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Situação mundial da infância.** 2000. Disponível em: <<http://www.unicef.org.br.>> Acesso em: 24 out. 2011.

VERGARA, Sylvia C. **O problema de pesquisa científica**. In: _____. Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração. São Paulo: Atlas, 2007

ANEXO 01

Tabela 01: Os 10 Maiores IDH – Médio – 2000

No Mundo		Estados Brasileiros		Municípios Brasileiros		
País	IDH	Estado	IDH	Município	UF	IDH
1. Noruega	0,942	1. Distrito Federal	0,844	1. São Caetano do Sul	SP	0,919
2. Suécia	0,941	2. Santa Catarina	0,822	2. Águas de São Pedro	SP	0,908
3. Canadá	0,940	3. São Paulo	0,820	3. Niterói	RJ	0,886
4. Bélgica	0,939	4. Rio Grande do Sul	0,814	4. Florianópolis	SC	0,875
5. Austrália	0,939	5. Rio de Janeiro	0,807	5. Santos	SP	0,871
6. Est. Unidos	0,939	6. Paraná	0,787	6. Bento Gonçalves	RS	0,870
7. Islândia	0,936	7. Mato Grosso do Sul	0,778	7. Balneário Camboriú	SC	0,867
8. Holanda	0,935	8. Goiás	0,776	8. Joaçaba	SC	0,866
9. Japão	0,933	9. Mato Grosso	0,773	9. Porto Alegre	RS	0,865
10. Finlândia	0,930	10. Minas Gerais	0,773	10. Fernando de Noronha	PE	0,862

Tabela 02 - Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

UF	IDH-M	IDH-M	Variação no IDH-M	RANKING	RANKING	Variação no rank
	1991	2000	1991-2000	1991	2000	1991-2000
Distrito Federal	0,798	0,844	0,047	1	1	0
São Paulo	0,773	0,814	0,041	2	2	0
Rio Grande do Sul	0,757	0,809	0,052	3	3	0
Santa Catarina	0,740	0,806	0,066	5	4	1
Rio de Janeiro	0,750	0,802	0,052	4	5	-1
Paraná	0,719	0,786	0,067	6	6	0
Goiás	0,707	0,770	0,062	9	7	2
Mato Grosso do Sul	0,712	0,769	0,057	7	8	-1
Mato Grosso	0,696	0,767	0,071	12	9	3
Espírito Santo	0,698	0,767	0,068	11	11	0
Minas Gerais	0,698	0,766	0,068	11	11	0
Amapá	0,691	0,751	0,061	13	12	1
Roraima	0,710	0,749	0,039	8	13	-5
Rondônia	0,655	0,729	0,074	16	14	2
Tocantins	0,635	0,721	0,086	17	15	2
Pará	0,663	0,720	0,057	15	16	-1
Amazonas	0,668	0,717	0,049	14	17	-3
Rio Grande do Norte	0,618	0,702	0,084	19	18	1
Ceará	0,597	0,699	0,102	23	19	4
Bahia	0,601	0,693	0,092	22	20	2
Acre	0,620	0,692	0,072	18	21	-3
Pernambuco	0,614	0,692	0,077	20	22	-2
Sergipe	0,607	0,687	0,080	21	23	-2
Paraíba	0,584	0,678	0,094	25	24	1
Piauí	0,587	0,673	0,086	24	25	-1
Maranhão	0,551	0,647	0,096	26	26	0
Alagoas	0,535	0,633	0,098	27	27	0

Fonte: IPEA, Fundação João Pinheiro, UNDP.

ANEXO 02

Tabela 03: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), segundo as capitais brasileiras (1991 e 2000).

Capitais	IDH-M – 1991		IDH-M – 2000	
	Valor	Ranking	Valor	Ranking
Porto Alegre	0,824	1º	0,865	1º
Curitiba	0,799	4º	0,856	2º
Brasília	0,799	3º	0,844	3º
Rio de Janeiro	0,798	5º	0,842	4º
São Paulo	0,805	2º	0,841	5º
Belo Horizonte	0,791	6º	0,839	6º
Goiânia	0,778	7º	0,832	7º
Belém	0,767	8º	0,806	8º
Salvador	0,751	9º	0,805	9º
Recife	0,74	11º	0,797	10º
Fortaleza	0,717	12º	0,786	11º
Manaus	0,745	10º	0,774	12º

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Tabela 04: Comparação entre as principais capitais brasileiras e países selecionados, segundo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH/2000.

Capitais	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	Países com IDH 2000 mais próximo
Índice de Desenvolvimento Humano elevado (Índice 0,800 e mais)		
Porto Alegre	0,865	Barbados
Curitiba	0,856	Brunei
Brasília	0,844	Argentina
Rio de Janeiro	0,842	Argentina
São Paulo	0,841	Argentina
Belo Horizonte	0,839	Hungria
Goiânia	0,832	Polônia
Belém	0,806	Trindade e Tobago
Salvador	0,805	Trindade e Tobago
Índice de Desenvolvimento Humano médio (Índice de 0,500 a 0,800)		
Recife	0,797	México
Fortaleza	0,786	Panamá
Manaus	0,774	Bolívia

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

ANEXO 03

Tabela 05: IDH-M - Renda, Longevidade e Educação, segundo as principais capitais brasileiras (1991 e 2000)

Capitais	IDH-M RENDA				IDH-M LONGEVIDADE				IDH-M EDUCAÇÃO			
	1991		2000		1991		2000		1991		2000	
	VALOR	**	VALOR	**	VALOR	**	VALOR	**	VALOR	**	VALOR	**
Porto Alegre	0.818	2°	0.869	1°	0.748	1°	0.775	2°	0.907	1°	0.951	1°
Curitiba	0.793	5°	0.846	2°	0.728	3°	0.776	1°	0.875	4°	0.946	2°
Brasília	0.801	3°	0.842	4°	0.731	2°	0.756	6°	0.864	7°	0.935	3°
Rio de Janeiro	0.794	4°	0.84	5°	0.714	7°	0.754	7°	0.887	2°	0.933	4°
São Paulo	0.822	1°	0.843	3°	0.726	5°	0.761	3°	0.868	5°	0.919	9°
Belo Horizonte	0.779	6°	0.828	6°	0.727	4°	0.759	4°	0.866	6°	0.929	6°
Goiânia	0.755	7°	0.813	7°	0.718	6°	0.751	8°	0.862	8°	0.933	5°
Belém	0.708	11°	0.732	10°	0.71	8°	0.758	5°	0.883	3°	0.928	7°
Salvador	0.719	9°	0.746	9°	0.679	11°	0.744	10°	0.856	9°	0.924	8°
Manaus	0.712	10°	0.703	12°	0.681	10°	0.711	12°	0.843	10°	0.909	10°
Recife	0.727	8°	0.77	8°	0.676	12°	0.727	11°	0.818	11°	0.894	11°
Fortaleza	0.685	12°	0.729	11°	0.683	9°	0.744	9°	0.784	12°	0.884	12°

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

** Ranking

Tabela 06: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, segundo as capitais do Norte (1991 e 2000).

Capitais	IDH-M		IDM-M	
	1991		2000	
	Valor	Ranking	Valor	Ranking
Belém (PA)	0.767	1°	0.806	1°
Boa Vista (RR)	0.731	3°	0.779	2°
Manaus (AM)	0.745	2°	0.774	3°
Porto Velho (RO)	0.71	4°	0.763	4°
Rio Branco (AC)	0.703	5°	0.754	5°
Macapá (AP)	0.646	6°	0.72	6°

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

ANEXO 04

Tabela 07: Comparação entre as capitais do Norte e países selecionados, segundo Índice de Desenvolvimento Humano, 2000

Capitais	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	Países com IDH 2000 mais próximo
Índice de Desenvolvimento Humano elevado (Índice 0.800 e mais)		
Belém (PA)	0,806	Trinidad e Tobago
Índice de Desenvolvimento Humano Médio (Índice de 0.500 a 0.800 e mais)		
Boa Vista (RR)	0.779	Bulgária
Manaus (AM)	0.774	Romênia
Porto Velho (RO)	0.763	Tailândia
Rio Branco (AC)	1.754	Filipinas
Amapá (AP)	0.72	Irã

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Tabela 08: Municípios do Amazonas com os Melhores IDH-M (2000)

Melhores Resultados			
Município	IDHM	Distância ao melhor do país	População total
Médio-alto desenvolvimento humano			
Manaus	0.774	18,6	1.405.835
Presidente Figueiredo	0.741	22,9	17.394
Itacoatiara	0,711	26,7	72.105
Médio-médio desenvolvimento humano			
Tabatinga	0.699	28,3	37.919
Urucará	0.698	28,4	18.372
Parintins	0.696	28,7	90.150
Iranduba	0,694	28,9	32.303
Itapiranga	0,694	28,9	7.309
Maués	0.689	29,6	40.036
Humaitá	0.678	31,0	32.796
Rio Preto da Eva	0.677	31,1	17.582
Apuí	0.676	31,2	13.864
Silves	0.675	31,4	7.785
São Gabriel da Cachoeira	0.673	31,6	29.947
Manacapuru	0.663	32,9	73.695
Manaquiri	0.663	32,9	12.711
Tefé	0.663	32,9	64.457
Urucurituba	0.663	32,9	12.264
Autazes	0.661	33,2	24.345
São Sebastião do Uatumã	0.659	33,4	7.160
Total dos melhores			2.018.029
Amazonas	0,713	26,5	2.812.557

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

ANEXO 05

Tabela 08: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Renda, Longevidade e Educação, segundo as capitais do Norte 1991 e 2000.

Capitais	IDH-M RENDA				IDH-M LONGEVIDADE				IDH-M EDUCAÇÃO			
	1991		2000		1991		2000		1991		2000	
	VALOR	**	VALOR	**	VALOR	**	VALOR	**	VALOR	**	VALOR	**
Belém (PA)	0.708	3°	0.732	1°	0.71	1°	0.758	1°	0.883	1°	0.928	1°
Boa Vista (RR)	0.72	1°	0.725	3°	0.645	5°	0.702	4°	0.828	3°	0.91	2°
Manaus (AM)	0.712	2°	0.703	5°	0.681	3°	0.711	3°	0.843	2°	0.909	3°
Porto Velho (RO)	0.692	4°	0.728	2°	0.633	6°	0.664	6°	0.806	4°	0.898	4°
Rio Branco (AC)	0.673	5°	0.704	4°	0.677	4°	0.697	5°	0.76	5°	0.86	5°
Amapá (AP)	0.555	6°	0.592	6°	0.698	2°	0.728	24°	0.684	6°	0.84	6°

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Tabela 09: Municípios do Amazonas com os Piores IDH-M (2000)

Piores Resultados			
Município	IDHM	Distância ao melhor do país	População total
Baixo desenvolvimento humano			
Ipixuna	0.487	55,5	14.759
Tapauá	0.498	54,1	20.595
Médio-baixo desenvolvimento humano			
Guajará	0.504	53,4	13.220
Itamarati	0.505	53,2	8.406
Envira	0.513	52,2	19.060
Santo Antônio do Iça	0.525	50,7	28.213
Fonte Boa	0.532	49,8	31.509
Pauini	0.532	49,8	17.092
Jutaí	0,533	49,6	22.500
São Paulo de Oliveira	0,536	49,2	23.113
Canutama	0,546	48,0	10.737
Juruá	0,546	48,0	6.584
Santa Isabel do Rio Negro	0.548	47,7	10.561
Atalaia do Norte	0.559	46,3	10.049
Maraã	0,560	46,2	17.079
Eirunepé	0.562	45,9	26.074
Beruri	0,575	44,2	11.038
Carauari	0,575	44,2	23.421
Japurá	0,577	44,0	10.285
Tonantins	0,587	42,7	15.512
Total dos piores			339.807
Amazonas	0,713	26,5	2.812.557

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

ANEXO 06

Tabela 10: Renda média do chefe do domicílio, 2000

Posição	UDH	Número	RM
1	São José - Grande Vitória	4.359	240,33
3	Tancredo Neves - Parte Baixa	3.757	242,54
3	Colônia Antônio Aleixo / Puraquequara	3.590	255,16
4	Jorge Teixeira - Santa Inês, Brasileirinho	3.762	270,24
5	Jorge Teixeira - Val Paraíso, Chico Mendes	5.724	275,30
6	Cidade Nova – Alfredo Nascimento	5.090	288,85
7	Jorge Teixeira - João Paulo	4.138	291,81
8	Distrito Industrial / Mauazinho - Ceasa	6.739	297,60
9	Jorge Teixeira - Jorge Teixeira I E III	4.243	298,61

Fonte: Atlas do Desenvolvimento em MANAUS

RM – Renda Média do chefe do domicílio

*Número de chefes do domicílio (baseado no número de domicílio)

Tabela 11: Relação ao percentual de chefe do domicílio sem rendimento, 2000

Posição	UDH	Número	RM
2	Cidade Nova - Alfredo Nascimento	5.090	26,21
3	Tancredo Neves - Parte Baixa	3.757	26,20
4	Igarapé do Quarenta	3.672	25,38
5	Compensa - Vila Marinho	4.187	23,06
6	Jorge Teixeira - Val Paraíso, Chico Mendes	5.724	22,91
7	Distrito Industrial / Mauazinho - Ceasa	6.739	22,65
8	Cidade Nova - Nossa Senhora De Fátima, Cidade de Deus	5.959	21,08
9	Cidade Nova - Riacho Doce, Campo Dourado	2.091	20,53
10	São José - São José Ii	3.579	20,38

Fonte: Atlas do Desenvolvimento em Manaus

*Número de chefes do domicílio (baseado no número de domicílio)

Tabela 12: Relação ao percentual de chefe do domicílio com rendimento até um salário mínimo, 2000

Posição	UDH	Número	RM
1	Colônia Antônio Aleixo / Puraquequara	3.590	31,29
2	Zona Rural	2.969	29,35
3	São José - Grande Vitória	4.359	26,81
4	Educandos / Colônia Oliveira Machado	5.959	26,35
5	Monte das Oliveiras	4.276	26,11
6	Jorge Teixeira - Santa Inês, Brasileirinho	3.762	24,38
7	Compensa - Compensa I	3.824	23,33
8	Jorge Teixeira - Val Paraíso, Chico Mendes	5.724	23,09
9	Jorge Teixeira - João Paulo	4.138	22,39

Fonte: Atlas do Desenvolvimento em Manaus

*Número de chefes do domicílio (baseado no número de domicílio)

ANEXO 07

Tabela 13: Número de vezes que os 10% mais ricos ganham em relação aos 40% mais pobres

UDH	Nº vezes em 1991	Nº vezes em 2000
Tarumã	9,88	39,24
São Jorge - Ig. Cachoeira Grande	12,00	29,17
Cidade Nova - Alfredo Nascimento	11,16	26,20
Alvorada - Franceses / da Paz – Ajuricaba	12,92	24,76
Japiim - Japiim I E II	9,26	20,91
Petrópolis - Jardim Petrópolis	9,26	20,91
Distrito Industrial / Mauazinho – Ceasa	12,14	23,67
Zumbi	8,24	18,77
Cachoeirinha - Ig. Cachoeirinha / São Francisco - Ig. Cachoeirinha	7,94	18,02
Nova Esperança	11,93	22,01

Fonte: Atlas do Desenvolvimento em Manaus

Tabela 14: Relação ao número de vezes que os 10% mais ricos ganham em relação aos 40% mais pobres

Posição	UDH	Nº vezes
1	Tarumã	39,24
3	São Jorge - Ig. Cachoeira Grande	29,17
4	Centro - Centro Antigo / Nossa Senhora Aparecida	28,66
4	Praça 14 - Av. Major Gabriel / Centro - Boulevard	28,66
6	São Jorge - Av. São Jorge / Ponta Negra - Av. Ponta Negra	28,05
7	Cidade Nova - Alfredo Nascimento	26,20
8	Aleixo - Efigênio Sales / Parque 10 - Pq. Mindu, Shangrilá	26,08
8	São José - Área do SESI / Coroadó - Acariquara	26,08
10	Jorge Teixeira - Val Paraíso, Chico Mendes	25,37

Fonte: Atlas do Desenvolvimento em Manaus

Tabela 15: Número de vezes que os 20% mais ricos ganham em relação aos 40% mais pobres

UDH	Nº vezes em 1991	Nº vezes em 2000
Tarumã	7,73	25,82
Cidade Nova - Alfredo Nascimento	8,03	19,12
São Jorge - Ig. Cachoeira Grande	8,66	19,26
Alvorada - Franceses / da Paz - Ajuricaba	9,28	16,74
Distrito Industrial / Mauazinho - Ceasa	9,22	16,34
JAPIIM - Japiim I E II	7,31	14,39
Petrópolis - Jardim Petrópolis	7,31	14,39

Fonte: Atlas do Desenvolvimento em Manaus

ANEXO 08

Tabela 16: As 10 piores UDH, em relação ao número de vezes que os 20% mais ricos ganham em relação aos 40% mais pobres

Posição	UDH	Nº vezes
1	Tarumã	25,82
3	Aleixo - Efigênio Sales / Parque 10 - Pq. Mindu, Shangrilá	20,05
3	São José - Área Do SESI / Coroado - Acariquara	20,05
5	São Jorge - Av. São Jorge / Ponta Negra - Av. Ponta Negra	19,73
6	Centro - Centro Antigo / Nossa Senhora Aparecida	19,56
6	Praça 14 - Av. Major Gabriel / Centro - Boulevard	19,56
8	São Jorge - Ig. Cachoeira Grande	19,26
9	Cidade Nova - Alfredo Nascimento	19,12
10	Jorge Teixeira - Val Paraíso, Chico Mendes	18,01

Fonte: Atlas do Desenvolvimento em Manaus

Tabela 17: UDH em relação à taxa de Mortalidade Infantil (até 1 ano de idade), 2000

Posição	UDH	%
1	Distrito Industrial / Mauazinho - Ceasa	39,21
1	Colônia Antônio Aleixo / Puraquequara	39,21
1	Jorge Teixeira - Santa Inês, Brasileirinho	39,21
1	Jorge Teixeira - Val Paraíso, Chico Mendes	39,21
5	São José – Grande Vitória	39,09
6	Jorge Teixeira - João Paulo	38,84
7	Tancredo Neves - Parte Baixa	35,51
8	Cidade Nova – Alfredo Nascimento	35,48
8	Santa Etelvina	35,48
10	Igarapé do Quarenta	35,28

Fonte: Atlas do Desenvolvimento em Manaus

Tabela 18: UDH em relação à taxa de Mortalidade Infantil (até 5 anos de idade), 2000

Posição	UDH	%
1	Distrito Industrial / Mauazinho - Ceasa	62,33
1	Colônia Antônio Aleixo / Puraquequara	62,33
1	Jorge Teixeira - Santa Inês, Brasileirinho	62,33
1	Jorge Teixeira - Val Paraíso, Chico Mendes	62,33
5	São José – Grande Vitória	62,14
6	Jorge Teixeira - João Paulo	61,76
7	Tancredo Neves - Parte Baixa	56,58
8	Cidade Nova – Alfredo Nascimento	56,55
8	Santa Etelvina	56,55
10	Igarapé do Quarenta	56,01

Fonte: Atlas do Desenvolvimento em Manaus

ANEXO 09

Tabela 19: Porcentual de pessoas que vivem em domicílios sem água encanada

UDH	População, 1991	% em 1991	População, 2000	% em 2000	% do Aumento
Monte das Oliveiras	612	5,84	18.108	82,67	95,60
Flores - Parque das Nações	1.398	2,20	13.865	47,13	81,40
Compensa - Vila Marinho	11.782	0,06	20.735	6,79	79,41
Jorge Teixeira - Santa Inês, Brasileirinho	250	87,04	16.302	88,82	59,43
Cidade Nova - Monte Sinai, Mundo Novo	3.017	5,18	12.702	42,04	48,05
Cidade Nova - Alfredo Nascimento	1.541	32,30	19.690	81,71	47,14
Cidade Nova - Riacho Doce, Campo Dourado	2.439	5,18	8.565	42,04	45,10
Parque 10 - Bairro União	5.664	2,20	6.159	47,13	41,89
Santo Antônio	20.620	0,41	19.301	5,54	32,63
Flores - Parque das Laranjeiras	179	1,52	1.031	3,19	31,93
Coroado - Ouro Verde, UFAM	4.381	7,67	15.794	24,54	31,23

Fonte: Altas do Desenvolvimento Humano em Manaus.

Tabela 20: As 10 piores UDH, em relação a pessoas que vivem em domicílio sem água encanada, 2000

Posição	UDH	População	%
1	São José - Grande Vitória	16.120	97,0
2	Jorge Teixeira – Santa Inês, Brasileirinho	16.302	88,8
3	Monte das Oliveiras	18.108	82,7
4	Cidade Nova – Alfredo Nascimento	19.690	81,7
5	Tarumã	7.291	78,9
5	Zona Rural	11.342	78,9
7	Cidade Nova – Nossa Senhora de Fátima, Cidade de Deus	24.819	77,7
8	Jorge Teixeira – João Paulo	18.335	76,3
9	Jorge Teixeira – Val Paraíso, Chico Mendes	24.845	74,5
10	Tancredo Neves - Parte Baixa	16.294	73,5

Fonte: Atlas do Desenvolvimento em Manaus

Tabela 21: UDH em relação a domicílios sem instalação sanitária, 2000.

Posição	UDH	Número*	%
1	São José - Grande Vitória	4.359	33,8
2	Tarumã	1.790	25,1
3	Cidade Nova - Alfredo Nascimento	5.090	19,8
4	FLORES - Parque das Nações	3.514	17,7
5	Jorge Teixeira – Val Paraíso, Chico Mendes	5.724	17,2
6	Monte das Oliveiras	4.276	16,0
7	Cidade Nova - Conjunto Mundo Novo	759	15,3
8	CIDADE NOVA – Nossa Senhora De Fátima, Cidade de Deus	5.959	13,3
9	Santa Etelvina	3.644	12,9
10	Jorge Teixeira - Santa Inês, Brasileirinho	3.762	11,9

Fonte: Altas do Desenvolvimento Humano em Manaus

*Número de domicílios

ANEXO 10

Tabela 22: Porcentual de pessoas que vivem em domicílios sem banheiro e água encanada

UDH	População, 1991	% em 1991	População, 2000	% em 2000	% do Aumento
Monte Das Oliveiras	612	7,66	18.108	87,56	90,98
Jorge Teixeira - Santa Inês, Brasileirinho	250	87,77	16.302	93,99	60,29
Flores - Parque das Nações	1.398	16,27	13.865	51,57	46,68
Cidade Nova, Alfredo Nascimento	1.541	38,02	19.690	84,61	45,06
Cidade Nova, Monte Sinai, Mundo Novo	3.017	10,61	12.702	48,85	39,00
Cidade Nova, Riacho Doce, Campo Dourado	2.439	10,61	8.565	48,85	36,23
Tarumã	943	67,02	7.291	83,21	28,57
Cidade Nova, Nossa Senhora de Fátima, Cidade de Deus	2.934	79,31	24.819	81,79	27,21
Cidade Nova - Núcleos	22.052	1,18	32.088	6,89	26,86
Coroado - Ouro Verde, UFAM	4.381	18,31	15.794	26,49	20,15

Fonte: Altas do Desenvolvimento Humano em Manaus

Tabela 23: UDH em relação a pessoas que vivem em domicílio sem água encanada, 2000

Posição	UDH	População	%
1	São José - Grande Vitória	16.120	98,2
2	Jorge Teixeira - Santa Inês, Brasileirinho	16.302	94,0
3	Monte Das Oliveiras	18.108	87,6
4	Tancredo Neves - Parte Baixa	16.294	86,4
5	Jorge Teixeira - João Paulo	18.335	84,9
6	Cidade Nova - Alfredo Nascimento	19.690	84,6
7	Tarumã	7.291	83,2
8	Zona Rural	11.342	83,2
9	Cidade Nova - Nossa Senhora de Fátima, Cidade de Deus	24.819	81,8
10	Jorge Teixeira - Val Paraíso, Chico Mendes	24.845	81,3

Fonte: Altas do Desenvolvimento Humano em Manaus

Tabela 24: Porcentual de pessoas que vivem em domicílios sem energia elétrica

UDH	População, 1991	% em 1991	População, 2000	% em 2000	% do Aumento
Flores - Parque das Nações	1.398	0,20	13.865	4,82	83,98
Cidade Nova - Alfredo Nascimento	1.541	0,55	19.690	2,32	55,67
Parque 10 - Bairro União	5.664	0,20	6.159	4,82	43,91
Igarapé Mestre Chico, Viaduto Josué Cláudio de Souza	18.852	0,01	16.446	0,42	43,84
Tarumã	943	11,81	7.291	31,58	40,01
São José - São José III e IV	7.820	0,29	15.999	2,51	37,42
Distrito Industrial / Mauazinho - Ceasa	18.150	0,42	29.928	2,66	29,79
Zona Rural	6.019	11,81	11.342	31,58	19,69
Jorge Teixeira, Santa Inês, Brasileirinho	250	9,02	16.302	0,39	12,14

Fonte: Altas do Desenvolvimento Humano em Manaus

ANEXO 11

Tabela 25: As 10 piores UDH, em relação a pessoas que vivem em domicílio sem energia elétrica

Posição	UDH	População	%
1	Tarumã	7.291	31,6
1	Zona Rural	11.342	31,6
3	São José - Grande Vitória	16.120	7,8
4	FLORES - Parque das Nações	13.865	4,8
4	Parque 10 - Bairro União	6.159	4,8
6	Colônia Antônio Aleixo / Puraquequara	16.179	4,4
7	Santa Etelvina	16.477	2,9
8	Distrito Industrial / Mauazinho - Ceasa	29.928	2,7
9	São José - São José III e IV	15.999	2,5
10	Jorge Teixeira - Val Paraíso, Chico Mendes	24.845	2,4

Fonte: Altas do Desenvolvimento Humano em Manaus

Tabela 26: Porcentual do analfabetismo entre 10 e 14 anos de idade

UDH	População* 1991	% em 1991	População* 2000	% em 2000	% do Aumento
Jorge Teixeira - Santa Inês, Brasileirinho	27	17,46	1.775	9,07	48,04
Monte das Oliveiras	66	7,10	1.975	6,33	44,04
Flores - Parque Das Nações	161	2,67	1.391	4,82	35,66
Cidade Nova - Alfredo Nascimento	187	18,78	1.877	8,90	18,92
Cidade Nova - Monte Sinai, Mundo Novo	376	4,01	1.241	5,00	17,01
Cidade Nova - Nossa Senhora de Fátima, Cidade de Deus	336	19,08	2.620	8,82	15,31
Cidade Nova - Conjunto Mundo Novo	90	2,22	277	2,53	14,94

Fonte: Altas do Desenvolvimento Humano em Manaus

* População de 10 a 14 anos de idade

Tabela 27: UDH em relação ao analfabetismo entre 10 e 14 anos de idade, 2000

Posição	UDH	População*	%
2	São José - Grande Vitória	1.493	10,18
3	Colônia Antônio Aleixo / Puraquequara	1.992	10,09
4	Tarumã	763	9,17
5	Jorge Teixeira - Santa Inês, Brasileirinho	1.775	9,07
6	Jorge Teixeira - Val Paraíso, Chico Mendes	2.787	8,97
7	Cidade Nova - Alfredo Nascimento	1.877	8,90
8	Cidade Nova - Nossa Senhora de Fátima, Cidade de Deus	2.620	8,82
9	Distrito Industrial / Mauazinho - Ceasa	3.483	7,09
10	Santa Etelvina	1.949	7,08

Fonte: Altas do Desenvolvimento Humano em Manaus

*População de 10 a 14 anos de idade

ANEXO 12

Tabela 28: Porcentual do analfabetismo entre 18 e 24 anos de idade

UDH	População*	% em	População*	% em	% do
	1991	1991	2000	2000	Aumento
Monte das Oliveiras	85	3,05	2.535	1,97	38,96
Jorge Teixeira - Santa Inês, Brasileirinho	37	16,49	2.310	3,33	32,54
Cidade Nova - Alfredo Nascimento	198	5,57	3.083	4,18	31,42
Flores - Parque das Nações	218	2,75	2.139	2,46	27,29
Cidade Nova - Nossa Senhora de Fátima, Cidade de Deus	410	7,52	3.635	5,02	21,84
Tarumã	138	14,42	1.162	9,04	20,31
Cidade Nova - Monte Sinai, Mundo Novo	424	2,69	2.044	2,09	15,84
Cidade Nova - Riacho Doce, Campo Dourado	351	2,69	1.300	2,09	12,50
Tancredo Neves - Parte Baixa	483	8,02	2.358	3,89	10,05

Fonte: Altas do Desenvolvimento Humano em Manaus

*População de 18 a 24 anos de idade

Tabela 29: UDH em relação ao analfabetismo entre 18 e 24 anos de idade, 2000

Posição	UDH	População*	%
1	Parque 10 - Castelo Branco / Chapada - Conjuntos	4.052	9,04
1	São José - Área do SESI / Coroadó - Acariquara	519	9,04
3	Flores - Parque das Nações	2.139	5,30
4	Tancredo Neves - Parte Alta	2.933	5,02
5	Japiim - Japiim I E II	3.113	4,90
6	São José - São José Ii	2.902	4,18
7	Cidade Nova - Riacho Doce, Campo Dourado	1.300	3,95
8	Nossa Senhora das Graças - Vieiralves / Adrianópolis	2.683	3,89
9	Cidade Nova - Colônia Japonesa, Núcleo 15-16	2.411	3,82
10	Flores - Parque das Laranjeiras	191	3,80

Fonte: Altas do Desenvolvimento Humano em Manaus

*População de 18 a 24 anos de idade

Tabela 30: Porcentual do analfabetismo funcional entre 10 e 14 anos de idade

UDH	População*	% em	População*	% em	% do
	1991	1991	2000	2000	Aumento
Jorge Teixeira - Santa Inês, Brasileirinho	27	17,46	1.775	9,07	48,04
Monte das Oliveiras	66	7,10	1.975	6,33	44,04
Flores - Parque das Nações	161	2,67	1.391	4,82	35,66
Cidade Nova - Alfredo Nascimento	187	18,78	1.877	8,90	18,92
Cidade Nova - Monte Sinai, Mundo Novo	376	4,01	1.241	5,00	17,01
Cidade Nova - Nossa Senhora de Fátima, Cidade de Deus	336	19,08	2.620	8,82	15,31
Cidade Nova - Conjunto Mundo Novo	90	2,22	277	2,53	14,94

Fonte: Altas do Desenvolvimento Humano em Manaus

*População de 10 a 14 anos de idade

ANEXO 13

Tabela 31: As 10 piores UDH, em relação ao analfabetismo funcional entre 10 e 14 anos de idade, 2000

Posição	UDH	População*	%
1	Tarumã	763	76,67
3	Tancredo Neves - Parte Baixa	1.850	72,93
4	Jorge Teixeira - Val Paraíso, Chico Mendes	2.787	72,02
5	Jorge Teixeira - Santa Inês, Brasileirinho	1.775	71,69
6	Jorge Teixeira - João Paulo	2.137	68,33
7	Distrito Industrial / Mauazinho - Ceasa	3.483	65,95
8	Jorge Teixeira - Jorge Teixeira I E III	2.281	65,70
9	Cidade Nova - Nossa Senhora de Fátima, Cidade de Deus	2.620	65,10
10	São José - Grande Vitória	1.493	64,64

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano em Manaus - *População de 10 a 14 anos de idade

Tabela 32: Porcentual do analfabetismo funcional entre 15 e 17 anos de idade

UDH	População*	% em 1991	População*	% em 2000	% do Aumento
Monte das Oliveiras	37	1,34	1.037	2,30	53,77
Jorge Teixeira - Santa Inês, Brasileirinho	16	10,51	1.028	2,73	36,70
Cidade Nova - Monte Sinai, Mundo Novo	204	1,34	771	4,19	31,55
Cidade Nova - Riacho Doce, Campo Dourado	169	1,34	506	4,19	28,18
Cidade Nova - Alfredo Nascimento	98	3,04	1.037	2,63	27,90
Cidade Nova - Nossa Senhora de Fátima, Cidade De Deus	147	9,19	1.471	6,41	24,09
Parque 10 - Castelo Branco / Chapada - Conjuntos	1.583	0,45	1.509	2,68	21,20
Flores - Parque das Nações	89	2,78	768	1,39	17,64
São Jorge - Ig. Cachoeira Grande	1.398	0,61	1.053	2,58	13,72
Flores - São Judas Tadeu	47	4,25	193	3,27	13,64
Jorge Teixeira - João Paulo	176	11,63	1.221	4,80	12,41
Cidade Nova - Conjunto Mundo Novo	45	1,34	180	0,94	12,11

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano em Manaus - *População de 15 a 17 anos de idade

Tabela 33: UDH, em relação ao analfabetismo funcional entre 15 e 17 anos de idade, 2000

Posição	UDH	População*	%
1	Tarumã	474	29,18
3	Distrito Industrial / Mauazinho - Ceasa	2.097	27,04
4	Colônia Antônio Aleixo / Puraquequara	1.193	26,35
5	Cidade Nova - Nossa Senhora de Fátima, Cidade de Deus	1.471	24,94
6	Jorge Teixeira - Val Paraíso, Chico Mendes	1.572	22,43
7	Santa Etelvina	1.168	22,26
8	Jorge Teixeira - João Paulo	1.221	22,12
9	Monte das Oliveiras	1.037	21,58
10	Zumbi	2.364	20,76

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano em Manaus - *População de 15 a 17 anos de idade

ANEXO 14

Tabela 34: Porcentual do analfabetismo funcional entre 15 e 17 anos de idade

UDH	População*	% em	População*	% em	% do
	1991	1991	2000	2000	Aumento
Jorge Teixeira - Santa Inês, Brasileirinho	16	94,40	1.028	86,92	57,36
Monte das Oliveiras	37	81,83	1.037	89,91	46,35
Cidade Nova - Alfredo Nascimento	98	88,09	1.037	85,30	29,51
Cidade Nova - Nossa Senhora De Fátima, Cidade de Deus	147	95,22	1.471	82,78	27,17
Flores - Parque das Nações	89	78,53	768	77,34	26,84
Tarumã	59	96,75	474	96,12	25,96
Jorge Teixeira - João Paulo	176	95,44	1.221	87,32	22,79
Tancredo Neves - Parte Baixa	232	95,96	1.020	89,12	16,92
Cidade Nova - Monte Sinai, Mundo Novo	204	75,99	771	74,90	15,73
Colônia Terra Nova	407	95,79	1.746	78,26	14,95
Flores - São Judas Tadeu	47	68,47	193	54,72	14,12

Fonte: Altas do Desenvolvimento Humano em Manaus - *População de 15 a 17 anos de idade

Tabela 35: UDH, em relação as pessoas com menos de oito anos de estudo entre 15 e 17 anos de idade, 2000

Posição	UDH	População*	%
1	Tarumã	474	96,12
3	Jorge Teixeira - Val Paraíso, Chico Mendes	1.572	92,24
4	Monte das Oliveiras	1.037	89,91
5	São José - Grande Vitória	775	89,88
6	Jorge Teixeira - Jorge Teixeira I E III	1.175	89,31
7	Tancredo Neves - Parte Baixa	1.020	89,12
8	Jorge Teixeira - João Paulo	1.221	87,32
9	Tancredo Neves - Parte Alta	1.476	87,24
10	Jorge Teixeira - Santa Inês, Brasileirinho	1.028	86,92

Fonte: Altas do Desenvolvimento Humano em Manaus - *População de 15 a 17 anos de idade

Tabela 36: Porcentual de pessoas com menos de oito anos de estudo entre 18 e 24 anos de idade

UDH	População*	% em	População*	% em	% do
	1991	1991	2000	2000	Aumento
Monte das Oliveiras	85	42,49	2.535	64,78	52,82
Jorge Teixeira - Santa Inês, Brasileirinho	37	88,82	2.310	60,70	51,75
Cidade Nova - Alfredo Nascimento	198	64,76	3.083	59,04	34,28
Cidade Nova - Nossa Senhora de Fátima, Cidade de Deus	410	71,56	3.635	63,14	25,68
Flores - Parque das Nações	218	51,97	2.139	41,34	25,65
Tarumã	138	89,89	1.162	78,80	24,87
Flores - São Judas Tadeu	81	37,83	625	26,73	20,73
Cidade Nova - Monte Sinai, Mundo Novo	424	44,87	2.044	49,03	20,28
Flores - Parque das Laranjeiras	23	30,82	191	18,02	19,19
Tancredo Neves - Parte Baixa	483	75,64	2.358	67,52	17,77
Cidade Nova - Riacho Doce, Campo Dourado	351	44,87	1.300	49,03	16,81
Jorge Teixeira - João Paulo	505	79,94	2.544	62,28	16,41
Colônia Terra Nova	922	85,68	3.995	59,58	13,04
Coroado - Ouro Verde, UFAM	601	53,26	2.346	32,66	10,18

Fonte: Atlas do Desenvolvimento em Manaus - * População de 18 a 24 anos de idade

ANEXO 15

Tabela 37: UDH em relação a pessoas com menos de oito anos de estudo entre 18 e 24 anos de idade

Posição	UDH	População*	%
1	Tarumã	1.162	78,80
1	Zona Rural	1.587	78,80
3	Jorge Teixeira - Val Paraíso, Chico Mendes	3.428	73,31
4	São José - Grande Vitória	2.626	71,53
5	Tancredo Neves - Parte Baixa	2.358	67,52
6	Santa Etelvina	2.446	66,32
7	Monte das Oliveiras	2.535	64,78
8	Colônia Antônio Aleixo / Puraquequara	2.371	63,95
9	Cidade Nova - Nossa Senhora de Fátima, Cidade de Deus	3.635	63,14
10	Jorge Teixeira - João Paulo	2.544	62,28

Fonte: Altas do Desenvolvimento Humano em Manaus

*População de 18 a 24 anos de idade

Tabela 38: As 10 UDH, em relação a chefes do domicílio com apenas oito anos de estudos, 2000

Posição	UDH	Número*	%
1	Colônia Antônio Aleixo / Puraquequara	3.590	100,00
1	Igarapé do Quarenta	3.672	100,00
1	Jorge Teixeira – Val Paraíso, Chico Mendes	5.724	100,00
1	Zumbi	6.512	100,00
5	Compensa - Compensa II	6.194	98,24
6	Educandos / Colônia Oliveira Machado	5.959	98,16
7	Tancredo Neves - Parte Alta	4.388	97,66
8	Compensa - Vila Marinho	4.187	97,64
9	São José - São José II	3.579	96,50
10	Cidade Nova – Alfredo Nascimento	5.090	96,25

Fonte: Altas do Desenvolvimento Humano em Manaus

*Número de chefes do domicílio (baseado no número de domicílio)

Tabela 39: IDH-M das UDH de Manaus, 2000.

IDH-M	UDH		População	
	Frequência	%	Frequência	%
Médio	57	70,37	1.082.349	76,99
Alto	24	29,63	323.486	23,01

Fonte: Atlas do desenvolvimento em Manaus

Tabela 40: Subdivisão dos IDH-M das UDH de Manaus, 2000

IDH-M	UDH		População	
	Frequência	%	Frequência	%
Médio	57	70,37	1.082.349	76,99
Alto	24	29,63	323.486	23,01

Fonte: Atlas do desenvolvimento em Manaus